

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA FERNANDES BRAGA

***ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR NA “ATENAS MINEIRA”:  
OS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA (1907-1927)***

CURITIBA  
2009

MARINA FERNANDES BRAGA

***ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR NA “ATENAS MINEIRA”:  
OS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA (1907-1927)***

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

CURITIBA  
2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



### PARECER

Defesa de Dissertação de **MARINA FERNANDES BRAGA** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA, DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA e DR<sup>a</sup> ANDREA MORENO argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“ARQUITETURA E ESPAÇO ESCOLAR NA ‘ATENAS MINEIRA’: OS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA (1907-1927)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	<i>Marcus Levy AB.</i>	APROVADA
DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA	<i>Marcus Aurélio Taborda de Oliveira</i>	APROVADA
DR <sup>a</sup> ANDREA MORENO	<i>Andrea Moreno</i>	APROVADA

Curitiba, 05 de março de 2009.

**Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

*Para  
Tida e Zé, meus pais queridos,  
que sempre acreditaram no esforço e  
dedicação de suas filhas.*

*As meninas e meninos lá de casa,  
Janaína, Virgínia, Carolina, Paulo, Francely,  
Franciane, Lia e Gustavo  
que sempre torceram e vibraram junto comigo.*

*As amigas e amigos imprescindíveis na arte de viver.*

*Marcus Levy Bencostta,  
incentivador de uma idéia e um querido amigo.*

## AGRADECIMENTOS

É com alegria que hoje expresso minha gratidão ao apoio e colaboração de muitas pessoas que cruzei nessa caminhada e que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, meu orientador, por sempre se mostrar disposto a ajudar no que fosse preciso, incentivando-me à dedicação ao ensino e pesquisa. Pela paciência, disposição, dedicação, confiança e apoio, mesmo quando estava em terras longínquas. Com admiração e carinho agradeço por colaborar em minha formação.

Aos professores Dr<sup>a</sup> Andrea Moreno, Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e Dr<sup>a</sup>. Dulce Osinski pelas sugestões, recomendações e contribuições no exame de qualificação que me permitiram dar mais qualidade ao trabalho, e, por aceitarem fazer parte da banca de avaliação.

A todos os professores do PPGE, linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”, em especial ao Carlos Eduardo Vieira, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Serlei Maria Fischer Ranzi, Liane Maria Bertucci, Gizele Souza, Dulce Osinski e Marcus Levy Bencostta, pelos ensinamentos e discussões instigantes em suas disciplinas.

À professora do Programa de Pós-Graduação em História, Roseli Boschilia, pela contribuição das discussões sobre a temática “cidade” em sua disciplina.

Aos participantes do NEPHArqE, “nepharquianos” queridos, pelas discussões construtivas. O meu obrigada à Fernanda Cruzetta, e, especialmente, à Ana Paula Pupo e Renan Pergher por terem contribuído na organização e releitura das fachadas e plantas dos edifícios escolares. Novamente ao Marcus Levy por permitir que eu participasse desse grupo promissor.

Aos funcionários da secretaria do PPGE por nos receberem com alegria e estarem sempre à disposição na parte burocrática.

Ao CNPq por ter me concedido bolsa de estudos, sem a qual tudo seria mais complicado.

À Fernanda Cavaliere, minha assistente de pesquisa, pela ajuda e disposição em auxiliar-me na coleta de dados à distância, a minha gratidão. À Virgínia Braga que também se mostrou disposta a ajudar no que fosse preciso nas “terras juizforanas”.

Ao Arquivo Público Mineiro por receber pesquisadores e consultentes de forma organizada e eficiente, tornando nosso trabalho menos penoso.

À Elma Amaral pela gentileza, carinho e alegria com que me recebia no Arquivo Público Mineiro, sempre disposta a ajudar.

À Heliane Casarin, responsável pelo Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora, e, ao Francisco, da Divisão de Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, pelo apoio no trabalho com os jornais e com as resoluções da Câmara Municipal.

À professora Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yasbeck, por permitir a consulta aos arquivos de sua pesquisa no NESCE, e ao Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, por permitir o acesso aos arquivos do GEPHEFE antes de eu partir para Curitiba.

Em especial às professoras Maria Clara M. L. de Araújo e Ângela Amaral, diretora e vice-diretora da “Escola Estadual Antônio Carlos”, por terem me recebido de forma gentil, possibilitando-me a consulta ao acervo da escola. Ao Fernando Gracioso Gama pela forma interessada e confiante de ter me disponibilizado material do acervo patrimonial da mesma.

À querida colega Cleide Maria Maciel de Melo pela disposição em ajudar nas consulta ao acervo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e por dar “dicas” sobre possíveis fontes de pesquisa.

Aos amigos da turma de Mestrado 2007, Rossano Silva, Juraci Santos, Solange Hoeller e Joseane Silva, por dividirem suas questões e ansiedades, curiosidades, dúvidas e certezas. Pela amizade que possibilitou tornar esses anos mais leves.

Aos colegas do mestrado e doutorado, Silvana, Kelly Fernanda, Alexandra, Silvete, Emanuele, Sidmar, Maria Aparecida, Suderli, Valquíria, Erica, Niltonci, Maria Rosa e Suzete pelas discussões instigantes nas disciplinas e pelo convívio.

À Francielly, amiga especial, que se tornou imprescindível com suas conversas, amizade, disposição, atenção e alegria.

À família Pykosz que me recebeu desde o início com gentileza, tornando alguns momentos mais familiares. Em especial à Lausane que se tornou uma amiga sempre disponível a ajudar e torcendo para que tudo desse certo, obrigada.

Aos meus amigos muito amados Adelaide, Rider, Juliana, Paulinha, Fábria, Fernandinha, Thiago César, Guilherme, Thayna, Thayse, Cíntia, Simone, Maria Cristina, Fernanda, e outros tantos que sempre tornaram os momentos de descontração, nas terras mineiras, mais alegres, incentivando-me e mostrando-me que a diversão também era essencial. Ao amigo Miguel por ter compartilhado do mesmo sonho, desde quando ele ainda era um “rabisco” na iniciação científica, dando-me incentivo e dividindo muitos anseios, alegrias, trabalhos e viagens, além de ter me recebido em sua casa em Belo Horizonte com a maior disposição.

A tantos outros que me apoiaram e torceram por mim.

Ao amigo Wemerson Amorim por sempre se disponibilizar a me receber em Belo Horizonte quando fosse necessário.

Ao querido Marco Túlio pela amizade e incentivo na vida acadêmica.

Mais uma vez ao Marcus Levy que se tornou um amigo para todas as horas, o qual pude dividir muitos momentos.

Ao pessoal lá de casa, Vô Oswaldo, Vó Salete, Janaína, Aristóteles, Virgínia, Francely, Franciane, Lia e Gustavo que sempre se demonstraram dispostos a ajudar, mesmo com a distância geográfica. Pelo apoio em minhas decisões, incentivo e torcida para que o melhor acontecesse.

À Carolina e Paulo, de forma especial, agradeço pela generosidade e convívio nesses dois anos, e, por terem me convidado a partilhar muitos momentos desse casal tão querido. Sem vocês tudo teria sido mais difícil.

Aos meus pais, Tida e José, pela paciência com a distância e saudade, pelo apoio nas decisões, pelo carinho e cuidado, sempre preocupados com meu bem-estar, o meu eterno agradecimento.

À essas e outras pessoas que tornaram esse período mais prazeroso e cativante o meu muito obrigada!

*A escola, dizem os suíços, é o palácio do povo.  
É nela que se instruem e se formam as crianças que, como  
futuros cidadãos, serão a força material de uma nação, sua  
esperança e apoio.  
Quem poderá sustentar que um edifício, cuja finalidade tão nobre  
e grandiosa, mereça menos cuidado e atenção, menos  
investimento e brilho que a residência de um príncipe ou uma  
academia de dança?*

*Félix Narjoux, 1879*



## RESUMO

A arquitetura e espaço dos grupos escolares de Juiz de Fora (MG), a *Atenas Mineira*, são o objeto de estudo dessa investigação histórica que compreende o período de 1907-1927. A elaboração deste trabalho pautou-se na tentativa de compreender a disposição do espaço-escola na trama urbana de uma cidade que prosperava e que se encontrava concomitante às capitais brasileiras que estavam em processo de desenvolvimento. Assim, aprofundamos algumas questões dessa cidade mineira que permitiram a ela ser entendida e se autocompreender por aquele cognome, dando ênfase à questão educacional. A investigação apoiou-se em fontes de pesquisa diferenciadas – a imprensa local, legislação do ensino vigente, correspondências e ofícios dos Governos estadual e municipal, obras de divulgação cultural, plantas arquitetônicas e desenhos de fachada dos prédios – as quais analisadas em conjunto, possibilitaram a percepção e compreensão da concepção desses estabelecimentos de ensino nas diferentes regiões da cidade, apontando peculiaridades.

Palavras-chave: História da educação. Arquitetura escolar. Espaço escolar. Cidade.

## ABSTRACT

The architecture and space of Juiz de Fora's school groups – MG, *the Athens from Minas Gerais*, are the object of study of this historic inquiry which comprises the period of 1907-1927. The making of this paper was based upon the attempt to understand the disposition of the school space in the urban net of a city whose prosperity was simultaneous to that of Brazilian capitals during its development process. Therefore, we went deeper into some questions about this city from Minas Gerais, which allowed it to recognize itself and being understood through that nickname. Besides that, we gave the educational process a special stress. This inquiry was supported by several researching sources – the local press, the current teaching legislation, correspondences and official letters from state and local governments, cultural diffusion works, architectonic grounds and facades drawings of school buildings – which, when analyzed together, allowed one to perceive and understand the conception of those schools in the several city spots, indicating the peculiarities.

Key-Words: Education History. School Architecture. School Space. City.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	VISTA PARCIAL DA CIDADE.....	31
FIGURA 2 –	PROVÁVEL LIMITE URBANO DE JUIZ DE FORA EM 1912.....	34
FIGURA 3 –	EXPOSIÇÃO NACIONAL EM 1908, PAVILHÃO DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO.....	42
FIGURA 4 –	AV. BARÃO DO RIO BRANCO, JUIZ DE FORA EM 1900.....	44
FIGURA 5 –	AV. PAULISTA EM SÃO PAULO, 1900.....	45
FIGURA 6 –	AVENIDA RIO BRANCO, RIO DE JANEIRO. INÍCIO DO SÉC. XX.....	46
FIGURA 7 –	CRUZAMENTO DAS RUAS HALFELD E AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM 1930.....	49
FIGURA 8 –	ANÚNCIO DE JORNAL.....	51
FIGURA 9 –	ANÚNCIO DE JORNAL.....	51
FIGURA 10 –	VITRINE DE LOJA NA RUA HALFELD.....	52
FIGURA 11 –	CAPA DO LIVRO “JUIZ DE FORA: POEMA LYRICO”, DESENHADA POR PEDRO NAVA.....	63
FIGURA 12 –	“TYPO n. 2” PARA GRUPO ESCOLAR DE 4 CLASSES.....	107
FIGURA 13 –	“TYPO n. 4” PARA GRUPO ESCOLAR DE 6 CLASSES.....	108
FIGURA 14 –	“TYPO n. 8” PARA GRUPO ESCOLAR DE 8 CLASSES.....	108
FIGURA 15 –	“TYPO n. 7” PARA GRUPO ESCOLAR DE 8 CLASSES.....	109
FIGURA 16 –	PROJETO DE GRUPO ESCOLAR.....	111
FIGURA 17 –	GRUPO ESCOLAR.....	112
FIGURA 18 –	GRUPO ESCOLAR.....	112
FIGURA 19 –	GRUPO ESCOLAR.....	113
FIGURA 20 –	FACHADA DOS GRUPOS ESCOLARES CENTRAIS DE JUIZ DE FORA.....	131
FIGURA 21 –	PRÉDIO ESCOLAR .....	132
FIGURA 22 –	PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO (1906).....	133
FIGURA 23 –	PLANTA DO PAVIMENTO SUPERIOR (1906).....	133
FIGURA 24 –	ASSISTÊNCIA DENTÁRIA DOS GRUPOS “JOSÉ RANGEL” E “DELFIN MOREIRA” DE JUIZ DE FORA.....	135

FIGURA 25 – ASPECTO DO PAVILHÃO “SANDOVAL AZEVEDO”.....	136
FIGURA 26 – BATALHÃO DOS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA, 1917.....	137
FIGURA 27 – FACHADA DO GRUPO ESCOLAR DE MARIANO PROCÓPIO .....	139
FIGURA 28 – GRUPO ESCOLAR DE MARIANO PROCÓPIO.....	140
FIGURA 29 – GRUPO ESCOLAR “DR. ANTONIO CARLOS” EM JUIZ DE FORA.....	144
FIGURA 30 – PLANTA PARA UM GRUPO ESCOLAR, 1916.....	147
FIGURA 31 – PLANTA DE UM PRÉDIO PARA O GRUPO ESCOLAR DE S. MATHEUS, 1916.....	148
FIGURA 32 – INSTRUÇÃO GRUPO ESCOLAR DE S. MATHEUS.....	149
FIGURA 33 – FACHADA DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS EM 1918.....	150
FIGURA 34 – PLANTA COM DUAS SALAS DE AULA.....	151

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	ESTATÍSTICA ESCOLAR DOS ANOS DE 1917, 1921 e 1925.....	79
------------	--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AML	– Academia Mineira de Letras
APM	– Arquivo Público Mineiro
GEPHEFE	– Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação Física e do Esporte
NEPHArqE	– Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Arquitetura Escolar
NESCE	– Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação
PRCM	– Partido Republicano Constitucional Mineiro
SMCJF	– Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora
UFJF	– Universidade Federal de Juiz de Fora

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
<b>Parte I</b>	
<b>O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA .....</b>	<b>25</b>
2 A CIDADE COMO SÍMBOLO .....	28
2.1 Reflexos da <i>cidade espelho</i> e seus labirintos .....	40
2.2 Os mitos de uma poesia urbana .....	55
3 A CIDADE COMO CRIADORA DE ESPAÇOS SOCIAIS .....	67
3.1 Do espaço sócio-cultural .....	72
3.1.1 Do espaço educacional .....	78
<b>Parte II</b>	
<b>DISCURSOS EDUCACIONAIS, LINGUAGENS E AÇÕES ARQUITETURAIS PARA O ESPAÇO ESCOLAR PÚBLICO MINEIRO .....</b>	<b>95</b>
4 <i>ATENAS MINEIRA</i> : DISCURSOS E INTERLOCUÇÕES COM UMA ARQUITETURA ESCOLAR.....	97
4.1 Entre tensões e interlocuções: discursos sobre o espaço escolar mineiro.....	97
4.1.1 <i>A legislação mineira</i> .....	97
4.1.2 <i>Discussões veiculadas na imprensa</i> .....	115
4.2 Grupos escolares na <i>Atenas Mineira</i> : entre o prescrito e o realizado.....	121
4.2.1 <i>Um olhar para o entorno: localização dos espaços escolares</i> .....	121
4.2.2 <i>Prédios dos grupos escolares na Atenas Mineira</i> .....	127
4.2.2.1 <i>Palacete Santa Mafalda: do mito à educação</i> .....	127
4.2.2.2 <i>Prédio escolar do “longínquo” Mariano Procópio</i> .....	138
4.2.2.3 <i>Prédio escolar de São Matheus</i> .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>

## 1 Introdução

No início do século XX, seguindo o exemplo de várias cidades espalhadas pelo Brasil, Juiz de Fora vivenciava um processo de modernização e urbanização. Com um fluxo de reformas concomitantes às de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, em conjunto com o incremento de sua economia, essa cidade possuía uma relativa diferenciação frente a outras cidades do estado de Minas Gerais. Ademais, sua proximidade geográfica com a capital federal da época, o Rio de Janeiro, pode ser apontada como um dos fatores na construção de cenários econômicos e culturais específicos que a destacou de outras cidades mineiras. Estas se encontravam ligadas ao ciclo do ouro, marcadas por uma religiosidade católica e por uma arquitetura tipicamente barroca, além de possuírem características de cidades antigas, como ruas estreitas e tortuosas.

A união de um grupo de intelectuais de prestígio na cidade, fundadores da Academia Mineira de Letras (AML), em 1909, com forte atuação na imprensa e na esfera educacional, quer fossem eles professores, inspetores, secretários de estado, e demais autoridades de ensino, com destacado papel nas reformas da instrução pública de Minas Gerais, aliada a uma efervescência cultural que acontecia na cidade permitiu que esta fosse representada e se auto-compreendesse, principalmente por esta elite intelectual, como a “*Atenas Mineira*”.

Junto às demais ações realizadas na cidade que pretendiam torná-la moderna, no ano de 1907 foi estabelecido um novo modelo de escola primária concebida através dos grupos escolares. O movimento de renovação da escola dos primeiros governos republicanos teve um profundo significado político, social e cultural em todas as unidades federativas que, aos poucos, implantaram este tipo de organização escolar. Tratava-se não apenas de sua difusão no meio popular e da “democratização” do acesso à leitura e à escrita, mas da implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira<sup>1</sup> (SOUZA, 1998a, b; 2004).

---

<sup>1</sup> No entanto, existem críticas sobre tal modelo escolar, pois, no Brasil ele foi parcialmente implantado pela República, não atendendo toda a demanda de alunos em idade escolar e, muitas vezes, sua concretização era diferente do idealizado nos discursos republicanos.



Quanto à preocupação da construção de edifícios próprios para o ensino, pesquisadores diversos têm interpretado como os discursos se manifestam frente aos interesses dos regimes políticos que eles representam. No caso brasileiro, Silvia Wolff (1992) afirma que a arquitetura escolar deveria cumprir, dentre muitas funções, um papel de divulgação que teria de impressionar, como prédio público ele deveria propagar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações. Um dos aspectos resultantes desta iniciativa seria a monumentalidade empregada nas construções, uma forma de ser percebido facilmente e identificados como espaços da esfera governamental. Já Antonio Viñao (2006, p. 48), afirma que na Espanha os edifícios escolares públicos são, e têm sido, a expressão visível da intervenção do Estado no âmbito educativo, “signo e símbolo de interesse dos ditos poderes pela educação”. Portanto, a adoção de um local próprio à função de ensinar seria uma questão importante a ser enfrentada pelos poderes públicos que colocavam a instrução como principal meio de civilização.

Nesse sentido, para o caso brasileiro, Luciano Faria Filho e Diana Vidal (2000) identificaram que a falta de espaços próprios para as escolas no final do século XIX era vista como um problema administrativo, na medida em que as escolas isoladas não eram fiscalizadas devidamente e não ofereciam indicadores confiáveis do desenvolvimento do ensino.

Os estudos de Luciano Faria Filho (2000), destacam que a criação dos grupos escolares na capital de Minas Gerais foi concebida como signo de modernidade republicana, seguindo os caminhos da cidade, ligada ao urbano e adotando a linguagem arquitetônica como instrumento de visibilidade do poder público que marca o processo de civilização que se queria na República.

Desse modo, podemos pensar que esse tipo de instituição atrelava a linguagem arquitetônica à racionalidade pedagógica da escola graduada, uma vez que sua organização reunia várias escolas primárias em um único local e estas agrupavam os alunos em classes homogêneas. Como constatou Marcus Bencostta (2005, p. 98), para o caso de Curitiba, afirmando ter sido “necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de construir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de uma moderna pedagogia”.

Esta escola seria um território<sup>2</sup> dotado de uma inteligência que informaria culturalmente o meio humano-social que a contorna. O edifício-escola ocupa um conjunto de significados na vida social, seja da comunidade escolar ou da sociedade de uma forma geral.

Agustin Escolano (2001) entende a arquitetura escolar como um discurso que institui em sua materialidade um conjunto de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora, além de uma semiologia própria que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Aliada à linguagem arquitetural e espacial, encontramos uma pedagogia que enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis para o bom estado dos grupos escolares. Seria necessário, portanto, um planejamento cuidadoso, “balizado por preceitos de teorias higienistas já consagradas na Europa”, que “orientaram a construção de prédios específicos para as práticas educativas”, as quais contemplariam o novo modelo educacional e deveriam obedecer às normas legais, preceitos higiênicos e outros (VAGO, 2002, p. 15). Nesse sentido, um conjunto de prescrições foi criado “incidindo sobre os mais variados setores da ordem social: espaços urbanos e rurais, públicos e privados, ricos e pobres, individuais e coletivos” (GONDRA, 2004a, p. 122). A higiene forneceria um modelo de organização escolar calcado na razão médica, apelando para argumentos científicos vinculados às várias questões que se remetiam à escola, como a localização dos edifícios, a necessidade de uma edificação própria à função de ensinar, os tempos e saberes escolares, alimentação, banho, entre outros (GONDRA, 2000).

A influência da escola na saúde das novas gerações pressupunha uma lista de doenças supostamente produzidas ou agravadas pela/na escola, tais como a miopia, desvios da coluna vertebral e raquitismo, as quais poderiam ter como prováveis causadores uma arquitetura inadequada, os processos viciosos da escrita, mobiliários impróprios e a própria vida urbana. Uma das soluções seria uma nova gramática arquitetural, na qual seriam levadas em consideração as especificidades do edifício escolar, as disposições das janelas e salas, e a luminosidade do prédio, entre vários outros aspectos.

---

<sup>2</sup> Para Viñao, a escola por ocupar um espaço se torna um lugar específico que leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. (VIÑAO, 2005).

Assim, o movimento higienista<sup>3</sup> procurava determinar maneiras adequadas de se construir edifícios públicos que tinham como finalidade a educação. Os edifícios deveriam obedecer todas as normas relativas à “localização, orientação, extensão, construção, ventilação, luminosidade, calefação, bem como os locais ou dependências, os resquícios técnico-higiênicos que deviam reunir as classes e as características do mobiliário” (VIÑAO, 2006, p. 56).

Nosso interesse por esta temática surgiu da inquietação e instigação frente às pesquisas<sup>4</sup> desenvolvidas sobre os grupos escolares, as quais nos alertaram para as questões relativas à arquitetura, ao espaço escolar e à cidade como objetos de investigação.

No Brasil, a cultura material como possibilidade de estudos no campo da educação é bem recente. Para Souza (2007), a introdução do termo cultura material na História da Educação nos últimos anos se deu pela influência da Nova História Cultural, bem como pela preocupação de historiadores quanto à preservação de fontes, museus, arquivos e centros de documentação. Assim, uma gama de artefatos como mobiliários e acessórios, infra-estrutura dos prédios, equipamentos e utensílios destinados ao ensino, materiais de laboratório, mapas, globos, livros de leitura, entre outros, fazem parte do conjunto de fontes e objetos de estudos sobre a escola. Este estudo permite a ampliação de possibilidades de pesquisa sobre as relações e práticas no universo escolar e, através de suas análises, torna visível a materialidade da escola.

Partindo disso, a arquitetura e o espaço escolar tornaram-se uma possibilidade de investigação para a História da Educação. Conforme Anne-Marie Châtelet (2006), um número significativo de pesquisas sobre esta temática encontra-se concentrado principalmente na Europa, mas estas pesquisas são tímidas a nível mundial, sendo que elas podem ser consideradas como recentes, uma vez que de

---

<sup>3</sup> Sabemos que existem muitos higienismos, representados por diferentes sujeitos, com diferentes idéias e práticas diferenciadas. Para o nosso caso, destacamos a influência do médico higienista Eduardo de Menezes sobre o espaço urbano de Juiz de Fora e para o caso dos grupos escolares, como as legislação do ensino atuava sobre as construções, demonstrando uma relação entre os engenheiros e arquitetos com as idéias médicas que permeavam aquele momento.

<sup>4</sup> Em 2003, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob coordenação da Prof. Dr. Dalva Carolina Lola Yasbeck foi desenvolvido o projeto de pesquisa “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: Pioneirismo, Organização e Expansão”, o qual pretendia analisar o desenvolvimento da educação primária representada pelos grupos escolares na cidade de Juiz de Fora, durante o período de 1907-1950 e em conjunto a este, responsável pela temática referente ao corpo, era desenvolvido o projeto “Corpo e Educação: as atividades corporais nos grupos escolares de Juiz de Fora (1907-1950) coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Fernando F. da Cunha Junior.

forma geral tiveram um impulsionamento a partir de 1950, e no caso francês a partir da década de 1980. Já a historiografia brasileira que trata deste tema alerta sobre a carência de estudos, entretanto, alguns trabalhos como os de Buffa e Pinto (2002), Bencostta (2005), Wolff (1992) e Correia (2004) demonstram a potencialidade da arquitetura e espaço escolar como objetos de pesquisa. Também para o caso de Minas Gerais e no que se refere a Juiz de Fora, são escassas as análises em torno deste objeto no universo da História da Educação. Assim, entende-se este trabalho como uma possibilidade de enriquecer os estudos que se referem a esta cidade e à arquitetura e espaço escolar na historiografia educacional.

Frente aos diferentes aspectos discutidos por essas pesquisas que abordam o tema é que entendemos a importância de se investigar e propor análises do espaço-escola na trama urbana de uma cidade. Em nosso caso, investigar uma localidade de porte médio que se encontrava em prosperidade, e que não era uma capital de estado, torna-se importante para compreendermos de que forma ela acompanhava, ou não, o fluxo das grandes cidades que se encontravam em processo de desenvolvimento no que tange à questão educacional. Para tanto, busca-se depreender de que forma a arquitetura escolar foi concebida nas contradições da modernização naquela cidade. Assim, entender e observar a localização do espaço escolar na disposição urbana diante das determinações que levaram à construção e/ou transformação de lugares em estabelecimentos de ensino na paisagem urbana se torna um exercício importante para se compreender a concepção do espaço escolar em uma determinada cidade. Dessa maneira, nossa problemática principal é a de como foram concebidos os espaços para a escola primária pública no espaço urbano de Juiz de Fora?

Portanto, investigaremos, analisaremos e explicaremos os significados e as representações históricas acerca da linguagem espacial e arquitetural escolar, associadas aos discursos educacional e higienista, construídos pela/para a escola primária, idealizada nos primeiros prédios designados a funcionar como grupos escolares na cidade de Juiz de Fora. Inspirados nas idéias de Sigfried Giedion (2004), as quais giram sobre um eixo em que uma bela casa ou conjunto habitacional, sozinhos, pouco significam em termos de realização, pois dependem das inter-relações entre prédios, cidade, campo, habitação e lazer, compreendemos a

importância da modernização do espaço urbano, influenciando as construções de edifícios para as instituições de ensino desta cidade<sup>5</sup>.

Deste modo foram delineados alguns objetivos como identificar e analisar as interseções entre o discurso de modernização urbana e as construções escolares na cidade de Juiz de Fora; evidenciar as possíveis aproximações e distanciamentos existentes entre o discurso educacional e higienista e as linguagens arquitetônica e espacial; problematizar as motivações para a implantação dos espaços escolares no cenário urbano, pesquisando as razões de escolha desses novos locais da instrução primária pública; investigar os planos do estado de Minas Gerais para as construções escolares e suas concretizações em Juiz de Fora, e, inquirir e interpretar os significados e as representações da linguagem espacial e arquitetônica urbana e escolar concomitante à suas utilizações.

Remetemo-nos ao período compreendido entre 1907 e 1927, por entendermos ser esse o momento da primeira fase de implantação e de consolidação desse tipo de instituição educativa na cidade, com a criação e estabelecimento de um novo tipo de prédio escolar destinado ao ensino. O ano de 1907 torna-se um marco importante para o ensino público primário na cidade, uma vez que neste ano é inaugurado seu primeiro grupo escolar. Nossa pesquisa estende-se até o ano de 1927, por compreendermos e identificarmos que este ano traz consigo mudanças consideráveis na arquitetura escolar juizforana, por meio da reforma educacional organizada pelo Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos e pela influência política do presidente do estado, Antônio Carlos Andrada. No entanto, percebemos ainda que esse recorte temporal possui algumas especificidades quando se trata da questão urbana de Juiz de Fora e de sua arquitetura escolar para grupos escolares.

Para essa pesquisa, nos aproximamos de estudos sobre as transformações em cidades brasileiras durante finais do séc. XIX e início do XX, além de uma vasta bibliografia sobre arquitetura, espaço, instituições escolares e urbanização. Além disso, foram pesquisados variados acervos e instituições como a Divisão de Arquivo Histórico Municipal, o Arquivo Público Mineiro, o Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, a Secretaria Estadual de Educação em Juiz de Fora/Diretoria de

---

<sup>5</sup> “No projeto de um edifício, algo extraordinário pode ser buscado e conquistado. O corpo de uma cidade, todavia, revela de modo irrefutável o conhecimento arquitetônico de um período. Revela até que ponto ele foi capaz de organizar sua própria vida” (GIEDION, 2004, p.51).

Patrimônio, a Biblioteca Municipal Murilo Mendes/Setor de Memória e os Acervos dos Grupos Escolares, na busca de fontes de pesquisa que nos auxiliassem na construção de questões e explicações.

É de conhecimento que a partir de 1929, com o grupo fundador da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, pioneiros de uma *Nova História*, haveria uma ampliação da noção de documentos para a pesquisa, não se restringindo apenas ao documento escrito. A história não deveria ser escrita apenas com documentos escritos, senão “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.” (LE GOFF, 1984, p. 98).

Marc Bloch ainda argumenta em seu trabalho “Apologia da história ou o ofício do historiador”:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos. (BLOCH, 2001, p. 34).

Assim, nesta pesquisa, diferentes tipos de fontes que nos dessem pistas das relações entre a urbanidade e a arquitetura escolar juizforanas foram arroladas e utilizadas. Para a análise da arquitetura escolar e seus espaços foram identificadas e utilizadas plantas arquitetônicas, desenhos de fachada dos edifícios e registros de compra e venda de imóveis que permitiram a leitura dos projetos para prédios escolares. Também foram pesquisados os ofícios administrativos da burocracia municipal, jornais locais, e obras de divulgação cultural que permitiram identificar e enxergar a cidade, o meio urbano, o cotidiano e seu diálogo com o universo escolar. Foram ainda considerados: as Coleções de Leis e Decretos do estado de Minas Gerais, os ofícios administrativos estaduais e correspondências enviadas à Secretaria do Interior de Minas Gerais sobre a instrução pública, periódicos da época e os acervos dos grupos escolares, que nos dão pistas sobre como seria a melhor forma de arquitetura a ser estabelecida, bem como as ações do governo, e, as utilizações e práticas desses espaços e arquitetura escolares pela comunidade escolar. Os documentos da normativa legal possibilitam identificar e enxergar uma das formas de relações de força que marcam as disputas pela implantação de

diferentes projetos culturais (TABORDA DE OLIVEIRA; MEURER, 2007). Já a imprensa, permite um amplo olhar da experiência cidadina em seus vários aspectos. Para Carlos Eduardo Vieira (2007), ao analisar o jornal diário como fonte de pesquisa,

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. (...) Talvez nas sociedades modernas, urbanas e complexas que emergiram em temporalidades distintas na Europa e na América e se difundiram pelo mundo, não tenhamos outro documento que forneça uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. (VIEIRA, 2007, p. 13).

A iconografia não será apenas utilizada como mera ilustração, mas será analisada enquanto fonte de pesquisa, como uma possibilidade para se compreender historicamente o entorno sociocultural e a modernização da cidade de Juiz de Fora e, também, como se deram os espaços e a arquitetura educacionais desta cidade. A fotografia ao ser colocada em relação à cidade possibilita retratar o contato do indivíduo com o urbano (PEIXOTO, 1996). As imagens fotográficas nos mostram um fragmento selecionado da aparência de um determinado objeto, pessoa ou lugar, congelados num dado momento de sua existência de sua ocorrência. (KOSSOY, 2000, p. 21). Nesse sentido, também foram utilizados mapas para uma melhor compreensão e visualização do espaço urbano da cidade, bem como da localização dos grupos escolares na trama urbana de Juiz de Fora.

Não podemos esquecer que tanto as imagens como as fontes de jornal, muitas das vezes são produzidas, de forma proposital, por um desejo de que algo fosse mostrado e/ou percebido.

Este conjunto de fontes de pesquisa, seu cruzamento e sua análise, possibilitou a compreensão das relações do espaço urbano e do espaço escolar, visto que é difícil penetrar e entender o cotidiano urbano e escolar somente por um único tipo de fonte de pesquisa. Portanto, sua diversidade permitiu diferentes olhares que sugeriram novas informações ou corroboraram com outras, que levaram à construção de questões e análises históricas.

Dessa forma, para facilitar a leitura do percurso narrativo que se deu, esta pesquisa se organizou em duas partes. A primeira versará sobre o espaço urbano da cidade de Juiz de Fora, sendo dividida em dois capítulos. No primeiro, intitulado A

*cidade como símbolo*, analisar-se-á os traços urbanos de Juiz de Fora identificando a cidade como símbolo do imaginário social que lhe era imposto como a “Atenas Mineira”, que a enaltecia e ritualizava como lugar da cultura e do erudito e, ao mesmo tempo, explorar-se-á os mitos que giravam ao redor dessa poesia urbana.

No segundo capítulo, *A cidade como criadora de espaços sociais*, se investigará a cidade privilegiando as possíveis interseções entre os discursos da modernização urbana e aqueles do espaço sócio-cultural e educacional.

Já a segunda parte, composta por um capítulo, *Atenas Mineira: Discursos e interlocuções com uma arquitetura escolar*, tratará dos enunciados educacionais, linguagens e ações arquiteturais para o espaço escolar público mineiro de Juiz de Fora. Serão investigados os discursos para as construções escolares veiculados nos órgãos públicos oficiais, explorando as aproximações ou distanciamentos destes com os discursos sobre higiene escolar no estado de Minas Gerais. Juntamente com as idéias e motivações para a implantação de uma arquitetura e espaços escolares públicos na *Atenas Mineira*, se trará diálogos com seu entorno, utilizando os planos de construção para estas instituições e também as concretizações e possíveis utilizações desses locais de ensino, explicando como esses elementos se relacionam com as transformações da cidade.



**PARTE I****O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA**

*Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida e lança seu olhar em meio às cúpulas de pagode e clarabóias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos, depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.*

*Ítalo Calvino, As Cidades Invisíveis*

A cidade aparece sob variadas formas: capital do estado, centro administrativo, centro comercial, centro religioso, porto e armazém, pólo industrial, pólo educacional. Conforme a etimologia, a palavra *cidade*, do latim *civitate*; espanhol *ciudad*; italiano *città*; francês *citê* designava em latim um distrito administrativo, depois a capital desse distrito e mais tarde substituiu *urbs* no uso geral. (NASCENTES, 1955). Já a palavra *urbs*, tem o sentido próprio de cidade, em oposição a *rus* (campo) e *arx* “a cidadela”. Também designa Roma, a cidade por excelência; e, com um significado mais amplo, tem-se: cidade, população (de uma cidade), cidadãos. (FARIA, 1962, p. 1037).

Como na literatura de Ítalo Calvino (1990), as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as realidades escondam outra natureza. É certo que a cidade possui múltiplas dimensões e faces, e a cada olhar distinto, uma imagem se destaca na paisagem urbana, que com suas sensibilidades possibilita a atribuição de diferentes significados. Por isso, segundo Sandra Jatahy Pesavento (2007, p. 14) a “cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível”. Suas ruas, monumentos, construções, praças, parques e bairros constroem idéias de imagens e representações que algumas vezes não condizem com o real, sejam elas imagens otimistas ou pessimistas.

Mas como olhar pela lente rigorosa da pesquisa histórica a urbe, uma vez que esta possui várias particularidades?

Para este primeiro momento, se discutirá o “mosaico urbano” da cidade de Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX, interrogando a si e seu entorno como espaço e imagem, ou seja, problematizando-a através de sua urbanística e de impressões construídas por ela e por olhares externos a ela: a cidade enquanto representação de como ela se via e de como ela era vista. Nesse caso, ela não será utilizada apenas como um elemento alegórico e cenográfico em nossa narrativa. Ao contrário, interessa-nos profundamente entendê-la como um problema na busca de construir interpretações que nos levem a dialogar com a linguagem e a gramática arquitetural que permitam compreender o processo de implantação de um tipo de escola primária que a República pretendia tornar diferenciada. Portanto, a cidade como espaço urbano a ser discutido a seguir compreende duas dessas faces que

entendemos serem aquelas que suscitam no mínimo curiosidades, tal qual o estrangeiro de Calvino ao se aproximar da cidade desconhecida, mas que também são aptas a potencializar a compreensão dos objetivos traçados para essa pesquisa. A primeira tratará dela como símbolo culturalizado e ritualizado pela sociedade juizforana, notadamente por se apresentar como um lugar onde se deu a presença do outro ao adotar os traços “benjaminianos” da *cidade espelho* e seus labirintos<sup>6</sup>. E a segunda versará sobre ela enquanto construtora de espaços sociais, dentre os quais merecerá importância o educacional.

---

<sup>6</sup> Walter Benjamim (1995) entende Paris como a cidade dos espelhos. Tudo que compõe esta cidade emite reflexos que são lançados para os olhares dos transeuntes e de outros lugares. Muitos desses reflexos saem de elementos imbuídos de modernidade, os quais se lançam para as outras cidades que estão se desenvolvendo e são tomados como modelos. Nesse sentido, observando as características de Juiz de Fora, entendemos que ela parecia se espelhar nas experiências da cidade do Rio de Janeiro – nos reflexos que esta cidade emitia. Dessa maneira, a capital brasileira seria um modelo de tendências a ser seguido, mas que ao mesmo tempo evocava labirintos – obstáculos – que constituem o processo de modernização.

## 2 A CIDADE COMO SÍMBOLO

A cidade produz imagens e discursos que se sobrepõem à sua materialidade e à da sociedade, representando-as. As atribuições de significados e sentidos ao espaço o transformam em lugar, portador de significado e de memória. Enquanto espaço de representação, a cidade é aquele construído pelos símbolos e imagens que se apropriam da imaginação de seus habitantes, ocasionais ou duradouros. É esse, segundo Henri LeFebvre, que recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos, relacionando, portanto, o espaço vivido e percebido ao espaço concebido. (LEFEBVRE, 1974).

Os estudos de uma história cultural urbana, segundo Pesavento (2007), se aplicam ao resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, a seus símbolos, às representações construídas sobre uma realidade. Em outras palavras, os reflexos das transformações urbanas como instrumento de interpretação daquilo que tentamos apreender como cidade. Entretanto, como lembra Bresciani (1999), não se pode esquecer de sua materialidade objetiva ao configurar singularidades que imprimem uma imagem de cidade, uma identidade.

A imaginabilidade, conforme Lynch (1997), é a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem muito forte em qualquer observador dado. O desenvolvimento de uma representação pode reforçar através de seus artifícios simbólicos e do reaprendizado de quem a percebe uma reformulação de seu entorno. E nesse sentido, entendemos que o imaginário social através da produção de “discursos” comunica a reunião das representações coletivas em uma linguagem, em uma forma de expressar o que se pensa. Para Bronislaw Bazcko existe uma relação entre esse imaginário e os símbolos, onde a função destes “não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendedores” (BAZCKO, 1986, p. 311). Ele ainda continua:

Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que se

assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações (BAZCKO, 1986, p. 311).

Dessa forma, a cidade através de seus símbolos poderia demonstrar sua personalidade, forma, composição ou a maneira como ela gostaria de ser vista, além de carregar em si as impressões que seus moradores e visitantes possuíam da mesma. Seriam esses marcos particulares que as identificariam e as diferenciariam. Novamente é a sensível literatura de Calvino que nos ajuda a entender o universo simbólico inerente às cidades ao ficcionar as viagens de Marco Polo.

Caminha-se por vários dias entre árvores e, pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma coisa: a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno. O resto é mudo e intercambiável – árvores e pedras são apenas aquilo que são.

(...) O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, (...).

(CALVINO, 1990, p. 17-18).

Exercendo o sentido da visão sobre as representações da cidade de Juiz de Fora, como seus complexos e múltiplos símbolos contribuíram na construção de sua imagem urbana? Que tipos de originalidades e funcionalidades a caracterizariam como uma cidade autocompreendida como alegre ou triste? Como os indícios e transformações em seu cenário cooperaram para a sua modernização ou obsolescência? O que revela ou encobre essa cidade das Minas Gerais?

A Juiz de Fora do início do século XX é uma cidade de médio porte que em decorrência do seu desenvolvimento econômico, cultural e influência política, torna-se visível para as demais da Zona da Mata e, também, para outras regiões de Minas Gerais, vindo a ser mais um importante centro urbano daquele estado.

Em sua obra literária, *Baú de Ossos*, Pedro Nava (1974) apresenta a Juiz de Fora de sua infância, aquela antes de sua família partir para o Rio de Janeiro. Em sua narrativa, a lembrança daquela cidade no início do século XX, era a que possuía duas “portas”. A primeira estaria direcionada para a subida da Serra da Mantiqueira, em direção a “Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos de seus filhos”, ou seja, em direção à região de Belo Horizonte,

uma região de exploração das minas de ferro e da religiosidade. A segunda daria abertura para a Serra do Mar, em direção ao oceano, “das saídas e das fugas por rias e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas”, em direção ao Rio de Janeiro. Assim, a cidade estaria bem no meio do “Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais” que levavam a duas cidades distintas: a jovem capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, imbuída de uma simbologia do moderno e da nova racionalidade (VEIGA, 2002), e, a outra, para a capital federal, Rio de Janeiro, tradicional núcleo da política nacional e o maior centro comercial do país. (SEVCENKO, 1999).

Quando a cidade ainda era uma vila<sup>7</sup>, já se tentava traçar um planejamento de arruamentos que seria aperfeiçoado com as resoluções e posturas de sua Câmara Municipal, as quais legislavam sobre o seu ordenamento e funcionamento. Em suas memórias, Nava entendia que a cidade poderia ser dividida por suas duas principais vias, a Rua Direita<sup>8</sup>, atual Avenida Barão do Rio Branco, o ponto de ligação entre as principais saídas da cidade, e a Rua Halfeld que cortava o centro da cidade ao meio, descendo “como um rio” do Morro do Imperador em direção à Praça da Estação. Esses dois caminhos<sup>9</sup> seriam as principais referências dos juizforenses<sup>10</sup> no início do século XX, como se pode compreender no relato da imprensa local:

Si a rua Direita é, todavia, a arteria mais extensa e a primeira em população, logradouros e prédios vistosos, a Halfeld, é incontestavelmente a mais comercial, movimentada, “chic” mesmo.

É ali que se encontram as mais graciosas passeiantes, os vultos em evidência, os hotéis bem montados, as casas comerciais mais importantes, os cinematographos, as confeitarias e os bilhares. Cruzam-na carros, bicicletas e carroças, cavalheiros azafamados, os visitantes que chegam e os visitantes que se vão destas plagas amenas...

(O PHAROL, 14 mai. 1909).

A vista parcial da cidade (FIGURA 1) permite apreender parte de sua abrangência espacial, tornando visível a disposição de uma porção do seu traçado no relevo acidentado.

<sup>7</sup> Em 1850, é criada a vila de Santo Antônio do Paraibuna que será elevada à cidade em 1856. No entanto, somente em 1865 é que ela recebe a designação de Juiz de Fora.

<sup>8</sup> É interessante observar como as lembranças de Pedro Nava sobre a rua Direita parecem tê-lo marcado. Boa parte de suas memórias enquanto criança estão presentes nesta rua, quer fossem em sua própria residência ou na casa da avó materna, localizadas nesse logradouro.

<sup>9</sup> Ainda nos dias atuais esses dois logradouros permanecem como referências para as pessoas que circulam no centro da cidade.

<sup>10</sup> Juizforense, juiz-de-forano ou juizforano são as denominações encontradas nos jornais locais do período da pesquisa para quem nascesse na cidade de Juiz de Fora.



FIGURA 1 – VISTA PARCIAL DA CIDADE


Ao centro da foto, pode-se identificar a rua Halfeld cortando a cidade ao meio, descendo do morro do Imperador.

FONTE: ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (1915, p.143)<sup>11</sup>

Legenda:

 Bairro Alto dos Passos


 Bairro São Matheus

 Morro do Imperador (Morro do Cristo)

 Rua Halfeld

 Rio Paraibuna

 Bairro Mariano Procópio

 Região da Rua Direita (Avenida Barão do Rio Branco)

<sup>11</sup> Esta imagem foi atualizada com as marcações coloridas para uma melhor visualização de seu espaço urbano.

No sentido de quem vai do Morro do Imperador para o Rio Paraibuna, “descendo a Rua Halfeld”, entre a sua margem direita e o bairro Alto dos Passos encontravam-se a Câmara Municipal, o Fórum, a Academia de Comércio administrada pelos Salesianos e depois pela Congregação do Verbo Divino, o Stella Matutina com suas freiras, a Matriz, a Santa Casa de Misericórdia com seus provedores e a Cadeia: a face social sisuda. A margem esquerda da Rua Halfeld denotava um espaço diferente do anterior, “uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária” (NAVA, 1974, p. 14). Nesse trecho, em direção ao bairro de Mariano Procópio, estavam o Jardim Municipal (atual Parque Halfeld) e o Largo do Riachuelo, locais onde o silêncio da noite favorecia os gatunos e a “pouca vergonha”; as fábricas; a mecânica; o mercado municipal, a Maçonaria e, anos mais tarde, o museu Mariano Procópio.

O Parque Halfeld seria indiscutivelmente um excelente ponto de reunião e de descanso, si não tivesse vários inconvenientes que já são do domínio público.

Aos domingos e mesmo nos dias comuns seria agradável ali a reunião de famílias, que encontrariam um lugar próprio para passeio.

Entretanto, jaz quase abandonado o nosso bellissimo parque. Nos dias de retreta, ainda é procurado, mas nos outros, são raríssimas as pessoas que lá vão. Argumenta-se que tornou-se ele um ponto preferido pelos que não sabem respeitar o decoro público. (...)

(O DIA, 07 fev. 1925)

Prisões-

(...)

Luciano Joaquim da Costa, ante-ontem, ás 9,30 da noite, promoveu desordens no largo do Riachuelo, motivo pelo qual foi preso e metido no xadrez.

(O DIA, 22 maio 1921).

Em 1912, a Câmara Municipal, por meio da resolução de número 660, determinava a divisão da cidade em zonas urbanas e suburbanas. Sobre o perímetro urbano, a resolução destaca:

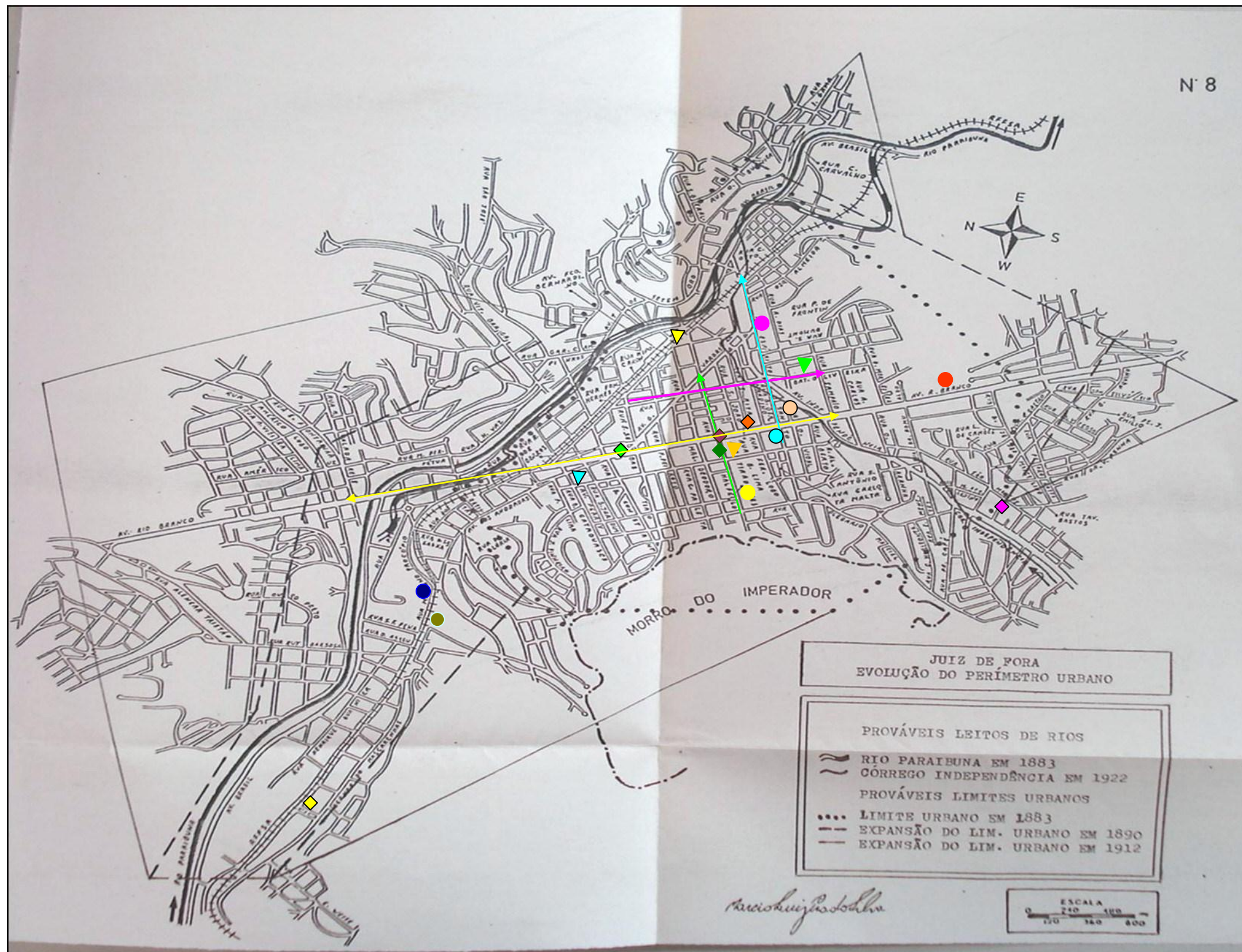
Art. 1º (...) Pelo Leste, a começar da primeira ponte da Estrada de Ferro Central do Brasil. Deste ponto, por uma linha quebrada que passa por cima do espigão próximo da referida ponte; daí por uma outra linha próxima aos morros que vertem para as chácaras dos snr. Delfino da Costa, Nicanor da Costa Lage, Viúva Daibert, Dr. Eugênio Teixeira Leite e fazenda da “Divisa”, por uma linha quebrada, acompanhando as sinuosidades do mesmo morro até a primeira ponte, na estrada de macadame, próximo a fazenda da Tapera, e daí pelo ribeirão até o rio Paraibuna, por esse, indo ao ponto fronteiro do morro que fica pouco além da fábrica de cerveja “José Weeis”. Pelo Oeste, a começar por uma linha quebrada, do último ponto ao alto dos morros que vertem para a colônia, passando pela primeira presa d’água da



Companhia de Tecidos. Daí, indo às fraldas do morro do Imperador; do alto deste ao primeiro córrego que passa a quem da Chácara do falecido Ariano Mysseno e por este córrego até o morro além da chácara de Affonso Botti. Pelo Sul, a começar do referido morro, por uma linha sinuosa transpondo os morros vertentes às ruas de S. Matheus e Moraes e Castro, até o morro que fica além da Chácara do Lamaçal, ficando esta e a do snr. Pedro Botti dentro do perímetro da cidade; continuando por águas vertentes, até o córrego pouco além da fábrica de cerveja "Poço Rico". Daí pelo rio Paraibuna até a primeira ponte da Estrada de Ferro Central do Brasil, ponto de partida.

(CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1912).

A cidade inserida no vale do Rio Paraibuna, cercada de morros por todos os lados, desenvolveu-se no leito da Estrada União e Indústria, a principal via de ligação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desta forma, conforme a Figura 2, podemos visualizar a expansão do perímetro urbano da cidade com o provável limite de 1912 e alguns lugares da cidade. Sua expansão foi dando-se aos poucos, com a abertura de arruamentos e criação de novos loteamentos por fazendeiros, vizinhos à cidade, como estímulo à povoação de determinadas localidades. O desenho de suas vias nos mostra a predominância de traçados retilíneos, facilitando o deslocamento de seus usuários, além dessa rede de linhas ser o meio mais poderoso para que o todo da cidade seja ordenado.



### Legenda de locais

- Santa Casa de Misericórdia
  - ▼ Colégio Granbery
  - Colégio Stella Matutina
  - Cadeia
  - Matriz
  - Academia de Comércio
  - ◆ Club Juiz de Fora
  - ▼ Fórum e Câmara Municipal
  - ◆ Jardim Municipal/Parque Halfeld
  - ◆ Largo do Riachuelo e Mecânica
  - ▼ Mercado Municipal
  - Museu Mariano Procópio
  - ◆ Grupos Escolares Centrais 1907
  - ◆ Grupo Escolar Mariano Procópio 1909
  - ◆ Grupo Escolar São Matheus 1917
  - Estação Mariano Procópio
  - ▼ Estação Central
- 
- Rua Batista de Oliveira onde se localizava a confeitaria "A Brasileira".
  - Rua Halfeld onde se localizava o Cinema Theatro Paz.
  - Rua Espírito Santo onde se localizava o Theatro Juiz de Fora.
  - ↔ Rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco.

FIGURA 2 – PROVÁVEL LIMITE URBANO DE JUIZ DE FORA EM 1912  
 FONTE: MIRANDA (1990, p.331)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Esta figura está baseada no mapa produzido por Miranda (1990), mas foi atualizado com as marcações coloridas e legenda de locais, para melhor visualização, originando um novo documento.



É interessante perceber como a presença do Rio Paraibuna e do Morro do Imperador funcionaram como duas balizas que presenciaram, desde o início, as primeiras sociabilidades urbanas de Juiz de Fora.

Funcionando como fronteiras imaginárias e naturais, suas encostas e margens foram testemunhas da ação humana, que ao longo da história foi responsável pelo surgimento de uma pequena vila que se transformaria em cidade. Apesar de nascer em Antônio Carlos (MG), no percurso do Paraibuna até seu deságüe no Rio Paraíba do Sul (Três Rios, RJ), é Juiz de Fora a maior e mais desenvolvida cidade que suas águas banha.

Outro aspecto peculiar dessa passagem do rio naquilo que se tornaria a cidade de Juiz de Fora, foi a inauguração, em 1889, daquela que seria a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, a famosa Usina de Marmelos, que forneceria energia elétrica para iluminar suas ruas, ao passo que em muitas capitais do Brasil ainda era o gás que as iluminavam.

Assim, o movimento econômico da promissora indústria de tecidos juizforana agiu de forma a modificar a paisagem do Paraibuna, deixando para trás um passado no qual o rio apenas evocava sua presença na simples passagem pela cidade com sua natureza pródiga.

Juiz de Fora era provida de várias instituições educacionais, culturais, sociais e industriais, além de possuir uma diversidade religiosa, apesar da predominância do catolicismo. Para Maraliz de Castro Vieira Christo (1994), a cidade estava próxima ao anticlericalismo e parecia ser alvo de preocupação eclesial. Havia uma tensão acentuada da Igreja Católica, principalmente com a presença de protestantes de confissão metodista que estabeleceram, com relativo sucesso, o Colégio Granbery que seguia o padrão dos colégios americanos, competindo diretamente na formação da juventude com as demais instituições educacionais católicas da cidade.

As festas barrocas do Novecentos pareciam esquecidas, enquanto sua população preferia se divertir em circos que visitavam a cidade, em cervejarias, teatro, cinema, casas de diversões, saraus e concertos, além do carnaval tão divulgado na imprensa local, com o club dos *Escovados*, e o do *Graphos* e *Planetas*, que aproveitavam esse momento para fazer críticas aos problemas da cidade.

Às seis horas da tarde, saiu o préstito dos Escovados, na seguinte ordem:

Primeiro carro, o do *Estandarte*, bela alegoria. Nele se viam três meninos lindamente fantasiados, um José Pinto Corrêa Filho, empunhando o estandarte do club; os dois outros, Polybio Borges do Espírito Santo e Oswaldo Corrêa, representando, respectivamente, as sociedades dos Graphos e dos Planetas.

Segundo carro – *Companhia Mineira de Eletricidade*. Bem feita crítica aos serviços da empresa em Juiz de Fora. No tablado do carro via-se o célebre poste emendado, da esquina da rua Halfeld com a Quinze de Novembro. Junto ao poste, um *Escovado* representava o Costa Maia, com uma enorme seringa, a fazer injeções no enormíssimo trabalho. Circulavam o carro vários *empregados* da Companhia, a cavallo, conduzindo ao ombro escadinhas, martelos, fios de arame e outros apetrechos. Foi o carro que deu mais sorte, e o povo, à sua passagem, prorompia em aplausos ao club.

(O PHAROL, 22 fev 1912).

Os sinos da cidade se confundiam com o som do apito das várias fábricas existentes, símbolo de progresso, modernização e oportunidades para a região da Zona da Mata, pois, o bom número de casas comerciais e indústrias, compostas por tipografias, fábricas de balas e guloseimas, fábricas de tecidos e malhas, laboratórios químicos e industriais, fábricas de móveis, cervejarias, agricultura, fábricas de máquinas, construtoras, ferreiros e serrarias, comércio de mantimentos e molhados, fábrica de mantimentos e outros, (ALMANACH DE JUIZ DE FORA, 1917), parecia ser um atrativo para investimentos na região.

Essa cidade recebeu várias denominações de pessoas ilustres e literatos, como *Atenas Mineira*<sup>13</sup>, por Artur Azevedo<sup>14</sup>; *Barcelona Mineira*, por Rui Barbosa<sup>15</sup>;

---

<sup>13</sup> Ao tomar emprestada esta denominação para servir de título a este trabalho, acreditamos que ela apresenta uma imbricação entre os aspectos educacional e cultural da cidade. Assim, a nomeação *Atenas Mineira* torna-se um símbolo para representar a cidade de Juiz de Fora, dando destaque à idéia de um refinado desenvolvimento cultural neste período, assim como a Atenas grega na Antigüidade. Esta menção foi dada por Artur de Azevedo quando esteve na cidade para apresentação de sua peça *O dote* (1907).

<sup>14</sup> Artur Azevedo, jornalista, poeta, contista e teatrólogo, nasceu em São Luis (MA) e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1908. A princípio colocou-se à serviço do magistério, entretanto, projetou-se no jornalismo com as atividades de contista e teatrólogo. No conto e no teatro, Artur Azevedo foi um descobridor de assuntos do cotidiano da vida carioca. Também se dedicou a poesia, sendo um dos representantes do Parnasianismo. Algumas de suas obras: *Carapuças*, poesia (1871); *Sonetos* (1876); *Um dia de finados*, sátira (1877); *Contos possíveis* (1889); *Rimas*, poesia (1909). No teatro, *Amor por anexins* (1872), *A filha de Maria Angu* (1876), *Uma véspera de reis* (1876), *A almanarra* (1888), *O retrato a óleo* (1902), *O dote* (1907), *Teatro* (1983), entre outras. Também tem destaque na Academia Brasileira de Letras por ter sido o fundador da Cadeira 29. Biografia e bibliografia de Artur Azevedo. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Disponível em <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 12 mar. 2008).

<sup>15</sup> Rui Barbosa foi advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Nasceu em Salvador-BA em 1849 e faleceu em Petrópolis-RJ em 1923. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=146>> Acesso em 28 dez 2008).

*Europa dos Pobres*, por Sílvio Romero<sup>16</sup>; *Manchester Mineira*, por Heitor Guimarães<sup>17</sup>, *Nova Níveve*, por Padre Júlio Maria<sup>18</sup>, *Princesa de Minas*, no jornal local *O Dia*; *Princesa do Paraibuna*, em artigo do jornal *O Pharol*, entre outras. Essas nomenclaturas exprimem o olhar pelo qual essas pessoas identificaram as peculiaridades da cidade, uns através da cultura, outros do trabalho, outros pela indústria, clima e religiosidade. Optou-se aqui preferencialmente pela denominação *Atenas Mineira* por entendê-la como uma das que melhor incorpora o universo simbólico adotado pela cidade quando se trata da questão cultural, mesmo que *Manchester Mineira* seja seu cognome mais popularizado.

*Atenas Mineira* seria uma denominação que, segundo Paulino de Oliveira (1966), teria sido dada por Artur Azevedo ao visitá-la durante a apresentação de uma de suas peças teatrais. Possivelmente encantado pelo seu desenvolvimento cultural e artístico no início do século XX. Mas não teria sido apenas pelo olhar desse “estrangeiro” que se percebia essa particularidade, já que, desde fins do Novecentos, ela possuía uma imprensa bem desenvolvida, mesmo que alguns periódicos possuíssem vida curta. Conforme Almir de Oliveira (1981), até o final da década de 1930, Juiz de Fora consegue conservá-la, mesmo com a criação do noticiário radiofônico e com a introdução e avanço do jornalismo produzido no Rio de Janeiro. Cerca de duas dezenas de periódicos chegaram a circular durante a terceira década do século XX, tratando de variados tipos de jornalismo, como o

---

<sup>16</sup> Sílvio Romero foi fundador da Cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras. Crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto-SE em 1851 e faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 1914. Foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se com o levantamento sociológico em torno do autor e obra. Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=154&sid=196>> Acesso 28 dez 2008.

<sup>17</sup> Heitor Guimarães, foi juiz de paz, capitão do exército, empresário, colaborador de jornal, e bibliotecário da Academia Mineira de Letras. Teve seus primeiros estudos em aulas particulares com parente, depois frequentou o Colégio Progresso, Ateneu Mineiro e Colégio Santa Cruz, todos em Juiz de Fora. (CHRISTO, 1994, p. 20).

<sup>18</sup> No Século XIX, o padre Júlio Maria foi um dos grandes evangelistas da Igreja Católica na fase conservadora de um catolicismo romanizador. Moralista e fiel a hierarquia da cúria romana, Júlio Maria foi um dos contestadores da presença “perniciosa” dos protestantes no Brasil. Ao visitar Juiz de Fora, em fins do século XIX, ele a denomina de *Nova Níveve*, lembrando os escritos bíblicos, nos quais *Níveve* era uma cidade amaldiçoada por Deus devido às suas transgressões, enviando o profeta Jonas (aquele que foi engolido por um grande peixe) para redimí-la de seus “pecados”. Portanto, diferente das demais denominações para a cidade, essa empregava uma conotação negativa frente aos valores religiosos e morais que a Igreja Católica propagava.

político, humorístico, classista, religioso, além de revistas e almanaques<sup>19</sup>. Estes seriam os principais meios de veiculação das informações sobre política, economia e cultura, o que possibilitou a circulação de idéias, pensamentos e discursos que contribuiriam para o aprimoramento da intelectualidade juizforana.

Também, o grande número de eventos culturais que aconteciam, veiculados na coluna Palcos e Salões do jornal *O Dia* (1917-1926), como os já citados saraus, passeios aos parques, cervejarias, bailes nos clubes, circos, teatro, concertos musicais, exibição de filmes no Politheama, Cine-Paz, Cinema Ideal, confeitaria “A Brasileira”, o Club Juiz de Fora e outros para uma população de cerca de 60 mil habitantes nos anos de 1920, fazem-nos pensar que havia uma diversidade de investimentos culturais na cidade, mesmo que não fossem direcionados a toda população.

#### PALCOS e SALÕES

POLYTHEAMA – hoje. 11º e 12º episódios do filme em série da Pathé New York “A jóia sagrada”, da qual é protagonista a artista Pearl White e como extra na primeira sessão o drama da Worlf em 5 atos “O intrujão”.  
No palco – Novos números pela cantora luzobrasileira “A Trasmontana”.

CINE – PAZ – Hoje, a ação dramática em 7 atos da acreditada fábrica Medusa-film de Roma, “O último dos ‘Congnac’”, protagonista o ator italiano Triiussa.

*A Trasmontana* – Fez ontem a sua estréia, no Polytheama a graciosa artista “A Trasmontana”.

Juntar ao seu bastante elogiado nome mais algumas referências, que realcem as suas habilidades, a graça, o seu desempenho, no vastíssimo repertório que traz bem escolhido, de Fados, Melodias, Romanzas, trechos de óperas e Canções francesas e italianas, é repetir o que o público inteiro das grandes cidades, porque tem ela passado, pronuncia a respeito de sua arte, de sua bela e encantadora voz e de sua correção no palco, mesmo nas mais livres de suas representações.

Aplaudida todavia com entusiasmo das platéias, onde se exhibe, o foi também, onde pela de Juiz de Fora composta sempre de apreciadores inteligentes, com palmas em efusão, - flores a sua estréia dedicadas.

(O DIA, 20 jul. 1920).

#### MAIS UM CINEMA

O sr. Manoel Guimarães, sócio de importante empresa de cinemas, no Rio e em Belo Horizonte, adquiriu ontem o prédio da rua Halfeld em que

<sup>19</sup> Dentre os periódicos jornalísticos podemos destacar em fins do século XIX, *O Pharol*, *Diário de Minas*, *Gazeta da Tarde*, *Lar Católico*, *Correio de Minas*, *Jornal do Comércio*. Já nas três primeiras décadas do século XX, uma expressiva quantidade de periódicos e jornais foi produzida, são eles: *O Inominável*, *Revista Médica de Minas*, *O Sarilho*, *O Dia*, *Lar Católico*, *A Batalha*, *O Lince*, *O Parafuso*, *Gazeta Comercial*, *O Lampadário*, *A Tarde*, *A Tribuna*, *O Medium*, *O Sigma*, *Folha Mineira*, *Folha da Manhã*.

funcionavam o depósito da Companhia Singer e o restaurante Ouvidor e no qual já funcionou, há anos, o cinema Halfeld.

Esse prédio, que é, como se sabe, vasto e muito elegante, vai ser remodelado completamente, sendo feito um acréscimo nos fundos, até a rua do Barão de São João Nepomuceno, e nele será instalado um moderno e luxuoso cinema, com palco para outros gêneros de diversões, de forma a se tornar uma das casas desse gênero mais importantes do Estado, com grande comodidade, gosto e luxo.

(DIÁRIO MERCANTIL, 21 jan. 1927).

Vê-se durante a década de 1920 uma ampliação e movimentação dos espetáculos de dança, música, filmes e companhias teatrais a visitarem a cidade, bem como da quantidade de casas de espetáculos. A cada dia ou semana um tipo de exibição diferente. Este movimento cultural gerou até a produção de um filme sobre Juiz de Fora, em 1921, pela firma J. Ribeiro & Comp. proprietária do Cine-Theatro Paz que possuía o objetivo de “produzir uma obra cinematográfica que reunisse todos os requisitos artísticos e os principais traços da cidade a serem exibidos nos festejos do centenário da Independência no ano seguinte”. (O DIA, 18 out. 1921).

#### JUIZ DE FORA NA TELA

Conforme prometemos aos nossos leitores damos hoje alguns dados das primeiras partes do filme de Juiz de Fora que vai figurar na Exposição do Centenário, trabalho este que está sendo executado pela empresa J. Ribeiro & C. proprietária do Cine-Theatro Paz desta cidade.

(...)

A primeira parte trata do “Histórico da cidade”, busto de Mariano Procópio no largo do Riachuelo, aspectos panorâmicos geral e parciais, chegada do sr. Dr. Simões Lopes, ministro da Agricultura à estação local e diversas vistas das nossas principais vias públicas.

Na segunda parte, “Juiz de Fora Militar” foi filmada a festa do 10º regimento de infantaria, juramento da bandeira pelos conscritos deste ano, exercícios e evoluções, inauguração do retrato do sr. General Setembrino de Carvalho no salão nobre do regimento e aspectos do concorrido *five-o-cloc-tea* que o comandante e oficiais do 10º ofereceram recentemente à sociedade juiz-de-forana.

Na terceira parte – “Agricultura, Estabelecimentos de ensino, Comércio e Indústrias” o espectador vê a fazenda do sr. coronel Manoel Vidal Barbosa Lage com os diversos reprodutores, vaccuns, cavallares e suínos que existem naquela propriedade agrícola, Academia de Comércio, Gymnasio Santa Cruz, Colégio Lucindo Filho, confeitaria Fluminense, Casa da América, Oficina de marcenaria movida à eletricidade do sr. Francisco Alves Viera, etc.

O novo filme de Juiz de Fora está, pois, destinado a agradar geralmente.

(O DIA, 06 dez. 1921)

Juiz de Fora parecia querer ser uma cidade grande!

Ela já gozava, desde o século XIX, do título de cidade culta. José Rangel (s/d), em suas memórias *Como o tempo passa...*, ilustra bem como a cidade se organizava, além de descrever fatos, figuras, personagens e costumes. Em seus escritos, Rangel deixa claro que

essa cultura não se tem limitado apenas à sociedade que a constitui; por intermédio dos seus institutos de educação, as suas boas letras e costumes civilizados, irradia a sua influência a regiões longínquas, muito além da circunscrição mineira (RANGEL, s/d, p. 160).

Seus institutos de educação serviam a toda a região e seu entorno, visto que, muitas vezes, os estabelecimentos de ensino se encontravam somente em centros urbanos maiores.

A fundação, em 1909, da Academia Mineira de Letras<sup>20</sup> na cidade também contribuiu para que houvesse destaque da arte das belas letras. Mesmo contrariando as expectativas e após quatro anos de sua criação ser transferida para Belo Horizonte, o prestígio de sediar essa Academia proporcionava o gozo de “ser a cidade mais culta e civilizada de Minas” justificando o título dado por Artur de Azevedo de “Atenas Mineira”, “na sua qualidade de Athenas, deve ser a capital da Grecia literaria, que no caso, é o Estado de Minas” (O PHAROL, 26 dez. 1909).

Dessa forma, quando se tratava da questão cultural, Juiz de Fora se destacava na Zona da Mata mineira, tornando-se símbolo para as demais cidades. E nesse sentido, ela parecia ser um lugar “espelhado” em outro e, em contínua relação com este, ainda que houvessem distanciamentos em alguns aspectos.

## 2.1 Reflexos da cidade espelho e seus labirintos

Walter Benjamin ao falar de Paris tratou-a como uma obra literária construída ao tentar se espelhar com outras obras-primas. Seus monumentos estariam inspirados nessas, e ao se caminhar por seus labirintos, observando seus

---

<sup>20</sup> Conforme o *Álbum do município de Juiz de Fora* (1915), os fundadores da Academia Mineira de Letras foram: Dr. Augusto de Lima, presidente honorário; Dr. Eduardo de Menezes, presidente; Machado Sobrinho, secretário geral; Brant Horta, secretário; Belmiro Braga, tesoureiro; Heitor Guimarães, bibliotecário; Estevam de Oliveira, Dilermando Cruz e Luiz de Oliveira, comissão de contas; Lindolpho Gomes, Brant Horta e Albino Esteves, comissão de bibliografia e Dr. Amanajós de Araújo, Belmiro Braga e José Rangel, na comissão de recepção.



monumentos e ruas, poder-se-ia ter a impressão de se estar em “um grande salão de biblioteca atravessado pelo Sena”. Ele utiliza em seus ensaios um profundo entendimento da cidade como poesia. Além disso, a cidade possuiria sua luz através de reflexos nos espelhos, onde sua beleza se evidenciaria. “Os espelhos são o elemento intelectual desta cidade, seu brasão, no qual se inscrevem os emblemas de todas as escolas poéticas” (BENJAMIN, 1995, p. 197). Conforme Marshall Berman (1986), Benjamin permite que sua sensibilidade o encaminhe para as luzes da bela cidade parisiense, com suas lindas mulheres, a moda, o luxo, seu jogo de superfícies deslumbrantes e cenas grandiosas, ao mesmo tempo em que não se afasta de elementos que o fazem perceber que “esse mundo luminoso é decadente, oco, viciado, espiritualmente vazio, opressivo em relação ao proletariado”. Entretanto, ele cai em tentação, “não resiste e lança seu último olhar ao *boulevard*” e sua obra se mostra com uma luminosa energia e charme irresistível. (BERMAN, 1986, p. 142).

Dialogando com as idéias de Benjamin, defendemos que mais do que outra cidade mineira, Juiz de Fora tinha seu olhar fixado no Rio de Janeiro, tendo a capital federal como um “espelho” ao qual ela tentava se enxergar, mesmo que a imagem produzida trouxesse certa distorção da cena real. Portanto, além da proximidade geográfica com o Rio de Janeiro, ela possuía um maior grau de identificação cultural em vários aspectos com a capital do Brasil se comparado com a capital mineira, Ouro Preto e, posteriormente, com Belo Horizonte. Semelhante a bela Paris que não deixava de ser um referencial a ser seguido por várias cidades espalhadas pelo mundo como modelo de cidade civilizada, no Brasil será o Rio de Janeiro, pós-reforma Pereira Passos, o espelho da metrópole a ser imitado, inclusive por cidades menores como Juiz de Fora.

Visitemos o dia 11 de agosto de 1908, momento da inauguração da Exposição Nacional<sup>21</sup>, realizada no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional. Nela deveria existir um pavilhão sobre Minas Gerais, com exposição de artigos produzidos e que

---

<sup>21</sup> Conforme Moysés Kuhlmann Júnior (2001), desde meados do século XIX e início do XX, as Exposições realizadas em vários países seriam eventos que além de possuírem dimensões monumentais, estariam ligadas às idéias de modernidade, progresso e civilização. Suas edificações eram especiais e se dividiam em pavilhões para abrigar os países, quando tinham caráter internacional, ou os estados, quando possuíam caráter nacional. Seus objetivos eram de expor produtos fabricados e produzidos pelos países e também as novidades de mercado como símbolos da ciência e do progresso.

caracterizassem este estado e as demais cidades mineiras. Como a construção de tal pavilhão encontrava-se atrasada para a entrega solene ao público, sua inauguração aconteceu somente no mês de setembro daquele ano (O PHAROL, 11 ago. 1908).



FIGURA 3 – EXPOSIÇÃO NACIONAL EM 1908, PAVILHÃO DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO  
FONTE: KUHLMANN JR., (2001, p. 84)

Através da Figura 3 podemos perceber uma grande circulação de pessoas na exposição e a monumentalidade das construções que abrigariam os produtos a serem expostos. Esses elementos demonstravam a grandiosidade e importância deste tipo de evento na época, provavelmente dirigido a uma determinada parte da população, uma vez que na imagem acima, ao se olhar atentamente, observa-se que a maioria de seus transeuntes se encontra bem vestida. O edifício maior foi destinado ao estado de São Paulo e o outro a Minas Gerais, insinuando a sobreposição e magnitude daquele sobre este.

Ao ser inaugurado, o espaço destinado às cidades mineiras contaria com a presença de Juiz de Fora, escolhida para ser uma das representantes de Minas Gerais na exposição, na qual participariam as principais cidades do estado.

Em artigo do jornal local *O Pharol* sobre a exposição, Juiz de Fora foi apresentada como uma cidade essencialmente do comércio e da indústria que

encantava os forasteiros, e ótima para os veranistas. Seu clima agradável era um atrativo para seus visitantes. No desdobramento da matéria, a descrição de suas características gerais permitia ao leitor que ela fosse compreendida como um espelho do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que se nota a tentativa de inculcação de um sentimento de autocultuação e orgulho pela cidade:

O seu aspecto geral, garrido e festivo, a desusada movimentação de carros e bondes elétricos, o borborinho constante, a fumarada dos seus grandes e bem montados estabelecimentos comerciais, fazem da cidade da zona da mata uma graciosa miniatura da capital federal sendo, por esse motivo apelidada de “Rio de Janeiro em ponto pequeno”. (O PHAROL, 11 set. 1908).

Ou ainda, a “*símile* miniaturante daquela colmeia fervereira que é a capital do Brasil” (O Pharol, 10 mar. 1913).

As referências transplantadas de modelos urbanísticos europeus resultaram em iniciativas tímidas dos padrões “haussmannianos”. Se metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro estavam longe de alcançar a representatividade monumental de cidades como Paris, Nova York ou Berlim, as iniciativas urbanísticas de Juiz de Fora se esforçavam para ser referência cidadina para a Zona da Mata mineira.

Ao observarmos a imagem fotográfica da Avenida Barão do Rio Branco no alvorecer do século XX (Figura 4), é fácil de perceber a influência da solução estética urbana do *boulevard*, com seu arruamento arborizado, que permite o convívio de seus pedestres com a natureza, e outros sinais da modernidade, como os postes de eletricidade e seus emaranhados de fios. Sob o olhar do conjunto harmonioso de seus casarões, testemunha-se o movimento dos bondes elétricos: sinal tácito do convívio do moderno com o clássico e o belo.



FIGURA 4 - AV. BARÃO DO RIO BRANCO, JUIZ DE FORA EM 1900  
FONTE: AMARAL (2006, p. 25)

No caso paulistano, como destaca Candido Malta Campos (2002), São Paulo enfrenta o seu próprio quadro de transformações que modificam sua paisagem urbana em descompasso com as veleidades modernas. Segundo esse autor,

Os paulistanos não dispunham de um quadro urbano a altura de suas pretensões tão *up-to-date*: a obsessão da velocidade dos automóveis, por exemplo, carecia de pistas largas e pavimentadas. Poucos, mas ruidosos, os automobilistas de então perturbavam a placidez da residencial avenida Paulista, única via reta, larga e asfaltada da cidade. (CAMPOS, 2002, p. 210).



FIGURA 5 – AV. PAULISTA EM SÃO PAULO, 1902.  
 FONTE: KOSSOY (2002, p. 157).

O caso de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais que começou a ser construída em fins do séc. XIX, conforme Heliana Salgueiro (2001), é um exemplo de como se afirma a relação entre urbanismo e arquitetura no final do Oitocentos. Segundo esta autora, a idéia de centralidade caminha lado a lado com a de um plano de circulação e de transportes para facilitar o comércio, a indústria e o abastecimento – no intuito evidente de integrar a futura capital a uma rede global de vias de comunicações. (SALGUEIRO, 2001).

Outras medidas previstas na planta de Belo Horizonte fazem dela uma montagem de citações, ligadas ainda às noções do *belo* e do *útil*; por exemplo, o interesse pela vegetação “artealizada” com a dupla fileira de árvores sublinhando as largas vias, ou a presença de um parque situado, como é praxe, no sítio mais acidentado. A primeira medida (a arborização), preconizada por Reynaud, é típica do urbanismo de regularização do século XIX e encontrará seu apogeu na Paris haussmanniana, enquanto a segunda (o parque) segue a tradição pitoresca, inserindo-se habilmente na planta, graças a seu contorno geométrico. (SALGUEIRO, 2001, p. 155-156).

Também a Avenida Central, depois Avenida Rio Branco (Figura 6), no Rio de Janeiro, tornou-se um marco da Reforma Pereira Passos de 1903, que pretendia remodelar a capital brasileira. Esta avenida se fez símbolo de civilização, com seu aspecto largo, embelezado por *boulevards* e com a estrutura moderna de seus edifícios.



O caráter de exemplariedade que lhe foi atribuído pelo governo e pelos meios jornalísticos acabaram por lhe alçar à categoria de espaço civilizado e moderno. As inovações incorporadas nesta via urbana não diziam respeito somente às formas externas, ao ecletismo arquitetônico que 'ornamentava' suas fachadas. Uma série de inovações – técnicas, construtivas e espaciais – estava presente nos prédios da Avenida para além da simples decoração de seus exteriores. (RICCI, 2004, p. 187-188)



FIGURA 6 – AVENIDA RIO BRANCO, RIO DE JANEIRO. INÍCIO DO SÉC. XX. Em destaque, o suntuoso e monumental prédio do Teatro Municipal concomitante ao boulevard dando graciosidade e beleza à Avenida.

FONTE: GERODETTI; CORNEJO (2004, p. 28).

O conjunto das imagens acima (Figuras 4, 5 e 6, ambas do início do século XX), nos permite dizer que quando o assunto era a questão do ordenamento de suas ruas e jardins, Juiz de Fora apresentava alguma aproximação às capitais importantes do país, seguindo uma tendência da estética dos *boulevards*. É interessante verificar a grande semelhança entre a Avenida Barão do Rio Branco (Figura 4) e a Avenida Paulista (Figura 5), com o leito da rua arborizado e seus charmosos casarões compondo a paisagem urbana. No entanto, um pequeno detalhe pode ser visualizado, a existência de um emaranhado de fios na Juiz de Fora do início do século XX, que desde 1889, já possuía o fornecimento de eletricidade através da Usina de Marmelos, inovações da tecnologia que somente após alguns anos seriam adotadas nas capitais o que acaba apontando certo pioneirismo.

No entanto, o *boulevard* foi uma inovação urbana parisiense do século XIX, tido como um decisivo ponto de partida para a sua modernização. Ele foi inventado

para permitir que o tráfego fluísse pelo centro da cidade e se movesse em linha reta, de um extremo ao outro. Eles seriam apenas uma parte do projeto de modernização da cidade, que incluiria o sistema de planejamento urbano. Os *boulevards* de Napoleão III e Haussmann<sup>22</sup> criaram novas configurações em vários aspectos para reunir um enorme contingente de pessoas. As pessoas se aglomeravam em frente às lojas de vários tipos, e em cada esquina podia-se encontrar um café ou um restaurante. As calçadas e *boulevards* eram amplos, repletos de bancos e muito arborizados. Todas essas características ajudariam a tornar Paris encantadora e sedutora, “uma festa para os olhos e sentidos” e a partir de 1880, os padrões desenvolvidos por Haussmann foram tidos como “o verdadeiro modelo do urbanismo moderno”, passando a ser reproduzido e adotado em cidades que passavam pelo processo de desenvolvimento (BERMAN, 1986).

A inserção de praças e *boulevards* no meio da cidade nos mostra a inter-relação da natureza e cidade, como se o homem não pudesse viver somente em meio aos edifícios e calçamentos.

Em Paris, para Giedion (2004), nenhuma maior inovação do que os parques e *boulevards* teria acontecido até então. Estes contrastavam com o tráfego intenso das avenidas e, posteriormente, seriam copiados por várias cidades do mundo.

Juiz de Fora tenta se embelezar por meio da arborização de suas vias. Nesse meio tempo, em 1911, um evento atrapalharia seu ordenamento: o calçamento inadequado de várias ruas, fonte de críticas na imprensa sobre o antigo método de plantar árvores junto aos meio-fios da calçada, expostos à “rodagem” e em ruas com mais de 15 metros de largura (seguindo os moldes de Paris). Entretanto, havia a defesa de que mesmo as ruas com menor metragem também recebessem arborização com o objetivo de embelezar e sanear o ambiente (O PHAROL, 12 mar. 1911), pois, caso contrário, somente as principais ruas e avenidas

---

<sup>22</sup> Napoleão III, durante seu reinado, delineia a transformação de Paris, empregando um conjunto de obras e projetos que passam a ser colocados em prática. Por administrar estes assuntos da mesma maneira que a política, logo surgiram sérias dificuldades e, deste modo, Napoleão permitiu que Haussmann dirigisse Paris. Georges-Eugène Haussmann, Préfet de la Seine sob o reinado de Napoleão III, mudou consideravelmente a situação, com o desejo de criar uma estrutura esplêndida para as grandes tradições preservadas em Paris, ao mesmo tempo que pretendia transformá-la na primeira grande cidade da era industrial. Assim, Paris foi inteiramente adaptada às novas condições do século XIX. (GIEDION, 2004, pp. 766-767). Não se pode esquecer que essas modificações e a destruição da parte velha de Paris, tiveram como objetivo principal evitar as barricadas, que eram erguidas do dia para a noite pelos revolucionários trabalhadores, que aconteceram em ocasiões distintas e por várias vezes entre 1827 e 1852 nas ruas e vielas desta cidade. Dessa forma, organizar e modificar a paisagem urbana em vias amplas e contínuas eram medidas entendidas como as melhores para se evitar e controlar as rebeliões. (GIEDION, 2004, p. 764).

seriam embelezadas e arborizadas, neste caso, estas possuíam metragens entre 30 e 15 metros de largura (ALMANACH DE JUIZ DE FORA, 1914).

Walter Benjamin (1989) observa que para o *flâneur* a rua teria uma grande importância, pois ela seria a via que levaria o flanador a apreciar a paisagem da cidade, conduzindo-o a um tempo desaparecido.

Todavia, outro sinal da modernidade compartilha o espaço das ruas com os bondes elétricos e as pessoas, são os automóveis. Nos primeiros decênios do século XX, tanto os carros particulares quanto os “carros de praça” passam a estar cada vez mais presentes na vida da cidade. O movimento das pessoas e veículos caracteriza a circulação urbana como propulsora da dinâmica que rege a cidade (LIMA; CARVALHO, 1997). Na Figura 7, podemos observar os componentes da paisagem urbana que explicitam o adensamento urbano, como por exemplo, a harmonia das construções, a significativa quantidade de carros estacionados, o alinhamento da rua, distinguindo calçada e leito, e a movimentação de pessoas.

Nicolau Sevcendo (1992) alerta que com o advento das máquinas, o automobilismo tornava-se um culto em São Paulo. O carro era um fato novo e acessível a algumas pessoas da população, os ricos e poderosos. Esses carros, que geravam prestígio e demonstravam ousadia, muitas vezes causavam acidentes e mortes que ficavam impunes. Salvo os clamores dos diários pela imprensa paulistana, pouco se fazia de forma defensiva para a maior parte da população da cidade.





FIGURA 7 – CRUZAMENTO DAS RUAS HALFELD E AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO EM 1930.

FONTE: AMARAL (2006, p. 05)

A cidade também serviu de rota para os famosos *raids aéreos*<sup>23</sup> que aconteciam na década de 1920, promovidos pela Escola de Aviação Militar. Segundo o jornal *O Dia*, no dia 11 de junho de 1921 havia rumores de que seriam realizados *raids aéreos* entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo, e, Rio de Janeiro e Curitiba. De fato, alguns dias depois acontece o *raid aéreo* tão esperado! No dia 17 daquele mês é veiculada, nas páginas deste mesmo jornal, a notícia de que havia acontecido no dia 16 um *raid aéreo* entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora, o qual foi recebido com prestígio por integrantes do exército, “distintas” famílias e populares no campo de aterrissagem. Um verdadeiro espetáculo para a população! A aproximação geográfica com o Rio de Janeiro agora era maior, com apenas uma hora e quarenta minutos de voo se chegava a esse

<sup>23</sup> Nas grandes aventuras aéreas, ou grandes desafios aéreos, se percorria uma grande distância entre duas localidades, onde os aviões rasgavam os céus em alta velocidade, um verdadeiro espetáculo para a época. O primeiro *raid aéreo* teria acontecido, em 1916, das Ilhas das Enxadas rumo à Enseada Baptista das Neves, em Angra dos Reis–RJ, onde funcionava a Escola Naval. Posterior a isso, somente em 1919 é que os *raids aéreos* tornam a acontecer. Em 1920, acontece um *raid* entre a capital do Brasil, o Rio de Janeiro, e a capital da Argentina, Buenos Aires. Fato inédito na aviação mundial também aconteceria anos depois, como o feito em 1922, a travessia do oceano Atlântico entre Lisboa e Rio de Janeiro. Para maiores informações ver: Os primeiros *raids aéreos*; disponível em: <<http://www.naval.com.br/ANB/ANB-historico/ANB-histo5-raids.htm>> Acesso em 16 de out. 2008.

destino e vice-versa, resultado esse que era fruto da tecnologia e modernidade, além de indicar que Juiz de fora estava na rota das grandes cidades para os *raids aéreos*.

Essa novidade também acontecia em São Paulo e era a “nova grande sensação” imposta durante os anos de 1920 afora (SEVCENKO, 1992, p. 77). Os aviões deixavam de ser vistos como instrumento militar e passavam a ser encarados como diversão e esporte. Tornaram-se o assunto da época com as novas conquistas, principalmente dos *raids*, mas também com os trágicos acidentes.

Outra fonte de excitação e divertimento eram as jogatinas feitas nos cassinos que prometiam proporcionar aos associados diversão através dos jogos permitidos, habilitando-se conforme a lei para seu funcionamento (O DIA, 13 set. 1921). Jogatina que muitas das vezes era aprovada e tratada como uma atividade não criminosa uma vez que era amparada pela lei. No entanto, esta atividade explorava o vício que se alastrava nas classes sociais. A freqüentação das casas de diversão com jogos de azar era criticada em São Paulo, pois produzia efeitos horríveis e de forma desenfreada! (SEVCENKO, 1992).

O trânsito entre Juiz de Fora e a capital federal, através da estrada União e Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil, facilitava a comunicação entre as duas cidades, permitindo que as influências da cultura metropolitana chegassem com certa facilidade à cidade mineira. Dessa mesma forma, o intercâmbio entre essas duas cidades também era estabelecido quando eram destinados ao Rio de Janeiro produtos agrícolas e industriais.

Essa influência também se fazia através da imprensa que “gera uma torrente de informações, cujo efeito estimulante é tanto mais forte quanto mais desprovidas estejam de qualquer aproveitamento. Apenas a ubiqüidade do leitor tornaria possível aproveitá-las; e assim se produz também a sua ilusão”. (BENJAMIN, 1989, p. 225).

O consumo de jornais e revistas, principalmente revistas de moda vindas da capital federal, era significativo na sociedade juizforana. Para se ter uma idéia, quase trezentos exemplares de grandes jornais eram vendidos avulsos pela agência de jornais do Sr. M Campos & Comp., sem contar as assinaturas mensais e as outras agências distribuidoras. Dentre os jornais cariocas consumidos estavam “Correio da Manhã”, “O Imparcial”, “Gazeta de Notícias”, “O Paiz”, “A Epocha”, “Jornal do Brasil” e “Jornal do Commercio” (O PHAROL, 11 set. 1913).

Possivelmente Juiz de Fora estava entre os primeiros centros urbanos mineiros que consumiam estes tipos de veículos informativos. Ainda pensando no recurso da comunicação, fica evidente a influência do Rio de Janeiro sobre a cidade mineira, ou seja, na imprensa juizforana local. Além de serem os meios que traziam as últimas notícias sobre o vestuário, mobiliário, peças teatrais, os livros em voga, comportamento, lazer, estética e de notícias sobre as epidemias que assolavam a capital, também eram inúmeros os anúncios, como em seus *Almanachs*<sup>24</sup>, produzidos anualmente, que anunciavam serviços de autônomos, como advogados e médicos. Anunciavam ainda institutos de ensino, vários produtos, principalmente remédios fabricados e vendidos na capital federal, casas comerciais, casas bancárias, entre outros. Mesmo que estes existissem na cidade, havia certo *glamour* em se ir até a capital do país para utilizar esses tipos de serviços. Vê-se que nas Figuras 8 e 9 no conjunto de informações dos anúncios feitos no jornal mineiro, encontra-se o dado, mesmo em letras pequenas, de que tanto a “Optica Moderna” quanto o “Elixir 609” estavam disponíveis no Rio de Janeiro.



FIGURA 8 – ANÚNCIO DE JORNAL  
FONTE: Jornal O DIA, 22 jan. 1926, p. 2.



FIGURA 9 – ANÚNCIO DE JORNAL  
FONTE: Jornal O DIA, 16 jan. 1920, p. 3.

<sup>24</sup> Os *Almanachs* funcionavam como um catálogo de propaganda e guia de bens e serviços que se encontravam na cidade, bem como os disponíveis em outras cidades da redondeza. Além disso, também possuíam tabelas de horários dos trens, poesias e crônicas em suas páginas. Conseguimos localizar e analisar os *Almanachs* produzidos em Juiz de Fora nos anos de 1914, 1917 e 1922.

Um elemento que dava graciosidade e charme às ruas da cidade era seu comércio com suas vitrines expondo seus produtos muitas vezes vindos do Rio de Janeiro e até da Europa, negociados por importadoras fluminenses ou lojas filiais estabelecidas em Juiz de Fora. Como observado nos anúncios dos *Almanachs* da cidade, os artigos iam desde chapéus, alfaiataria, louças, jóias, objetos de arte, até artigos de papelaria, escritório, livros, enxovais, entre outros. Como pode ser observado na Figura 10, uma gama variada de objetos encontram-se na vitrine da loja. São luminárias, gramofones, sombrinhas, vasos de louça e outros.



FIGURA 10 – VITRINE DE LOJA NA RUA HALFELD – A foto data entre os anos de 1920 e 1930.  
FONTE: TRIBUNA DE MINAS (1998, p.10).

Para isso, um local específico da cidade seria escolhido, a Rua Halfeld. Ela era uma verdadeira vitrine viva, pois boa parte das casas comerciais de variados tipos se encontravam ali. A “vitrine” assim como o “espelho” permitiria a visualização de algo, o vidro é material que expõe e ao mesmo tempo limita o toque, a experiência do tato. Nesse caso, as vitrines mostravam e reforçavam um desejo de modernizar, de estar em dia com os últimos lançamentos de artigos variados,



fossem da capital federal ou do sofisticado mundo europeu. Acabavam sendo um reflexo emitido dos espelhos da capital brasileira para os olhares atentos ou dispersos que passavam. Andar na cidade se tornava uma experiência sensível ao corpo. Ainda na figura 10 observamos um grupo de homens em frente à loja. O que fariam ali? Estariam ali para “prosear”? Ver o movimento dos transeuntes? Ou admirar as moças que faziam o *footing* no final da tarde, aproveitando este momento para trocar olhares e sorrisos discretos?

Outro tipo de comércio existente na cidade, mas diferente dos anteriores eram os gabinetes de fotografias. Espalhados por todo o país, a maior parte localizava-se no Rio de Janeiro e São Paulo (KOSSOY, 2002). Presentes em Juiz de Fora desde o final do século XIX, muitas das vezes, eles eram os responsáveis pela confecção e venda dos cartões – postais de diferentes paisagens da cidade e variados tipos de serviços. No entanto, seus equipamentos e suprimentos muitas vezes vinham do Rio de Janeiro, importados da Europa e dos Estados Unidos. Muitos ofereciam seus serviços nas páginas de jornal ou em catálogos de propaganda, como é o caso de alguns fotógrafos que se encontravam na cidade e que Boris Kossoy (2002) catalogou em seu dicionário histórico-fotográfico através de anúncios nos *Almanachs*. Foram eles: A. Alvarez; Bras Xavier Bastos; Bettencourt; Erhard Brand; Brescia; Alberto Cohen; Raphael Contreras; Machado, e, Fotografia Artística, todos com uma localização privilegiada, no centro da cidade, em lugares de boa afluência de pessoas. Apesar da pequena quantidade de fotógrafos para uma cidade que na década de 1920 possuía cerca de 60 mil habitantes, em sua parte urbanizada acredita-se que existiam outros, mas que não realizavam sua divulgação nos veículos informativos.

Dessa forma, o espaço comercial através da visualização das vitrines de produtos e de sociabilidades importadas da Europa, pode ser compreendido como símbolo de uma cultura que possuía o mundo do ocidente europeu como espelho e que tinha como mediador dessa comunicação, na maioria das vezes, o Rio de Janeiro.

No entanto, outra aproximação com o Rio de Janeiro existiria, mesmo que negativa: foram os problemas com saneamento urbano. Como fora abordado por Sidney Chalhoub (1996), em fins do século XIX e início do XX, a cidade do Rio de

Janeiro<sup>25</sup> possuía graves problemas de organização urbana, higiene, habitação e doenças, o que levou à necessidade de reformas e políticas sanitárias influenciadas por discussões a nível mundial sobre a salubridade, na tentativa de solucionar esses problemas. Também, nesse mesmo período, Juiz de Fora era vítima de epidemias, como varíola, cólera, tifo, febre amarela, sem contar os problemas de habitação e carestia de vida que estavam presentes, principalmente, na década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial. Esses são problemas que, segundo Christo (1994), acompanham a modernização e a imagem de progresso das cidades. Outro fator que contribuiria com este quadro seria a aglomeração de pessoas nos novos centros urbanos que foram surgindo, com a criação dos pontos comerciais e indústrias. Até 1930 a cidade transita de uma contínua produção cafeeira para um intenso processo de industrialização<sup>26</sup>, exigindo sua organização para atender as novas demandas da economia. Portanto, foram necessárias políticas e medidas que promovessem melhorias urbanas e sanitárias na cidade em expansão. Quanto aos problemas de saúde pública a cidade contou com a constante presença da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) nas discussões com a Câmara Municipal.

Conforme Cláudia Thurler Ricci (2004), as reformas urbanas no início do século XX no Rio de Janeiro também faziam parte de um desejo da elite republicana para a instauração de uma nova sociedade, civilizada e em dia com os progressos que a ciência e a técnica poderiam oferecer. O desejo de modernização se espalharia pela cidade. Ricci (2004) entendeu que a reforma Pereira Passos, em 1903, no Rio de Janeiro, seria uma adoção à prática moderna e civilizada. Tais reformas pressupunham uma nova maneira de ver e conceber a cidade, que seria vista como “local de mobilidade por excelência, dinâmico organismo vivo e que necessitava de intervenções para cumprir suas novas atribuições de circulação de mercadorias, de capitais e de idéias” (p. 355-356).

Assim, para Juiz de Fora, estar próximo à vida do Rio de Janeiro significava civilizar-se e ter “ares” de cidade cosmopolita, mesmo que ela possuísse características de uma cidade do interior e que imagens fossem construídas para representá-la, transformando-a em uma cidade bela e formosa.

---

<sup>25</sup> Não só o Rio de Janeiro, mas também São Paulo passavam por problemas de higiene no início do século como pode ser observado em Nicolau Sevckenko (1992).

<sup>26</sup> Como pode ser visto em Domingos Giroletti (1988) que analisou o processo de industrialização na cidade de Juiz de Fora.

Mas ao mesmo tempo percebe-se que ao percorrer os seus “labirintos”, diversos problemas acompanhavam esse desenvolvimento originado pelo progresso, como os alagamentos no período de chuvas, a má conservação das ruas e as doenças que eram constantes.

Ser uma cidade bela, seria um mito construído por sua população e/ou seus dirigentes, produzindo um discurso para mascarar os problemas enfrentados pela Juiz de Fora de outrora? É o que discutiremos a seguir.

## 2.2 Os mitos de uma poesia urbana

A paisagem da cidade além de provocar uma poesia urbana através de seus olhares, também cria seus mitos. O ambiente familiarizado por seus nomes e símbolos permite lembranças e a constituição de imagens através da imaginabilidade das pessoas que por ali passam e observam. A cidade como horizonte, possibilita o entrelaçamento de linguagens.

Cidades de histórias, dotadas do peso e da permanência das extraordinárias paisagens. Horizontes de pedra, onde o mais moderno convive com a decadência, o futuro com a antiguidade. Um solo arcaico, juncado de vestígios e lembranças. Visões da cidade como um sítio arqueológico. (PEIXOTO, 1996, p. 12).

Através das lembranças e/ou símbolos comuns de um determinado lugar, é que um grupo comum pode trocar relações e comunicar-se entre si. Cada detalhe de uma determinada região permite o surgimento de um mito, e cada cena sugere a lembrança de sua cultura comum. (LYNCH, 1997).

Os mitos não estão relacionados somente aos lugares da cidade, mas também aos acontecimentos e aos seus “tipos populares”. Esses são criados por sua história de vida e comportamento, e fazem parte de uma manifestação cultural.

Juiz de Fora possuía este tipo de manifestação. O *Almanach de Juiz de Fora de 1914* trazia na matéria “Os Typos Populares”, alguns nomes desses personagens e suas características. Entretanto, também anunciava que infelizmente a cidade estava perdendo-os paulatinamente.

Juiz de Fora foi perdendo, pouco a pouco, os seus “typos populares”, e cheios de originalidade.

Ontem era o João Diamante; a Maria Comportada; a Rainha; o Espicha... – e não sabemos quantos outros.

O João Diamante, um “mina” de olhos sempre vermelhos, chapéu de couro, macambúzio, com bernal ao lado, fora um antigo empregado de *minas* “diamantiníferas”.

Achando, certa vez, um belo diamante, escondeu-o, mas ao chegar a tarde, quando se ia do serviço, foi detido, teve perdida a desejada pedra e como pagamento, dispensa do serviço...

Entrou a ver brilhantes em toda a parte... Pedras, eram brilhantes; pedrinhas, brilhantes eram; calhós, em suas mãos, sofriam torturas, fragmentavam-se, eram “brilhantes”...

(...)

Depois... a Rainha... Lembram-se? Sempre coroada, sempre com uma latinha á mão, cortava as suas ervas, fazia os seus jejuns, a sua penitencia para cumprir a sua “promessa...” Depois, ia ao Paraibuna punha-se lá nos trajes de Eva do Paraíso e... agüentava as pedradas da garotada...

A Maria Comportada? Quem a esqueceu? – Gorda, rotunda, mulata de bons pulmões, fincava as mãos aos quadris e destemperava a língua:

- *Bota no Pharó ... Os moleques não mi dêxa pará!...*

E si encontrava algum conhecido, batia-lhe ao ombro, adocicada a voz:

- *Dá cá uma nica, diabo!*

E embarafustava as mãos pelo bolso do colete dos outros e... lá se ia a *nica*...

Mas todos esses morreram. Restam poucos e dentre eles, o mais popular, o *Chico*:

- *É mesmo seu moço... É mesmo: Santa Bárbara, Rio Novo, Pomba...*

E vai-se, dando pernadas, chapéu à nuca, cachimbo fumegando, a cara escanhoadada. **A.** (ALMANACH, 1914, p. 25).

Essa crônica, assinada por **A**, nos demonstra a característica de cada um desses personagens populares, que deviam tornar a cidade ainda mais interessante para seus habitantes e visitantes, com uma pitada do cômico e que pareciam tornar-se mitos perante os habitantes da cidade e em sua memória. Não podemos esquecer que sobre muitos desses tipos populares também havia um lado de tragédia que os acompanhava, como a solidão, a fome, a doença, o alcoolismo, a droga e outras tantas. Carregavam a contradição da admiração e de resistência da modernidade.

No entanto, os jornais da cidade, através de seus cronistas, sempre traziam em suas páginas referências desta como bela e encantadora: “Juiz de Fora, linda na sua graça, no seu progresso, no seu desenvolvimento!” (O Pharol, 10 abr. 1913).

E, continua:

as fábricas que vomitam fumarada espessa para o céu azulescente e concavo; a linha matizada de suas ruas bordadas de casas; os seus estabelecimentos de ensino, tudo, enfim, fala de uma energia que não morre, não periclita, não transige, antes, mais se alenta, mais se fortifica e prospera e cria fama... ( O PHAROL, 10 abr. 1913).



O cronista do jornal parece poetizar os símbolos da cidade ao descrever suas características que segundo ele atraíam as pessoas de fora e mostravam a essas “o hydromel da vida em suas variadas manifestações” (O PHAROL, 10 abr. 1913). Além de propagandear e atrair à cidade as pessoas de outras localidades em que esse jornal circulava, outra função existe aqui, a criação de um discurso para seus moradores e para os possíveis visitantes que visa mostrá-la como uma cidade que conquista por sua beleza e progresso, e, que acolhe seus visitantes através de sua simplicidade, tornando-se terra e fraterna para os que ali chegavam e que acreditavam que as possibilidades oferecidas por ela poderiam instituir sentimentos de esperança e de melhores condições de vida.

A cidade ganha as páginas do livro “Juiz de Fora: poema lyrico” em 1926 traduzida pelas palvaras do poeta modernista Austen Amaro<sup>27</sup>. Agora os elementos da cidade se apresentam em forma estética de poesia urbana.

O desperatar industrial de Juiz de Fora  
Com sirenas cantando na manhã sonora!

Passam moças morenas!  
Passam louras e mulatas!  
Vão apressadas  
pisando! pisando!  
Vão para as fábricas!

(...)

Eu caminho na manhã sonora.  
Agora,  
ramerronam pesados caminhões!  
E carroças grandes atritando!  
Na torre da estação  
Não há nenhuma castelã!  
(AMARO, 1926, p. 41)

---

<sup>27</sup> Austen Amaro de Moura Drummond nasceu em Belo Horizonte em 1901 e aí faleceu em 1991. Estreou em livros em 1926 com “Juiz de Fora”. Publicou a seguir os livros de poemas “Ante o mistério do amor e da morte!” (1930); “Poemetos à feição do oriente” (1939) e “Imaginária Hélade” (1971). Conviveu com o grupo modernista mineiro de que faziam parte Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Abgar Renault, Emílio Moura, Aníbal Machado, entre outros. Colaborou em vários órgãos da imprensa, como “Revista Mineira”, “Folha de Minas”, “Alterosa”, “O Jornal” e “O Cruzeiro”. (GUIMARÃES, 2004, p. 89). Ao passar uma temporada na década de 1920 em Juiz de Fora, Austen Amaro descobriu elementos para a partir deles produzir seu longo poema, que para Júlio C. Guimarães, “ultrapassa os limites da cidade e pode ser considerado como tentativa de soma das expectativas de uma geração em relação ao país” (GUIMARÃES, 2004).

Austen Amaro demonstra em suas palavras o cotidiano da cidade naquela época, seu elevado número de indústrias é que despertava pelas manhãs seus habitantes e demarcavam o início do dia, de mais um dia de trabalho para seus habitantes e operários, fossem eles mestiços, negros, imigrantes. A presença das mulheres nas fábricas é cada vez maior, fosse em Juiz de Fora, Rio de Janeiro ou São Paulo. Para Walter Benjamin (1989) o século XIX começou a empregar a mulher, sem reservas, no processo produtivo, fora do âmbito doméstico, colocando-as nas fábricas. Para este autor, ao analisar os escritos de Baudelaire, com a modificação da natureza feminina tendências foram reveladas, como a corporação das mulheres e também uma “profunda idiosincrasia à gravidez.” (BENJAMIN, 1989, p. 91). Ainda, Nicolau Sevcenko (1992) nos lembra que em São Paulo na década de 1920, o espanto e escândalo ocorriam com a mudança dos hábitos e trajes femininos. “As moças aderiam aos trajes desportivos e modernos, delicias com ares de independência e voluntariedade que eles conotavam, desencadeando assim uma comoção que atravessou décadas”. (SEVCENKO, 1992, p. 49-50). Nesse movimento, as operárias saíam às ruas para o pequeno repouso das doze horas, enquanto senhoras e moças das casas de família se recolhiam para o almoço e a sesta.

O movimento da paisagem urbana era constituído por seus caminhões, trens e carroças além das pessoas a passarem rapidamente nas ruas da cidade indicando a corrida contra o tempo, o fervor da modernidade<sup>28</sup>. E, como observou Charles Baudelaire em seus escritos ao falar das características ambíguas da modernidade,

“é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e todos os venenos usados na fabricação de obras-primas... Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais, não obstante, a Terra lhe deve.” (BAUDELAIRE apud BENJAMIN, 1989, p. 73).

Mas Juiz de Fora é do interior, é de Minas e permanece ligada ao catolicismo:

Morro do Imperador!

---

<sup>28</sup> Essas características também podem ser observadas na música “Três Apitos” do carioca Noel Rosa, em que as fábricas e os automóveis percorrem o cancionário musical, componentes da modernidade: “Você que atende ao apito/ De uma chaminé de barro/ Por que não atende ao grito/ Tão aflito/ Da buzina/ Do meu carro?”

com o Cristo abençoando a tua vida, Juiz de Fora!  
 (Bendito o grude do Catolicismo!)  
 (AMARO, 1926, p. 55)

E se Catulo assistisse  
 o luar de Juiz de Fora,  
 quando a lua vai sumindo  
 atrás do morro do Cristo,  
 diria que tinha visto  
 a hóstia branca e sagrada,  
 molhada de claridade,  
 santificando a Cidade!

Diria que tinha visto  
 a hóstia branca e sagrada,  
 molhada de claridade,  
 como uma auréola divina!  
 como um grande resplendor!  
 sobre a fronte alcandorada  
 do Cristo do Imperador!  
 (AMARO, 1926, p. 65)

Nestes trechos do poema, estão relacionados elementos da natureza, como a lua, o Morro do Imperador, também chamado de Morro do Cristo<sup>29</sup> e elementos da religião católica como auréola divina, hóstia branca e sagrada. Assim, eles nos dão indícios que mesmo com sua vida voltada mais para o trabalho e com seu desenvolvimento cultural aguçado, a cidade na década de 1920 permanecia envolvida e influenciada pela Igreja Católica, mesmo que essa influência se mostrasse de forma mais acentuada em outras cidades mineiras.

Rua do Espírito Santo!  
 rampando certa! Retilínea!  
 de vivendas florindo entre grades boas de se ver!  
 Rua linda de Santo Antônio!  
 com árvores redondas! De brinquedos!  
 árvores penteadas!  
 civilizadas!  
 Cada casa é um jardim!

É assim!  
 a cidade:

Casas adolescendo na indeterminação mesclada  
 dos estilos!

Bungalôs lindamente enquistados!  
 Coloniais anacrônicos!

E a cúpula arquitetônica dos estilos vai gerando o estilo!  
 (AMARO, 1926, p. 56-57)

---

<sup>29</sup> O nome Morro do Cristo deve-se por existir nesse local um monumento religioso que simbolizaria a bênção de Cristo sobre a cidade.

A paisagem da cidade continua em evidência. Agora suas ruas e casas são as privilegiadas! Ruas retílineas e arborizadas, características de cidades organizadas e modernas. Até as árvores são civilizadas, e de boa aparência, por apresentarem “poda” que lembraria um penteado. Mesmo porque, a mata nativa não harmonizava com o urbanismo que se firmava na cidade. A relação do urbano com os elementos da natureza na modernidade é ambígua. Ora pretende-se domesticá-la, como é o caso das “árvores civilizadas”, dos “jardins nas casas” e também do processo de retificação do Rio Paraibuna, ora pretende-se a reconciliação com ela, como exemplo, a necessidade de áreas verdes encravadas no meio da cidade. As casas adolecendo mostram o fervor imobiliário pelo qual a cidade passava nas primeiras décadas do século XX e o crescente número de habitantes, com abertura de loteamentos e incentivo da câmara municipal para se construir, visto que a falta de imóveis para alugar fazia o preço chegar às alturas, até mesmo os dos cortiços e casebres espalhados pela cidade!<sup>30</sup>

A noite juizforana também foi alvo do poeta:

Noite bem mineira de Juiz de Fora!  
com automóveis pirilampeando nas perspectivas!  
com rondas álacres de crianças cirandando  
no sossego de grilo dos bairros além!

Cessou agora o cremalhar datilográfico das máquinas.  
Cessou agora o estalar estafante das polias.  
E depois do dia útil,  
a noite restauradora,  
noite boa! Convida! Convida!  
Cartazes fílmicos ensaiam nos espelhos!  
Cafés! E o mármore das mesas tine tostões!  
Jornais! Rápidos garotos anunciam vitórias  
na abordagem lépida dos bondes!  
(AMARO, 1926, p. 70)

Agora, a noite dava lugar às atividades culturais, quer fossem nas brincadeiras de rua das crianças ou nos eventos para adultos, desde o cinema até os cafés. E permanece ali mostrando a modernidade, o automóvel com seus faróis lembrando os pirilampos dos lugares distantes do centro da cidade e do campo e iluminando a paisagem urbana, os bondes cheios de trabalhadores voltando para suas casas após um dia cansativo de trabalho. Noite de Juiz de Fora que poderia

---

<sup>30</sup> Para se ter uma idéia, somente no ano de 1912 foram construídas na cidade 212 novas casas, sem considerar as reformas e reconstruções de outros prédios, número este considerável, já que ele permitia uma estimativa de no mínimo 1.060 novos habitantes na cidade.(O PHAROL, 06 abr. 1913).

ser comparada à noite carioca, nos eventos culturais, que foi descrita também em poesia pelo poeta juizforano Murilo Mendes<sup>31</sup> entre 1925 e 1929. A noite carioca que trazia os “enamorados”, a música e certa sensualidade de suas mulatas a dançar o maxixe.

Noite da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro  
tão gostosa  
que os estadistas europeus lamentam ter conhecido tão tarde.  
Casais grudados nos portões de jasmineiros...  
A baía de Guanabara, diferente das outras baías, é camarada,  
recebe na sala de visita todos os navios do mundo  
e não fecha a cara.  
Tudo perde o equilíbrio nesta noite,  
as estrelas não são mais constelações célebres,  
são lamparinas com ares domingueiros,  
as sonatas de Beethoven realejadas nos pianos dos bairros distintos  
não são mais obras importantes do gênio imortal,  
são valsas arrebatadas...  
Perfume vira cheiro,  
as mulatas de brutas ancas dançam o maxixe nos criouléus  
suarentos.

O Pão de Açúcar é um cão de fila todo especial  
que nunca se lembra de latir pros inimigos que transpõem a barra  
e às 10 horas apaga os olhos pra dormir.  
(MENDES, 1988, p. 39).

Além de identificarmos certa aproximação no item cultural das cidades através desses poemas da década de 1920, também podemos evidenciar aqui, que a noite seria um momento para a juventude, ora representada pelas “crianças”, ora pelos casais de namorados, provavelmente jovens, que aparecem na poesia. Outra aproximação seria a simpatia que a “acolhedora” terra mineira tinha com seus visitantes como fora comentado e, no caso da capital carioca, da recepção ao estrangeiro na baía de Guanabara.

Sabe-se que cada artista possui olhares e sensibilidades diferentes, e que o tipo de poesia produzido, também pode ter um resultado diferente quando observado pelos olhares de outros poetas e artistas. No entanto, naquele momento havia uma grande proximidade entre Austen Amaro e Pedro Nava.

---

<sup>31</sup> Nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 13 de maio de 1901, Murilo Mendes mudara-se para o Rio de Janeiro, indo passar os últimos vinte anos de sua vida na Europa. A partir de 1957 ele foi professor de Cultura Brasileira na Universidade de Roma. Morre em Lisboa no ano de 1975. Várias foram suas publicações. Podemos citar algumas como, *Poemas* (1930), *Bumba-meu-poeta* (1930-31), *História do Brasil* (1932), *O visionário* (1941), *Mundo Enigma* (1945), *Siciliana* (1959), *Italianissima* (1965), *A idade do serrote* (1968), *Retratos-relâmpago* (1973), entre outros. (PICCHIO, 1988).

Ao interpretar o desenho produzido por Nava para a capa do livro de Amaro (Figura 11), *Juiz de Fora: poema lyrico*, identificamos que a imagem produzida por ele está em consonância com o que os versos do poeta queriam falar sobre a Juiz de Fora que este percebeu. Nava desenha e descreve através de seus traçados a imagem que ele vê e acredita representar a cidade na década de 1920. No alto do morro (o Morro do Imperador, ou Morro do Cristo), vê-se um cruzeiro com um prédio ao lado, simbolizando o monumento a Cristo existente ali, demonstrando que além de possuir suas igrejas e capelas a cidade recebe as bênçãos de Cristo e que ela também estava sob o olhar de vigilância da Igreja Católica. Em meio às construções, imensas chaminés com suas fumaças nos indicam a existência de várias fábricas espalhadas em diferentes pontos da cidade e em plena atividade. Em um plano médio da figura, observa-se a torre da estação de trem, com seu relógio que marca o tempo, o tempo das viagens e do dia de trabalho. E, em destaque, um trem de ferro soltando fumaça passa pela cidade sobre os trilhos que levavam ao Rio de Janeiro ou para o interior das Minas Gerais. A cidade estava em conformidade com as rápidas mudanças do mundo naquele período, no passo apressado da modernidade.

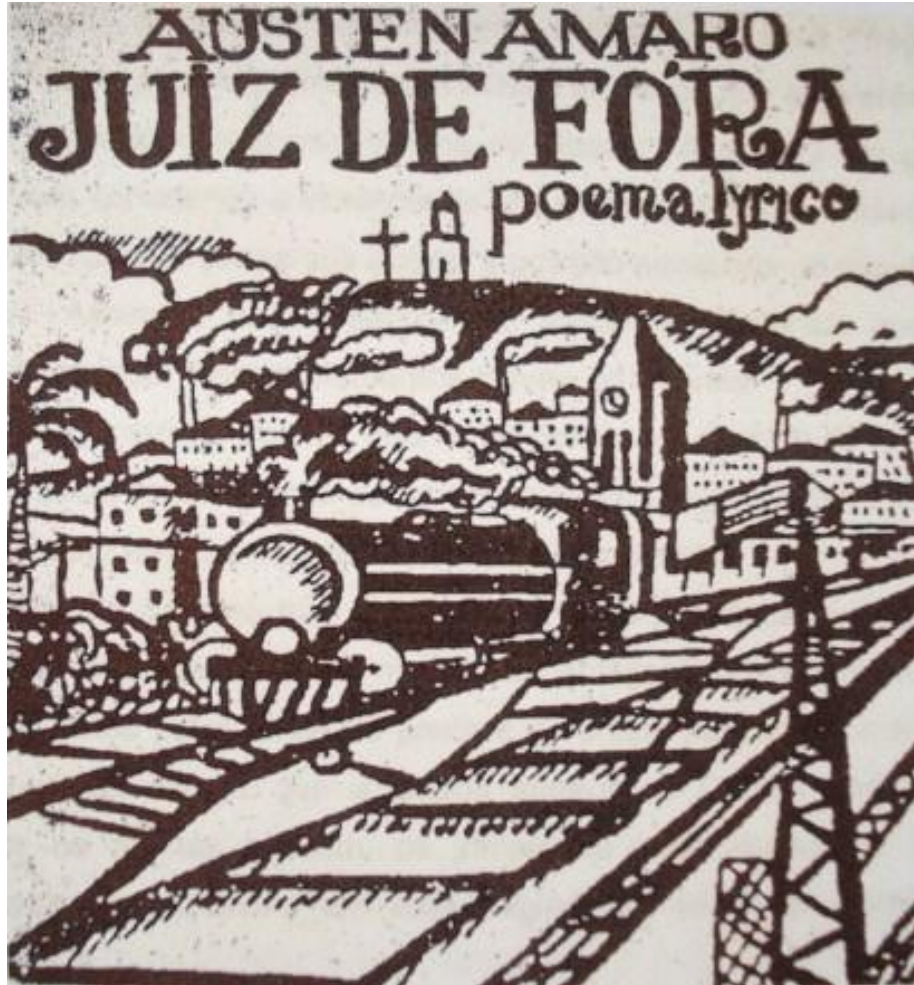


FIGURA 11 – CAPA DO LIVRO “JUIZ DE FORA: POEMA LYRICO”, DESENHADA POR PEDRO NAVA.  
 FONTE: AMARO (1926)

A idéia de uma poesia urbana ainda pode ser pensada nas cenas do filme (citado na página 39) que evidenciou o “Histórico da cidade”, a “Juiz de Fora militar”, e, os investimentos como os “Estabelecimentos de ensino, Agricultura, Comércio e Indústrias”, lugares e símbolos da cidade considerados importantes. Ele sugere uma escolha – ou imposição, visto que várias casas comerciais relatadas no anúncio de jornal estariam presentes no filme e que supostamente teriam financiado essa película<sup>32</sup> – de seu produtor dos lugares tidos como belos, pitorescos e interessantes, que pudessem construir uma imagem poetizada da mesma. Suas possíveis “tomadas à distância”, englobando o plano geral das paisagens citadinas,

<sup>32</sup> As “paisagens urbanas encontraram uma outra expressão, documental e ficcional, com a entrada em cena do filme. O cinema recompõe, pela imagem em movimento, a expressão da vida na urbe, metrópole ou pequena cidade, a exibir em composição as facetas da materialidade e da sociabilidade. Cidades antigas, cidades modernas, cidades do futuro, cidades encantadas; o urbano é palco e cenário desse espetáculo de imagem e movimento, som, luz e fala, mas também é objeto de uma reflexão que põe a urbanidade com um centro de reflexão.” (PESAVENTO, 2007, p. 22).

sem a “violência do *close*”<sup>33</sup> que poderia mostrar em seus “fragmentos” as imperfeições da paisagem, permitiria uma visão ampla do que se pretendia mostrar, e nesse caso, exibindo a poesia urbana da cidade. “A câmera em geral a meia distância, nunca cometendo a violência de um *close*, tomando o cuidado de não se aproximar excessivamente, parece buscar a posição adequada do olhar” (PEIXOTO, 1996, p. 57). Assim, a poesia estaria em todos os elementos que formam a paisagem urbana, quer fossem elementos móveis ou imóveis.

Tanto no caso do poema, quanto do desenho e mesmo do filme, podemos entender que estas foram formas de se construir um imaginário em torno da cidade que cada um imaginava ou experienciava como forma ideal.

No entanto, mesmo que tanta beleza fosse poetizada por seus cronistas, poetas, fotógrafos, visitantes e até moradores, antagonismos existiram. A beleza e encantamento vistos pelos olhos do poeta e do artista pareciam tornar-se um mito frente às questões difíceis que a cidade enfrentava. Confrontando as idéias e imagens que os artistas criavam, os jornais do início do século XX exibiam, propagandeavam e criticavam em suas páginas os inúmeros problemas que a cidade enfrentava.

A necessidade de serviços como uma melhor distribuição de água potável para as casas; serviços de recolhimento de esgoto e águas pluviais e abertura de valetas; as constantes visitas do serviço de higiene nas casas e comércio com autuações, principalmente, nos de alimentos e bebidas; a presença de poeira nas ruas com as varrições e recolhimento de estrume de animais; a deficitária iluminação das ruas; a existência de atoleiros e alagamentos das mesmas com as chuvas; os alagamentos provocados pelas cheias do Rio Paraíba no período de chuvas; as prisões de ladrões, bêbados, vadios e desordeiros, bem como curandeiros e feiticeiros; o policiamento precário; a insatisfação dos moradores com o serviço postal que não atendia a todos; os preços abusivos das companhias de trem; a falta de linhas de bondes para a periferia; a necessidade de escolas; a carestia do custo vida; a falta de moradias com aluguéis baratos; a mendicância e a existência de cortiços são exemplos de problemas sempre veiculados na imprensa local durante essas décadas, e que nos mostram e corroboram a idéia de que além

---

<sup>33</sup> Para Peixoto (1996, p. 58), “o *close* no cinema tem uma função transformadora: subverte o olho do espectador, formado pela contemplação de quadros e paisagens. Ele altera as proporções entre o pequeno e o grande”.



dos administradores terem muito trabalho a fazer para organizar a cidade, uma outra Juiz de Fora existia, diferente daquela divulgada pelo poeta e pelo artista. Os obstáculos citados acima, constituintes da modernidade, pareciam querer ser esquecidos ou escondidos, na tentativa de se criar uma cidade ideal e utópica que incluía especialmente o centro da cidade, como se as periferias não fizessem parte dela e o centro fosse o único cartão de visitas da mesma.

Dessa forma, o centro da cidade era um espaço regulado pela Câmara Municipal, que em 1916 estabeleceu a proibição da abertura de avenidas para operários ou vielas que ficassem localizadas nesse espaço. Também determinava a desapropriação e demolição de imóveis que ficassem em avenidas abertas bem no meio dos quarteirões centrais, formando pequenas vilas na cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1917a). Ainda nessa mesma perspectiva, em 1921 a Câmara Municipal aprovava uma lei que previa que indivíduos de ambos os sexos sem profissão conhecida e que estivessem entregues à vida que atentasse contra a lei e os bons costumes não poderiam residir na zona central da cidade, a área mais urbana, ficando sujeito à multa e se reincidente à prisão (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1921). Podemos observar que o centro da cidade para essas pessoas e operários seria um lugar alheio a eles. Destinada a eles ficava a periferia, uma parte menos urbana e mais rural.

Assim, assiste-se a um aburguesamento da paisagem central da cidade, sendo embelezada, ajardinada, com grande oferta de serviços de transporte, iluminação e outros, havendo certo descaso com as periferias. Processo que é bem parecido com o que acontecia no Rio de Janeiro nesse mesmo período, onde a população mais pobre sofreu um rechaço para as periferias e houve uma “caça aos mendigos” e marginais de todos os tipos, além de um isolamento da área central às camadas mais pobres (SEVCENKO, 1999).

Sua paisagem ao recorrer ao moderno tenta possuir ares cosmopolitanos, na busca de novidades e de tecnologia, onde as manifestações de resistência a essas transformações pareçam passar despercebidas nas páginas dos jornais locais, senão o contrário, parece haver uma requisição daquelas. Todavia, permanências parecem existir, como é o caso da Igreja Católica que, por mais que a cidade se industrializasse e se tornasse moderna, tem sua presença evidente, além de certos hábitos como ir à missa aos domingos ou almoçar com a família durante a semana, hábitos do interior. Compreendemos que aqui as idéias de Eric Hobsbawn

(1998) parecem estar presentes, no que diz respeito ao passado tornar-se um padrão para o presente, que aceita inovações, mas que permanece com algumas tradições. Este era um movimento diferente do que acontecia em São Paulo neste período, no qual a herança cultural se torna obsoleta frente ao ritmo frenético da grande cidade, “o antigo hábito de se repousar nos finais de semana se tornava um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está. Não é que repousar não seja mais viável, é que se tornou obsolência, uma caduquice.” (SEVCENKO, 1992, p. 33). Era preciso revigorar o espírito e o corpo com “diversões” que suscitavam novos costumes.

Para finalizar essa discussão tornam-se apropriados os escritos de Maurice Halbwachs (1990). Para o autor, o espaço e a memória são definidos da mesma maneira, ou seja, o que é válido para a análise do espaço urbano enquanto lembrança, também é válido para a análise de uma memória coletiva. Os lugares que compunham a paisagem urbana de Juiz de Fora possuíam impregnados em si marcas do grupo que nela vivia e vice-versa. Cada local e detalhe da cidade teriam um significado que seria compreensível somente a esse grupo. Tem-se a criação de uma memória coletiva através de determinadas imagens urbanas, onde estão relacionadas as lembranças no grupo que ocupa esse lugar. O grupo tenta transformar o espaço à sua imagem. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo, passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo e acaba criando uma identidade.

Entendendo que a “memória é um elemento do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 5), podemos compreender que, na busca da identidade de uma cidade culta que se torna referência para outras, Juiz de Fora vai transformando seu território aos poucos, enfrentando questões peculiares a ela, mesmo que esta tentasse se espelhar em outra cidade. Ela busca criar um sentido de imagem de si, para si e para os outros, isto é, a imagem que ela adquiriu ao longo do tempo referente a ela própria, a imagem construída e apresentada aos outros e a si mesma, para acreditar na sua própria representação como a *Atenas Mineira*.

Assim, a *Atenas Mineira* também seria construtora de espaços sociais, os quais discutiremos a seguir, dando destaque ao espaço educacional.

### 3 A CIDADE COMO CRIADORA DE LUGARES SOCIAIS

Como já dissemos, a cidade possui um conjunto de objetos que constituem suas formas urbanas, seja em seus edifícios, praças, ruas, no seu espaço construído. Através dessa materialidade conseguimos distinguir o que é urbano do que é rural. Conforme Raymond Williams (1989), a existência da idéia, generalizante e que se cristalizou, da cidade parecer se distinguir do campo, pois ela contém uma materialidade criada pelo homem, enquanto o campo seria uma forma mais “natural” de vida, demonstram o entendimento de várias civilizações distintas ao longo do tempo. Essa forma “natural” do campo estaria associada a algumas características que se cristalizaram ao longo dos tempos, como a tranqüilidade, a inocência e virtudes simples. Já à cidade se associariam de forma generalizada as idéias de centro de realizações, do saber, comunicação, luz<sup>34</sup>. No entanto, este autor nos alerta que as relações entre esses dois lugares são muito intensas, mesmo orgânicas, existindo muitos significados relacionados entre elas. Exemplo disso pode ser percebido quando a Juiz de Fora de fins do séc. XIX e início do XX, passa a industrializar-se e torna-se uma representação do capitalismo, entretanto, a origem desse processo se imbricava na economia rural juizforana, em que fatores como o aumento de sua produção e investimentos permitiram a organização e desenvolvimento da cidade concomitantemente ao acúmulo de pessoas, formando colônias e aglomerados que originariam o proletariado que trabalharia nas fábricas. Dessa maneira, a urbanidade se encontra atrelada ao campo: Juiz de Fora é urbe, é moderna, é Atenas; mas é interior, é católica, é de Minas.

A cidade pode possuir beleza, encantamento, poesia e magia, chegando a ser um lugar romântico e rico em detalhes e símbolos. Entretanto, ela também é local de sociabilidades. Local de relações sociais, grupos, classes, práticas, ritos e festas, costumes e hábitos. Repleta de diversidades nos olhares, no jeito, no gosto e na forma de ser. Ela é lugar de concentração de pessoas que torna o conjunto material cheio de vida, em movimento.

---

<sup>34</sup> Como pode ser visto em Williams (1989), essas diferenças entre campo e cidade ainda se conservaram de forma acentuada, sobretudo, fica claro que não existem permanências de todas as idéias, pois os dois sofreram e continuam a sofrer diversas modificações com o passar dos anos, existindo uma complexidade mais profunda de diferenças e inter-relações de elementos entre eles.

Ao investigar a cidade de Juiz de Fora por meio de suas sociabilidades a estamos entendendo como criadora de lugares de convivência, construídos por ela onde grupos de pessoas os dividem e seguem os reflexos de sua territorialidade.

Atentos às idéias de Le Goff (1998)<sup>35</sup>, observamos que em Juiz de Fora, a divisão de seus espaços não fica evidenciada. Ela parece se organizar através de uma sobreposição e coincidência de espaços de sociabilidades. Como pode ser observado na Figura 2 (p. 34), em algumas partes da cidade esses espaços se misturam, não existindo uma concentração de determinados tipos de serviços em um mesmo local, dificultando a setorização por regiões dos serviços de poderes, instrução e da cultura. Dessa maneira, foi considerada a seguinte divisão de seus espaços: o econômico, o político, o cultural, o higiênico e o educacional, com certa predominância na região central da cidade.

A respeito de seu espaço econômico, desde meados do Oitocentos era visível na cidade uma prosperidade impulsionada, principalmente, pela cafeicultura que contribuiu para que fossem implantadas várias ações de investimentos em diversos setores. Para Domingos Giroletti (1988) junto à cafeicultura outros dois fatores seriam os responsáveis pelo desenvolvimento econômico da cidade, a rodovia União e Indústria<sup>36</sup>, que permitiria uma nova forma de escoação dos produtos locais – através de “diligências e carroças”, deixando de lado a tropa de burros – e as ferrovias que em conjunto viabilizariam dinamismo na comercialização entre as cidades. Dessa maneira, uma acelerada implantação de pequenas indústrias durante o início do século XX se fez presente, com sua ampliação no decorrer das três primeiras décadas, contribuindo para que Juiz de Fora se tornasse um dos principais núcleos econômicos de Minas Gerais. O setor industrial era composto por um variado ramo de atividades, dentre os quais se destacava o de alimentos e bebidas; seguido do têxtil; metalurgia; couros e calçados; madeira, móveis, serraria e carpintaria, marcenaria; cerâmica, cimento e marmoraria; construção; fumos, cigarros e charutos; tipografias e litografias, entre outros

---

<sup>35</sup> Jacques Le Goff (1998) ao abordar a Paris medieval, a dividiu em três espaços de sociabilidades: o econômico, o político e o universitário. O primeiro estaria à margem direita do rio Sena, via das mercadorias, com o porto fluvial e a *Place de Grève*. A *Île de la Cité* é o lugar do poder político e eclesiástico, o rei e o bispo, depois o parlamento. Já a margem esquerda, seria a cidade intelectual, a universitária do *Quartier Latin*.

<sup>36</sup> A rodovia União e Indústria foi construída em 1861 e ligava o interior de Minas Gerais à capital federal.

(ESTEVEES; LAGE, 1915). Como conta Murilo Mendes (2003) sobre as indústrias no período de sua infância e adolescência,

Juiz de Fora, dizem, antecipou-se a São Paulo em certos pontos da industrialização, conta uma usina hidroelétrica além de muitas fábricas de tecidos, de cerveja, de móveis, etc. Fábricas de pesadelos segundo o poeta Arnaldo B..., inimigo das máquinas; não ando lá por dentro, pouquíssimas vezes entrei numa fábrica, todos os dias entro numa casa comercial, entretanto acho a indústria mais simpática...

(MENDES, 2003, p. 146)

De acordo com informações encontradas no *Álbum do Município de Juiz de Fora*<sup>37</sup> (ESTEVEES; LAGE, 1915), boa parte dos produtos fabricados eram consumidos pelo mercado local que se ampliava com o aumento progressivo da população. No entanto, alguns fatores indicam que a cidade exportava gêneros industriais para outros locais como os estados do Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.

Conforme Giroletti (1988), a fundação dos primeiros empreendimentos industriais foi possível devido às habilidades e conhecimentos de profissionais imigrantes, mas também por terem poupado suas finanças durante certo período, para depois, junto de irmãos ou parentes, abrirem suas fábricas que tinham um caráter mais artesanal. Este autor ainda reitera que houve iniciativas de empresários da cidade e região e que também acabaram contribuindo no desenvolvimento de outros aspectos, como a infra-estrutura, o setor de serviços e o bancário.

Portanto, junto à ampliação do setor industrial, verifica-se o surgimento de uma série de iniciativas relevantes, como a implantação de um sistema de comunicações composto por transporte (rodovia e ferrovia), telefone urbano e telégrafo; organização do sistema financeiro com a presença de bancos; geração de energia elétrica e mão-de-obra qualificada através de imigrantes que cooperariam para a ampliação do setor econômico da cidade. Entretanto, a partir de fins da década de 1920 e início de 1930, fatores como o crescimento acelerado e concentração de indústrias e comércio em São Paulo, e consolidação da nova capital mineira em Belo Horizonte e o deslocamento da região cafeeira da Zona da

---

<sup>37</sup> O *Álbum do Município de Juiz de Fora* foi organizado em 1915 por iniciativa de Oscar Vidal Ferreira Lage, presidente da Câmara Municipal, em conjunto com Albino Esteves, que atuou em vários jornais da cidade e que também participou como membro da Academia Mineira de Letras.

Mata para o Vale do Rio Doce e Mucuri contribuíram para o declínio da produção industrial juizforana (GIROLETTI, 1988).

Quanto ao espaço político, a cidade possuía visibilidade no cenário mineiro por opor suas idéias, desde o início da república, às das elites mineiras da região central do estado, demonstrando rivalidade. Em fins do século XIX, reuniu-se em Juiz de Fora o Partido Republicano Constitucional Mineiro (PRCM), fundado pela ala dissidente republicana, que fazia frente ao grupo político daquela região com o objetivo de fortalecer a candidatura de Silviano Brandão, político que eles apoiavam para as eleições (CANDIÁ, 2007).

Vários personagens da cidade encontravam-se ligados à política, principalmente no âmbito municipal e estadual, como é o caso de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Penido, Constantino Paleta, João D'Ávila, Ambrósio Braga, Duarte de Abreu, Assis Fonseca e outros (CANDIÁ, 2007).

Em fins do Oitocentos, quando da mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, Juiz de Fora também foi candidata e manteve polêmica sobre o assunto em seu jornal "*O Pharol*", com os jornais de Ouro Preto (SANTIAGO, 1973). Esse desejo parece ter permanecido entre seus políticos mesmo anos depois, com a capital instalada em Belo Horizonte, uma vez que o poder estadual deveria estar ligado à região mais desenvolvida economicamente, no caso a Zona da Mata mineira.

Pelo telegrama, que publicamos na seção competente, verão nossos leitores que correm insistentes boatos da mudança da capital da União para Belo Horizonte, passando Juiz de Fora a ser a capital do Estado.

Tais boatos apareceram em consequência do projeto, a ser votado pela Câmara Federal, determinando que a capital da União seja fundada no planalto central, em Goiás, e se explica pela boa impressão que a certos políticos, entre os quais o sr. General Pinheiro Machado, causou Belo Horizonte na visita que a esta cidade fizeram.

(...)

Vingando a escolha de Belo Horizonte, o que muito concorrerá para melhorar as condições financeiras de Minas, a capital do Estado virá fixar-se nesta cidade – nada mais justo, mais razoável, mais sensato.

Por todos os motivos Juiz de Fora está fadado para sede do Governo Estadual e só a cegueira ou teimosia de certos políticos, esquecidos das legítimas conveniências publicas, explicará mais uma vez sua preterição.

(O PHAROL, 07 jun. 1907)

Ser a capital aumentaria seu prestígio frente às demais cidades do estado, no entanto, tornar-se a capital de Minas Gerais, seria apenas uma idéia ou aspiração dos políticos e intelectuais, pois foi um evento que não se concretizou.

A atuação de personalidades políticas e administradores juizforanos, muitas vezes envolvidos em questões do campo educacional, sempre tiveram forte destaque no cenário político estadual. Não obstante, a cidade ganhou maior visibilidade com a presença de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada<sup>38</sup>, ex-presidente da Câmara Municipal (1908-1912), que exerceu os cargos de Deputado Federal (1912-1924), Ministro da Fazenda (1917-1918), Senador do Congresso Nacional (1924-1926) e Presidente do estado de Minas Gerais (1926-1930), demonstrando ser uma pessoa de grande influência política.

Segundo Milena Candiá (2007), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada mostrou-se muito envolvido na questão da expansão da rede pública de ensino primário em Juiz de Fora, preocupado em aumentar as escolas municipais e participando dos tramites para a criação de dois grupos escolares na cidade. Além disso, reitera a autora, esse político praticou várias ações em prol dos juizforanos, como captação de recursos, negociação do aumento de prazo para pagamento de dívidas dos produtores, subvenção do governo estadual para a manutenção de instituições de ensino, projetos voltados para a indústria pastoril, entre outros.

No âmbito municipal, percebemos nos documentos da Câmara Municipal, como os relatórios anuais, as resoluções da câmara e o código de posturas, procuravam solucionar os problemas que faziam parte da cidade, além de normatizar o espaço urbano e os hábitos de vida da população por meio de suas decisões e ações políticas.

Sobre as questões culturais, higiênicas e educacionais, optamos por agrupá-los em um único espaço, o sócio-cultural, dando ênfase ao educacional, compreendendo a cidade enquanto símbolo da intelectualidade, civilidade e cultura urbana.

---

<sup>38</sup> Nascido em Barbacena, iniciou seus estudos nesta cidade e foi fazer Faculdade de Direito em São Paulo, obtendo o grau de bacharel em 1891. Atuando como promotor público na Comarca de Ubá, em 1893 muda-se para Juiz de Fora. Aí, em 1900 ele iniciará sua carreira política como vereador dessa cidade e a partir disso teria uma grande projeção na política. Sobre a atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada pode-se consultar o trabalho de mestrado desenvolvido por Milena Candiá (2007).

### 3.1 *Do espaço sócio-cultural*

Podemos pensar que uma maneira de se orgulhar de sua cidade é a apreciação da sua beleza patrimonial. Esta não seria representada somente por monumentos ou obras de arte, mas também pela preocupação de seus habitantes e representantes políticos com outros componentes, como higiene, organização de arruamentos, jardins e praças que, de uma maneira geral, são elementos ligados à sua estética e funcionalidade.

Desde sua fundação, o espaço urbano de Juiz de Fora passava por transformações e normatizações regulamentadas pela Câmara Municipal, composta por médicos, advogados, professores e fazendeiros preocupados com a obsessiva idéia de progresso e que se traduzia em um desejo de embelezamento da cidade. Tentava-se, assim, enquadrá-la em um modelo de cidade moderna e bela. Entretanto, era necessária constante atenção aos problemas que perduravam, desde o início do Novecentos, ligados às constantes epidemias que assolavam o município, além dos problemas crônicos relacionados à sua infra-estrutura. A cidade possuía má fama sobre suas condições higiênicas, propícias a doenças e epidemias. “Conhecemos Juiz de Fora há anos, sempre atrasada e gozando de fama de um péssimo clima, o que lhe emprestavam as epidemias aqui ocorridas” (O PHAROL, 17 out. 1907).

A intensificação dos processos de industrialização, modernização e urbanização, levou ao envolvimento de médicos em movimentos sociais que buscavam organizar e higienizar o espaço urbano e o social. Tanto é que foi criada, em 1889, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF)<sup>39</sup> contemporânea à do Rio de Janeiro (1886) que, de acordo com Oliveira (1969), não se comportava como uma simples associação de médicos e farmacêuticos, ao iniciar pelas boas relações que tinha com a administração pública. Configurando-se em espaço e palco para discussões das ações ligadas à higiene urbana. Assim, os homens da ciência teriam forte influência sobre a Câmara Municipal de Juiz de Fora.

---

<sup>39</sup> Esta sociedade foi objeto de pesquisa na dissertação de mestrado defendida por Renata Vargas no ano de 2008. Nela a autora faz uma análise das representações sobre “educação e educação physica” que eram propagadas nos discursos produzidos pelos agentes associados à SMCJF em fins do século XIX e início do XX.



Na SMCJF, um de seus principais personagens foi Eduardo de Menezes<sup>40</sup> por seu papel significativo nessa agremiação, tendo sido membro fundador, primeiro secretário e, posteriormente, presidente. Entre 1908 e 1910, assume o cargo de diretor no serviço de higiene da cidade, cargo de confiança do presidente da câmara, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que acreditava não existir pessoa mais apta para tal função, muito por conta de seu empenho na luta contra a tuberculose, quando esteve à frente da Liga Mineira contra a Tuberculose, como foi noticiado em ofício no jornal *O Pharol*:

“Ao sr. Dr. Eduardo de Menezes foi igualmente dirigido o seguinte ofício: Em consequência das conferências que temos tido, deliberei confiar à sua direção o serviço de higiene do município. Estou certo que esse serviço terá execução muito eficaz e mais extensa desde que incumbido a quem, movido por nobre ideal, dispõe já de adequados meios e valiosos recursos para a defesa sanitária do município quanto à enfermidade cuja profilaxia severa e tenaz tanto preocupa o espírito do Presidente da Liga Mineira contra a Tuberculose. A par de maior perfeição desse tão importante serviço, a organização sobre que temos conversado acarretará, claramente, sensível economia para os cofres municipais, cuja situação não permitiria, em caso algum, aumento de despesas (...) (O PHAROL, 08 jan. 1908).

Em seu plano de reforma, apresentado ao presidente da Câmara Municipal, Eduardo de Menezes denunciava o estado deplorável em que se encontravam as obras de abastecimento de água e do matadouro, alertando para a necessidade de inspeções higiênicas nas casas e domicílios. Contudo, sua maior preocupação naquele período seria com a tuberculose, cuja ocorrência de casos era constante.

No ano de 1911, esse médico publica a obra *Cidade Salubre*, um código sanitário<sup>41</sup> destinado “à retificação higiênica de Juiz de Fora”. Logo em sua abertura, o parecer de seu colega catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Benjamin da Rocha Faria, elogiava a iniciativa e a via como de grande importância para conservar a saúde das populações. Esta publicação também foi

<sup>40</sup> Nascido em Niterói (RJ) em 1857, estudou no Colégio Pedro II onde bacharelou-se em Letras no ano de 1874. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1881, tornado-se professor adjunto deste estabelecimento. Por motivo de saúde, e de forma contraditória à má fama que a cidade possuía, foi morar em Juiz de Fora possivelmente por conta dos discursos que identificavam a região serrana como favorável ao tratamento de algumas doenças. Ficou conhecido por seu envolvimento nas questões de saúde pública, assim como na área educacional de nível superior. Destacou-se também por ser membro da Academia Mineira de Letras. (CHRISTO, 1994).

<sup>41</sup> Como pode ser visto em trabalho realizado por Cristina de Campos (2002), em fins do século XIX e início do XX, as grandes cidades brasileiras lançam seus códigos sanitários que irão normatizar a vida da cidade, fosse sobre as ruas, habitações e demais equipamentos urbanos, segundo padrões de higiene e salubridade da época. Sendo constituído, também, como um documento de orientação administrativa que abrangia as funções e atribuições do corpo técnico do serviço sanitário.

levada à apreciação de uma comissão composta por integrantes da SMCJF que a caracterizou como “um subsídio valioso às letras médicas” e apoiou a implementação deste estudo e análise na cidade através de seu serviço de higiene.

Sua intenção ao publicar *Cidade Salubre* não seria de punir a população, mas educá-la e conscientizá-la, divulgando e explicando a necessidade das disposições higiênicas para a sociedade, como pode ser visto em seu prefácio:

Divulgar pois os seus fundamentos, dar as suas razões, fazer conhecidas as causas que as tornam indicadas e necessárias e as suas influências recíprocas entre a sociedade e o indivíduo, é de efeitos mais eficazes do que a coação; as penas cominadas podem alcançar algum êxito, mas na totalidade dos casos a instrução do povo facilita a aceitação e torna espontâneas as aplicações, o que incontestavelmente assegura os resultados (MENEZES, 1911, p. 02).

Baseando-se em obras internacionais como as de Rochard (1865), Arnould (1902), Palmberg (1891), Becquerel (1851), D'Ardenne (1882), entre outros autores, e em legislação sobre o serviço sanitário em São Paulo, e do Rio de Janeiro, unidas às resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora, é que Eduardo de Menezes compõe seu trabalho dividido em duas partes. A primeira tratando de forma geral a higiene e a segunda de forma detalhada, os espaços da cidade.

A cidade durante as três primeiras décadas do século XX passa por inúmeras obras para sua conservação, principalmente relativas ao calçamento das ruas, arborização, obras no abastecimento de água, localização do cemitério, entre outras.

Outro lugar de sociabilidade que inserimos em nossa discussão são os jardins da cidade, criados para os pedestres como áreas de lazer onde podiam se encontrar ou simplesmente ver o tempo passar. Entre eles, destacamos o Jardim Municipal, atualmente denominado Parque Halfeld (ver localização na Figura 2 p. 34), localizado bem no centro da cidade, em estilo semitropical, arborizado com palmeiras e árvores frondosas, um pavilhão para a biblioteca municipal encravado no seu centro, lagos, pontes e casas rústicas, elementos que lhe proporcionavam beleza e graciosidade, parecia ser o preferido pela população. Assim, além de espaço agradável para encontros e passeios familiares durante a semana, ele possibilitava acesso à cultura através de sua biblioteca e de outras atrações como, por exemplo, a banda de música.

Jardim Halfeld semitropical!  
 com araras fulgindo  
 entre o cosmopolitismo vegetal!  
 com pássaros rutilando nos viveiros!  
 e recantos miniaturando maquinés de cimento!  
 e inclinadas alamedas, galgando! galgando!  
 e palmeiras calmas! palmeiras altas! com melros altos cantando!  
 melros elevados!... azulados! arrancando! arrancando!  
 (AMARO, 1926, p. 64)

Mesmo havendo outros jardins na área central, esse era o que mais se destacava, pois possuía atrações para o público visitante e freqüentador, diferente, por exemplo, do Jardim da Matriz.

O jardim da matriz é, sem dúvida, pela sua colocação, no alto, pelo seu traçado belíssimo, um dos mais *chics* recantos da cidade, que devia ser preferido para recreio das exmas. Famílias.

No entanto lá está ele, triste, esquecido, desprezado por todos.

Por que?

Não sabemos e talvez ninguém o saiba.

Mas si ali tocasse, aos domingos, uma banda de música, como no Parque Halfeld, naturalmente ele seria mais apreciado, mais frequentado.

A banda do 10º regimento, que aos domingos executa excelente programa musical no Parque, bem podia variar um pouco o local escolhido para as suas retretas, tocando um dia ali e outros no Parque, no largo Riachuelo, na Fabrica, e em outros logradouros que Juiz de Fora possui.

Pelo menos os mostraria à População.

(O DIA, 23 mar. 1924)

Os parques abertos à população sempre eram alvo de matérias jornalísticas que registravam as condições de conservação desses logradouros. Em 1925, por exemplo, o Parque Halfeld estava destacado nas páginas de *O Dia* por sua má conservação e abandono pelas repartições municipais. Nesse sentido, o redator do jornal estimulava a população a freqüentar esse lugarejo da cidade como forma de pressionar a Câmara Municipal a solucionar os problemas.

Também, em 1911, o jornal *O Pharol* chamava atenção do arquiteto encarregado do traçado do jardim no largo do Riachuelo, um jardim nos moldes dos “modernos jardins abertos”, para que não se esquecesse que ali era uma passagem de inúmeros operários que iam para os bairros da Glória e Mariano e, por isso, cuidados deveriam ser tomados para as conveniências do trânsito e da viação pública (O PHAROL, 18 fev. 1911).

Dessa forma, os parques se mostravam como locais de passagem, de diversão ou de descanso para a população, lugares de encontros, desencontros e de sociabilidades.

Entretanto, as características mais intensas por nós observadas, e que pareciam ser inculcadas nos visitantes e na população de Juiz de Fora, para identificá-la como a *Atenas Mineira*, eram seus teatros, cinemas, associações diversas, e instituições de ensino.

O teatro e o cinema conseguem grande destaque, principalmente durante a década de 1920, como foi comentado no capítulo 2, pois eles colaboravam para que a cidade mantivesse o status de cidade rica culturalmente e por seguirem as tendências das grandes cidades do país. Outros tipos de associações<sup>42</sup> também podem ser entendidas como espaços de sociabilidades, são exemplos o caso da “Sociedade Auxiliadora Portuguesa”, a “Liga Mineira contra a Tuberculose”, o “Instituto Pasteur”, o “Clube dos Fanáticos Carnavalescos”.

Mas a boa fama sobre a questão cultural da cidade deveu-se também à criação em 1909, da Academia Mineira de Letras (AML) que possuía entre seus membros vários jornalistas, literatos e escritores que tinham boa representatividade nas “Minas” e acabavam por colaborar no desenvolvimento intelectual da cidade.

Desde fins do século XIX, tentou-se organizar em Juiz de Fora uma “Confraria Literária Mineira”, que tinha como propósito fundar um gabinete de leitura popular, a organização de palestras literárias e a publicação de um Anuário, cujos colaboradores seriam os próprios “confrades” (CHRISTO, 1994). Outra comunidade pertencente a esse grupo é aquela que ambicionou a fundação de uma associação com moldes próximos à anterior. A “Liga Literária” seria composta por literatos e jornalistas, em 1907, e tinha dentre seus objetivos, o desenvolvimento intelectual e moral de seus associados. Além de manter um bibliotecário responsável por organizar publicações de livros de seus sócios, a “Liga Literária” teria uma revista, e

---

<sup>42</sup> Além das instituições citadas, foram identificadas por Albino Esteves (1915) vários tipos de instituições, divididas em categorias, as científicas que seriam a Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900) e o Instituto Pasteur (?), a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889); as de beneficência e caridade, Albergue dos Pobres (?), Amiguinhos da infância (1910), Assistência Dentária Francisco Valadares (?), Associação de Amparo à Pobreza (1912), Associação dos Empregados do Comércio (?), Associação Tipográfica Beneficente Mineira (1905), Sociedade Auxiliadora Portuguesa (1891), Sociedade Beneficente Alemã (1894), Sociedade Beneficente de Juiz de Fora (1885), Società Italiana di Mutuo Socorro (1887), Santa Casa (1860), Loja Maçônica Fraternidade Brasileira (?), União Italiana Benso Cavour (?); de crédito a Cooperativa Agrícola (1908); recreativas, Grêmio Dramático José de Alencar (?), Turnerschaft Club Gymnástico Juiz de Fora (?) e clubs carnavalescos; de mutualidades, Garantia do Futuro (?), Minas Gerais (1910), Amparo da Infância (?), A Redemptora (?), Crédito Mutuo Nacional (?) e A Júpiter (?); as religiosas, Culto Católico de Mariano Procópio (1897), Sociedade São Vicente de Paula(?), Conferência de Santo Antônio (?), Conferência de São Sebastião (?), Conferência de Nossa Senhora da Glória (?), Conferência de São José (?), Conferência São Luiz Gonzaga (?), e as militares, Tiro Brasileiro Afonso Pena (?) e Club Tiro aos Pombos (?).

asseguraria colocações de seus associados em qualquer ramo de atividade profissional (O PHAROL, 16 nov. 1907). Todavia, a associação dos intelectuais da cidade só se deu com a formação da AML, em 1909, que obteve mais sucesso que as tentativas anteriores de organizar uma instituição que objetivasse o desenvolvimento intelectual local.

A AML foi composta inicialmente por intelectuais da cidade, e, posteriormente, por intelectuais de outras cidades<sup>43</sup>. Segundo Carlos Goes (apud Christo, 1994), colaborador da Revista da Academia Mineira de Letras em 1929, seu regimento interno era uma cópia “quase literal” daquele da Academia Brasileira de Letras, sendo suprimidos alguns artigos como os relativos à adoção de ortografia simplificada e o da criação de uma escola de jornalismo.

O jornal *O Pharol* (13 maio 1910) trazia em suas páginas um sentimento de orgulho com relação a este evento, comparando Minas Gerais a outros estados que já possuíam instituições com os mesmos objetivos: “(...) Minas, como S. Paulo, como Pernambuco, como Rio de Janeiro, erguendo carinhosamente esse edifício de sua intelectualidade, dá a prova mais saliente, mais viril de sua individualidade artística, de suas aspirações, de sua ousadia.”

Conforme Christo (1994), tal associação tinha prestígio por ser um grupo de intelectuais que tinham voz nos jornais, nas salas de aula, nas secretarias e inspetorias de ensino, nas reformas da instrução pública, planos de saúde pública, perante uma população que tinha, em sua maioria, trabalhadores braçais, operários e analfabetos. Essa autora reitera que os membros da AML apesar do peso que possuíam, em sua maioria encontravam-se “em expressivo processo de empobrecimento” e eram provenientes das camadas médias urbanas, onde asseguraram na escolaridade, seu “grande trunfo social”, a sua manutenção ou ascensão social.

Em 1913, acontece a transferência da AML para Belo Horizonte, com a justificativa de que a maioria de seus membros residia na capital e, por isso, não haveria motivos para a mesma continuar seus trabalhos em Juiz de Fora.

Muitos dos componentes da AML se dedicaram ao magistério em variados cargos como inspetores, diretores e professores, colaborando para que o setor

---

<sup>43</sup> Os primeiros integrantes da AML residiam na cidade de Juiz de Fora, mas com o passar dos tempos, foram incorporados membros de outras cidades. Para maiores detalhes sobre os integrantes da AML, consultar Maraliz Christo (1994).

educacional na cidade fosse bem desenvolvido e se tornasse referência para outras áreas do estado.

Assim, como se dava o espaço educacional no qual estavam inseridos aqueles intelectuais? Que tipos de instituições educacionais o constituía? Existiam relações entre eles? Tentando responder essas questões, se analisará o espaço educacional que colaborava para a criação de um imaginário em torno de Juiz de Fora que a fazia ser autocompreendida e compreendida como a *Atenas Mineira*.

### 3.1.1 *Do espaço educacional*

Pensando a cidade como local de relações e de circulação de idéias, não podemos deixar de analisar seu espaço educacional. Em Juiz de Fora, ele se compunha por uma grande variedade de instituições, fossem elas privadas ou públicas. Por sua representatividade na estrutura educacional da região, tornou-se um ícone de importância e referência para as famílias locais e da região que pretendiam oferecer a seus filhos a possibilidade de estudar.

Em uma estatística escolar realizada em 1913, percebeu-se um movimento da expansão escolar com a criação de inúmeras escolas nas primeiras décadas do século XX. Por meio desse mapeamento escolar, verificou-se que naquela ocasião a cidade contava com um total de 72 instituições escolares em todo o município, dentre as quais, 31 ficavam na zona urbana e 41 nos demais distritos<sup>44</sup> da cidade. Dos 31 estabelecimentos de ensino localizados em seu perímetro urbano, 21 eram particulares e 10 da rede pública, perfazendo um total de 3.904 escolares matriculados. Entre as 10 escolas da rede pública, 5 eram mantidas pelo governo estadual, sendo 3 grupos escolares e 2 escolas noturnas anexas aos grupos. As restantes eram subsidiadas por verbas municipais (CANDIÁ, 2007).

Através da análise de dados publicados na revista *Vida Escolar*, ainda pudemos acompanhar a estatística das matrículas de alunos durante os anos de 1917, 1920 e 1925 nos estabelecimentos de ensino da cidade.

---

<sup>44</sup> Além da zona urbana da cidade, faziam parte de seu território alguns distritos, são eles: Rosário, Água Limpa, Porto das Flores, Sarandy, Chácara, Sant' Anna do Deserto, São Francisco de Paula, São Pedro de Alcântara, São José do Rio Preto, Mathias Barbosa e Paula Lima.

TABELA 1- ESTATÍSTICA ESCOLAR DOS ANOS DE 1917, 1921 e 1925

<b>Tipo de instituição escolar em</b>	<b>Nº de matrículas</b>	<b>Nº de matrículas</b>	<b>Nº de matrículas</b>
<b>JUIZ DE FORA</b>	<b>1917</b>	<b>1921</b>	<b>1925</b>
GRUPOS ESCOLARES URBANOS	1.304	2.065	2.135
GRUPOS ESCOLARES DISTRITAIS	560 <sup>45</sup>	283 <sup>46</sup>	-----
ESCOLAS ESTADUAIS	2.166	1.721	1.928
ESCOLAS MUNICIPAIS	532	501	202
ESCOLAS PARTICULARES	1.954	1.954	2.024
ESCOLAS INFANTIS	-----	-----	348
<b>TOTAL</b>	<b>6.516</b>	<b>6.524</b>	<b>6.655</b>

FONTE: O autor (2008).

NOTA: Dados obtidos na revista Vida Escolar 1918, p. 32; Vida Escolar 1921, p. 35-36; Vida Escolar 1926, p. 53.

Ao observarmos as estatísticas escolares no período de oito anos, verificamos que o número total de alunos matriculados manteve-se sem grandes discrepâncias. Também podemos identificar que as instituições particulares, os grupos escolares e as escolas estaduais eram os estabelecimentos que atendiam a maioria dos alunos na cidade. Notamos também que, em 1925, há o aparecimento da categoria “escolas infantis”. Isto se deveu à construção de uma escola infantil no bairro Mariano Procópio<sup>47</sup>, mantida pelo governo estadual, entretanto, essa iniciativa não quer dizer que a oferta de instrução infantil não acontecia para as crianças da cidade, sendo que se dava provavelmente em escolas particulares.

Através da análise dos dados das revistas, pudemos identificar o número de estabelecimentos de ensinos na cidade, que durante os anos de 1917 e 1920 permaneceram os mesmos, totalizando 91 escolas, mas no ano de 1925 esse número caiu para 67. Tal redução deu-se por uma brusca queda no número de escolas particulares que naqueles anos eram de 43 e, neste ano passaram a 29. No entanto, essa minoração no número de estabelecimentos de ensino parece não ter afetado o número total de matrículas, que, ao contrário, obteve um pequeno

<sup>45</sup> Neste dado, foram somadas as estatísticas dos Grupos Escolares de Mathias Barbosa e Mariano Procópio, no entanto, Mariano Procópio era um bairro da cidade e não um distrito.

<sup>46</sup> Este dado refere-se à quantidade de alunos no Grupo Escolar de Mathias Barbosa que em 1925 passa a não existir devido a emancipação deste distrito.

<sup>47</sup> Foi encontrada uma planta arquitetônica de um projeto de escola infantil para a cidade em meio aos livros da Secretaria do Interior, do ano de 1924, no Arquivo Público Mineiro.

aumento, cerca de 2%, quando comparados os números de matrículas do ano de 1920 com os de 1925.

Como apontado no *Álbum do município de Juiz de Fora* (1915), na sessão em que trata da instrução no município, a cidade, desde fins do século XIX, sempre contou com várias instituições de ensino.

(...) o Colégio Andrés, dirigido pelo sr. dr. Luiz Andrés; Externato Hermes, Colégio Café, dirigido pelo rvm. Padre Venâncio Café; Atheneu de Letras do sr. Desembargador Gomes de Matos; o Externato Moreira Pinto, dirigido pelos srs. Professores Paixão e Raymundo Tavares; o Externato Peres; e os antigos Colégios para meninas: N. S. Da Conceição, dirigido por d. Maria Augusta Pinto, os de d. Henriqueta Braga e Carlota Braga; a Escola Normal, mantida pelo Estado; o Colégio Freire, o Colégio Sion; o Externato das professoras Onofrina Silva e Olympia Hungrio, o Colégio Paleta, o Externato das Irmãs de Caridade, o Colégio de d. Maria do Carmo Goulart e Carlota Malta, além de vários outros. (ESTEVEES e LAGE, 1915, p. 259).

Ainda no ano de 1915, a cidade contava com outras instituições educacionais que atendiam às diferentes camadas da população, dividindo-se entre escolas estaduais, municipais e as de iniciativa particular. A população podia contar com os cursos primários, secundários, técnicos e de ensino superior. As escolas mantidas pelos poderes públicos seriam as escolas municipais, estaduais e os grupos escolares. As instituições particulares ofereciam os cursos primário, preparatório, comercial, normal, secundário, curso superior de Comércio, Escola de Engenharia, Escola de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Direito, entre outros.

Algumas instituições ofereciam o ensino secundário como é o caso do *Colégio Americano Granbery*<sup>48</sup> (1890), *Academia de Comércio* (1891), *Colégio Stella Matutina* (1900), *Colégio Santa Catarina* (1909), *Colégio Mineiro Americano* (1890), *Colégio Lucindo Filho* (1911), *Gymnásio Santa Cruz* (s/d), *Gymnásio de Minas* (1893) e *Colégio e Escola Normal Delfino Bicalho* (1905) (ESTEVEES; LAGE, 1915). O único a oferecer esse ensino de forma gratuita foi a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

Os estudantes, muitas das vezes, procuravam os cursos preparatórios com o objetivo de tentar exames em colégios no Rio de Janeiro, mas nem sempre os estabelecimentos de ensino se prestavam a conduzir essas “levas de preparatorianos” até a capital do país. Nesse caso, as inscrições para os exames

---

<sup>48</sup> Em 1889 foi fundado por alguns missionários o estabelecimento *Juiz de Fora High Scholl and Seminary*, que a partir de 1890 passa a se chamar *Colégio Americano Granbery* e atualmente *Intituto Metodista Granbery* (PIRES; RIBEIRO; CHAVES, 2006).



eram feitas pelos colégios, e ficava sob a responsabilidade dos pais submeter seus filhos às bancas examinadoras. (RANGEL, s/d).

Dentre as instituições de ensino particular, destacavam-se o *Colégio Americano Granbery* e a *Academia de Comércio*, que investiam na educação masculina, o *Colégio Stella Matutina* e o *Colégio Santa Catarina* que eram voltados ao público feminino<sup>49</sup>. É interessante destacar que essas quatro instituições, como algumas outras, estavam associadas a congregações religiosas fazendo concorrência com o ensino laico oferecido pelo Estado.

Conforme José Rangel<sup>50</sup> (s/d),

dois estabelecimentos notáveis de ensino possui de longa data a bela cidade mineira – a “Academia de Comércio” e “O Granbery”, ambos magnificamente instalados e aparelhados; várias gerações de moços têm passado, há décadas, pelas suas classes, honrando, muitos, as casas em que se educaram (RANGEL, s/d, p. 219).

O *Instituto Metodista Granbery* se estabeleceu na cidade em fins do século XIX, seguindo um modelo de ensino americano e metodista, implementado pela Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos. Para os precursores metodistas, instalar seu estabelecimento de ensino em Juiz de Fora ia ao encontro de seus interesses, por esta cidade situar-se em um ponto estratégico, próximo ao Rio de Janeiro e São Paulo. Somando a isso, o bom desenvolvimento industrial e suas características culturais, fator esse de grande importância por não ter tanta influência da Igreja Católica, seria um local que contribuiria para a instalação dessa instituição metodista. (PIRES; RIBEIRO; CHAVES, 2006). Uma das principais aspirações de seus fundadores era a de fazê-la uma instituição como era a universidade de Wittenberg em Ohio, Estados Unidos (PIRES, 2007).

“O Granbery soube ser um instituto educacional dos mais justamente conceituados do país, pela seriedade dos seus processos instrutivos; constitui ainda uma verdadeira e vibrante escola de moral, civismo e brasilidade. (...) o que nós queremos é formar gente de pensamento e retidão (...)”. (RANGEL, s/d, p. 222-223).

<sup>49</sup> Essas quatro instituições nos dias atuais permanecem em pleno funcionamento e são referência na cidade.

<sup>50</sup> José Rangel, formado na Escola de Farmácia de Ouro Preto, foi professor na Academia de Comércio e na Escola de Farmácia e Odontologia do Granbery, diretor da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, diretor de dois grupos escolares na cidade e também membro atuante na AML, atuava como colaborador em alguns jornais da cidade e do Rio de Janeiro. Sempre encontrava-se envolvido nas questões educacionais da cidade. Mudou-se para o Rio de Janeiro por volta dos anos de 1920, tornando-se diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro e o Instituto João Alfredo, também do Rio.

Sob a influência protestante, a maior preocupação de sua diretoria era promover o “desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais em um sistema de educação [norte] americano”, com um fim básico de “inspirar a vontade de pensar e de ser livre para pensar”, formando o caráter do alunado e preparando-o para ser capaz de raciocinar por si e para “dirigir” o conhecimento adquirido (PIRES; RIBEIRO, CHAVES, 2006).

O incentivo à participação política e a formação de novas lideranças eram alguns dos aspectos visíveis na instituição, principalmente no meio estudantil. Além de se organizar como “bom colégio” e ter um ensino “eficiente”, ele queria ser percebido e considerado pelas pessoas importantes, conquistando respeito da população. Também aspirava ser atuante na formação de lideranças na cidade (CHRISTO, 1994).

O “Granbery” parece ter ficado marcado na memória de José Lins do Rego de uma forma prazerosa, como foi observado por Elias Boaventura ao tratar do espírito granberyense:

O Caraça havia criado em Minas, o tipo de colégio de professores de cara fechada. Os homens do Granbery trouxeram para a nossa renovação educacional a boa camaradagem, as alegrias, os jogos esportivos, formas e processos que a pedagogia americana sabiamente pusera em função. (REGO apud BOAVENTURA, 2003).

Além das atividades em classe essa instituição valorizava as atividades extraclasse, e oferecia uma diversidade de possibilidades, como grêmios literários, associações de teatro, bandas de música, grupo de escoteiros, museu, tiro de guerra e escola militar preparativa (BOAVENTURA, 2003).

Este instituto foi o principal responsável pela instalação do ensino superior na cidade. Desde sua fundação ele oferecia os cursos primário, secundário e teológico, sendo fundadas posteriormente as Escolas de Farmácia e Odontologia (1904) e a Escola de Direito (1913) (ESTEVES; LAGE, 1915). No entanto conforme Jackson Pires (2007), em meio ao seu processo de expansão e devido a este, a instituição passou por várias crises que o impediram de concretizar o projeto de tornar-se uma universidade metodista naquele período.

Já a *Academia de Comércio* foi criada em 1891 pela iniciativa de Francisco Baptista de Oliveira, um grande comerciante da cidade, com a finalidade de oferecer

o ensino superior comercial, formando negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos comerciais e industriais. Percebe-se que os objetivos dessa instituição estavam voltados para atender as necessidades de Juiz de Fora que se tornava uma cidade industrial e comercial, através de um ensino que ia além do profissionalizante. Essa iniciativa particular teve graves problemas financeiros em seu início e algumas medidas tiveram que ser tomadas como a diminuição do valor das matrículas e também dos salários dos professores. Tais ações não foram suficientes para superar aquela crise e chegou-se a conclusão de que a melhor solução seria entregar essa instituição para uma congregação religiosa. A negociação foi realizada com os Salesianos<sup>51</sup> que pretendiam abrir um Liceu de artes, ofícios e comércio, mas, esses logo repassaram a *Academia de Comércio* a outra congregação religiosa, a Congregação do Verbo Divino (CHRISTO, 1994).

Após a administração ser assumida por esta congregação, no início do século XX, ela passou para uma “nova fase”, mantendo o curso comercial e inserindo o curso ginásial secundário equiparado às escolas oficiais, sendo a partir de então, o seu principal objetivo. Esta instituição passaria a ter um ensino “para preparar a mocidade dentro das normas católicas” (RANGEL, s/d).

Esforços foram feitos para se equipar essa instituição com os mais modernos aparelhos, laboratórios e material didático para o ensino técnico e científico, culminando na criação de um Instituto Politécnico em 1909, que compreenderia “os ramos da Eletricidade ou Eletrotécnica, da Arquitetura e de Agrimensura, e paralelos a estes, cursos superiores, um outro de artes e ofícios (...)” (BASTOS apud CHRISTO, 1994, p. 99-100). Este instituto recebia subvenção do governo estadual em troca de oferecer a alguns alunos o curso gratuitamente (O PHAROL, 11 jul. 1912).

Além de oferecer três tipos de cursos, o ginásial, comercial e politécnico, em 1912, foi aberta uma Escola de Odontologia e Farmácia anexa à *Academia de Comércio*, que ofereceria à população o “doutorismo” e faria concorrência com o *Granbery*.

---

<sup>51</sup> Os Salesianos tinha tradição no ensino profissional e possuíam outras instituições educacionais no país. Eles já se encontravam instalados em Niterói com o Colégio Santa Rosa; Colégio Salesiano do Sagrado Coração em Recife; Liceu Coração de Jesus em São Paulo e estavam instalando um Liceu Salesiano em Salvador na mesma época que assumiram a Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Desta forma, conforme Christo (1994), a *Academia de Comércio* participaria do projeto de modernização da cidade, contribuindo para a formação de pessoal destinado aos setores comercial e industrial.

Além da *Academia de Comércio*, outras instituições de ensino particulares estariam vinculadas a congregações católicas. Podemos dar destaque ao Colégio Santa Catarina (1909) administrado pelas Irmãs de Santa Catarina, e ao Colégio Stella Matutina fundado em 1900 pelos Servos do Verbo Divino, assumido pelas Servas do Espírito Santo em 1913.

Maraliz Christo (1994), afirma que essas instituições colaborariam com o projeto de romanização de Juiz de Fora no início do século XX, que reduziria o espaço dos protestantes, espíritas, maçons, entre outros e aproximaria tanto as elites quanto os mais pobres do catolicismo.

Sobre as instituições de ensino voltadas para o público feminino, cumpre destacar a atuação das Servas do Espírito Santo no *Colégio Stella Matutina* e das Irmãs de Caridade no *Colégio Santa Catarina*.

Quanto ao *Colégio de Santa Catarina*, sabe-se pouco a seu respeito devido à carência de estudos sobre esta instituição. Em 1900, a pedido do Cônsul alemão, George Francisco Grande, duas Irmãs de Santa Catarina, Crescência e Augusta, chegaram a Juiz de Fora com o objetivo de se dedicarem à instrução e educação de crianças da Colônia Alemã (atual bairro Fábrica). No mesmo ano, uma terceira Irmã é enviada, a irmã Hildegardis, para auxiliar as duas pioneiras. Após trabalharem durante alguns anos em algumas salas e salões cedidos, é com dificuldade que as irmãs adquiriram um terreno no Morro da Gratidão, iniciando a construção do colégio que foi inaugurado em 1909 e que atenderia ao público feminino. Em 1922, a construção foi ampliada, formando simetria com o prédio já existente e, em 1928, foi oficializado o Curso Comercial e, em 1930, o Normal<sup>52</sup>.

Já o *Colégio Stella Matutina*, fundado em 1900 pelos Servos do Verbo Divino, passa à administração das Servas do Espírito Santo<sup>53</sup>, em 1913, funcionando em um prédio ao lado da Matriz que, em virtude do aumento do número de alunas, passou por ampliações. Ainda neste ano é iniciada a construção do novo

---

<sup>52</sup> Segundo relato do sítio do colégio, no período de 1914 a 1917 as irmãs alemãs muito sofreram com a guerra. Fanáticos atacaram e destruíram lojas e fábricas cujos proprietários eram alemães. [www.homecard.com.br/sites/csc/](http://www.homecard.com.br/sites/csc/) acesso em 8 de novembro de 2008.

<sup>53</sup> As Servas do Espírito Santo rompiam com o modelo tradicional das feiras enclausuradas, possuindo uma percepção diferente sobre a mulher religiosa.

prédio que termina em 1917, fixado na Avenida Rio Branco próximo à Matriz (TRIBUNA DE MINAS, s/d).

Para a construção desse novo edifício foi encomendado a um arquiteto francês, Arthur Hoyer, uma réplica exata da casa central da Ordem na Holanda. Essa representou um custo muito alto para as possibilidades financeiras da instituição devido ao gasto com materiais em sua maioria importados. (FERREIRA, 2008).

Para Ana Luiza Ferreira (2008), no que diz respeito às concepções educativas propostas por esta instituição, um elemento se faz presente: o entendimento da educação como processo em que a criança se transformava em adulto capaz de exercer seu papel e civilizar-se.

Inicialmente eram oferecidas disciplinas como ensino religioso, caligrafia, desenho, trabalhos manuais, serviços domésticos, música e línguas estrangeiras. Há uma vinculação da formação das meninas e moças que freqüentavam essa instituição com uma tradicional imagem da mulher voltada para o lar, formando “futuras boas mães de família”. A vinculação, em 1917, do programa adotado com o da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, criaria um novo delineamento da educação proposta às alunas: a vida religiosa ou o magistério (FERREIRA, 2008).

Como conta Pedro Nava em suas memórias na obra *Balão Cativo*,

Tia Dedeta, como todas as *moças bem* da cidade, tinha estudado no Colégio Stella Matutina. Ali se aprendia o catecismo, adquiria-se uma caligrafia prodigiosa e deixava-se passar o tempo até a época de ficar noiva. As freiras eram uns amores, umas santinhas... O curso era feito inteiramente à gasosa, cada aluna frequentando a aula que queria. Então, Simini, onde é que você está estudando? No Stella. Em que ano? Não sei não, Inhá Luísa, estou aprendendo agora pirogravura, as montanhas da África e aquele negócio dos lírios do bastão de São José. Depois desse colégio, do aprendizado de desenho e pintura com D. Maria do Céu, depois de bem habilitada na feitura das balas de damasco – minha tia ficara pronta para o casamento. Não faltavam pretendentes.

(NAVA, 2000, p. 15-16)

A partir das lembranças de Pedro Nava, pode-se inferir que a educação oferecida pelas irmãs possuía formação religiosa e moral, além das alunas adquirirem habilidades que a tornavam um “bom partido” e “moldadas” para o casamento. Porém, ainda verificamos uma crítica feita por Nava no que remete à organização do ensino, quando ele mostra o diálogo entre Simini e Inhá Luiza, parecendo que as alunas tinham certa autonomia quanto à escolha das aulas que

queriam freqüentar e certa alienação quanto ao ano de estudos que aquela se encontrava.

Ferreira (2008) ainda alerta para o curioso fato de os pais das meninas e moças matricularem as filhas nessa instituição e oferecerem a elas a possibilidade de estudarem longe do próprio lar, como era de costume, relacionando esse fato como um sintoma de prestígio, especialmente, pelos grupos mais conservadores. Entretanto, é de se pensar também que, uma vez educadas pela ideologia das Servas do Espírito Santo, essas meninas provavelmente fariam parte de famílias mais abastadas que podiam financiar os seus estudos e usufruiriam da melhor educação católica, intelectual e moral, tornado-se também exemplo e referência na sociedade juizforana.

Muitas instituições acabavam tendo o auxílio da Câmara Municipal sob algumas condições, muitas das vezes a condição era oferecer ensino gratuito a um determinado número de crianças designadas pelo presidente da Câmara Municipal, como o acontecido com a escola infantil da Associação de Senhoras, mantida pelo Culto Evangélico que, ao ser isenta dos impostos municipais, teria de ofertar ensino gratuito a 5 crianças anualmente. (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1917b).

Quanto às instituições públicas mantidas pelo estado, em 1893, no governo de Afonso Penna, foi criada a *Escola Normal Oficial de Juiz de Fora* que no final de 1906 foi extinta<sup>54</sup>. Conforme Rangel (s/d), durante algum tempo antes de desaparecer, ela foi subsidiada pela municipalidade e, de forma espontânea, pelo capitalista João Evangelista da Silva Gomes, mas por motivos econômicos ela acabou fechando.

Encerraram-se ontem os trabalhos da Escola Normal da cidade. (...) Infelizmente não se pode prever quando serão reencetados os trabalhos da Escola, nem mesmo se algum dia começarão eles de novo. A reforma do ensino, de que se têm preocupado os homens públicos em Minas, constitui neste momento o objetivo capital do governo do Estado na Secretaria do interior, e, sobre escolas normais, segundo nos consta, nada há ainda assentado.

A nossa esperança firme, porém, é de que a Escola Normal de Juiz de Fora permanecerá, ou como tem sido, ou, o que nos parece mais certo,

---

<sup>54</sup> A Escola Normal de Juiz de Fora é novamente estabelecida no ano de 1928 por iniciativa do governo Antônio Carlos (1927-1930) que havia sido professor e diretor dessa em sua primeira fase de funcionamento. Sua segunda fase, a partir de 1928, foi objeto de estudo na dissertação defendida por Delaine Gomes de Oliveira em 2000.

melhorada, com programas mais amplos e visando mais perfeito preparo do magistério. (O PHAROL, 13 dez. 1906).

Apesar do desejo e promessas de que ela voltaria a funcionar após a reformulação do ensino, nenhuma ação foi realizada para que isso se concretizasse naquele período.

Vindo ao encontro dos desejos da população da cidade, o governo do Estado tem o propósito firmado de restabelecer a nossa Escola Normal sob os novos moldes regulamentares, logo após a instalação da de Belo Horizonte.

Enquanto tal reorganização não se dá, funcionará no prédio em que se acha a Escola Normal um grupo escolar modelo, sob a direção do nosso colega José Rangel, que para isso foi enviado pelo sr. Secretario do Interior (...). (O PHAROL, 18 dez. 1906).

Como comentado na matéria de jornal, no início do ano de 1907, é instalado o *primeiro grupo escolar* da cidade, no prédio em que funcionou a *Escola Normal*. Alguns meses depois seria criado o *segundo grupo*, ambos no mesmo prédio, porém em horários diferentes. E, em 1926, outro grupo escolar foi criado e funcionou no período noturno<sup>55</sup>, ocasionando o tresdobramento do horário de funcionamento.

Acompanhando um movimento de reformas educacionais que aconteciam de norte a sul, em todo o país desde fins do século XIX, que passaram a adotar os grupos escolares como modelo a ser seguido no ensino público (SOUZA, 2004; VIDAL, 2006) encontrava-se o estado de Minas Gerais que investiria neste tipo de ensino por meio da reforma educacional<sup>56</sup> pensada e decretada no governo de João Pinheiro, em 1906.

No entanto, é de se destacar que, desde 1891, o governo mineiro já discutia e se preocupava com a questão da instrução pública no estado, mas, somente anos mais tarde, no governo de João Pinheiro é que a tão falada reforma se concretiza e “se fez ver” (GONÇALVES, 2006). Em Minas Gerais, esta reforma é entendida como um momento de grande importância, pois é através dela que a escola mineira passaria a ser experimentada e instituída de forma diferente da que se tinha em

---

<sup>55</sup> Sobre o grupo escolar noturno de Juiz de Fora foi recentemente defendida a dissertação “Do apito das fábricas ao toque dos sinos no grupo escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)” de Maria Aparecida Figueiredo Cohn (2008).

<sup>56</sup> Sobre esta reforma realizada em 1906, para maiores detalhes quanto aos programas de ensino, métodos de ensino, professorado, entre outros, ver Faria Filho (2000) e Gonçalves (2006).

tempos anteriores. Faria Filho (2000), ao estudar o processo de implantação dos grupos escolares em Belo Horizonte, entende que

a representação dos grupos escolares, construída tendo como uma de suas bases a produção das escolas isoladas como símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido, buscava moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária. (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

Portanto, esta reforma do ensino simbolizava uma ruptura com o modelo escolar vigente até então, possibilitando que paulatinamente esta substituísse o modelo das escolas isoladas utilizado anteriormente (VAGO, 2002). Todavia, algumas permanências poderiam existir.

Os grupos escolares tiveram um significado não apenas de organizar a educação como também uma forma de atuar no campo educativo escolar, impondo uma prática pedagógica e social dos profissionais do ensino diferenciada da que era praticada anteriormente, através da produção e divulgação de novas representações escolares (FARIA FILHO, 2000).

Para a Secretaria do Interior, representada por seu secretário dos Negócios do Interior, o senhor Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, em relatório enviado ao presidente do estado, o Sr. João Pinheiro, os grupos escolares se espalhariam de forma que a escola isolada ficasse “condenada a desaparecer”. Sua justificativa para a implantação dessa instituição em todo o estado de Minas Gerais englobava um conjunto de aspectos que caracterizariam esta instituição.

Com o Grupo se consegue a divisão do trabalho escolar, a fiscalização permanente, o estímulo dos professores, a execução uniforme do programa de ensino, a atração do aluno para a escola, a frequência assídua, o hábito das crianças viverem em sociedade, corrigindo-se, modificando-se, aperfeiçoando-se, de modo que o ideal republicano da igualdade pode ser atingido naturalmente no trato de poucas gerações.

(MINAS GERAIS, 1907, p. 33)

Manoel Thomaz de Carvalho Britto ainda ressaltava que até aquele momento, junho de 1907, haviam sido “instalados e funcionando em ordem, regularidade e notável eficácia” oito grupos escolares, sendo dois na Capital, dois em Juiz de Fora, um em São João Neopomuceno, Arassuahy, Lavras e Passa Quatro, compreendendo um total de 3.310 alunos. Assim observa-se um movimento



de distribuição das escolas primárias públicas contemplando diferentes regiões do estado mineiro.

Portanto, Juiz de Fora estava entre as primeiras cidades a contar com a nova proposta de ensino público. Uma das possibilidades de ela ter sido escolhida como um dos primeiros locais de implantação desse modelo de instituição pode ter sido sua importância e destaque no estado quando se refere ao seu contexto sócio-econômico, intelectual e cultural.

Como comentado, a implantação dos grupos escolares em Juiz de Fora se deu a partir de fevereiro de 1907, logo após a decretação da Reforma João Pinheiro, em 1906, que abarcava sensíveis mudanças para o ensino público primário em Minas Gerais naquele momento. A partir de então, sucessivas ações foram realizadas para criações de novas escolas primárias nessa cidade, que tentassem atender a população.

Para Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (2006), a proposta de modernização que o estado de Minas Gerais pretendia, tinha a escola como seu eixo central, idéia bem recebida em Juiz de Fora. Uma razão para que a cidade tenha recebido tão rapidamente os grupos escolares, seria por sua influência política, possuindo representantes que se destacavam no cenário político mineiro, entre eles, Estevam de Oliveira<sup>57</sup>, José Rangel e Antônio Carlos de Andrada<sup>58</sup>. No entanto, acreditamos que conjuntamente a isso, a escolha de Juiz de Fora para ser uma das primeiras cidades a introduzir este tipo de escola, representada pelo grupo escolar, tenha sido principalmente pelo fato dessa possuir destaque no que tange à cultura e educação dentro do cenário mineiro.

Vê-se que a introdução da escola primária pública por meio dos grupos escolares, deu-se em um conturbado espaço educacional, com conflitos entre as diferentes ideologias sociais. A iniciativa de colaborar com a reformulação do ensino no estado foi enfrentada como um desafio pelo diretor dos primeiros grupos escolares, por existirem na cidade pessoas que não compartilhavam com as idéias de se reformar o ensino e com idéias progressistas. José Rangel enxergava na reforma do ensino primário uma “revolução ao seio da primitiva escola primária” que influenciaria na mudança de hábitos e até nas questões econômicas da cidade:

---

<sup>57</sup> Sobre Estevam de Oliveira pode-se encontrar algumas informações sobre este personagem em Golçalves (2006) e Silva e Yazbeck (2007).

<sup>58</sup> Para maiores informações sobre o político Antônio Carlos de Andrada, ver a dissertação de Milena Candiá (2007).

Não obstante ter de operar em centro dos mais cultos do país, qual a moderna e laboriosa cidade de Juiz de Fora, que se salienta sempre pelos seus excelentes estabelecimentos educativos, alguns dos quais forneceram as mais brilhantes intelectualidades a geração moderna, desde logo verifiquei que causas múltiplas haviam de dificultar minha tarefa, destacando-se entre outras, o preconceito rotineiro e conservador de espíritos não aparelhados para compreender e aceitar as idéias e cometimentos impostos pelo evoluir progressista, culminante na quadra contemporânea.

A reforma, calcada sob feição inteiramente nova, de acordo com as conquistas mais recentes da observação pedagógica, havia de impressionar vivamente os timoratos e os leigos, tal a revolução que vinha trazer ao seio da primitiva escola primaria, ainda sob moldes rudimentares edificada.

Assim, pois, foram os meus primeiros passos no sentido de fazer compreender o valor do plano em execução, de destruir a sua má inteligência e fazer com que essa propaganda se tornasse frutífera e eficaz.

Desta obra de tenacidade, paciência, convicção e energia, dão os habitantes da cidade vivo e palpitante testemunho pela forma por que, hoje, prestigiam este estabelecimento, considerando-o um centro inteligentemente constituído para a moderna educação popular, com todos os requisitos para proporcionar ao individuo os elementos completos de que carece para a luta e para a vitória, no concurso geral de aptidões morais, físicas e intelectuais, no qual a seleção natural mais uma vez se porá em evidencia flagrante. Estou convencido de que, generalizando-se essa campanha, que é acolhida com aplausos e simpatia em todo o Estado, uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica, pois, em uma cidade como esta, eminentemente industrial, teremos em vez de um exercito de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão e por rumo da nossa atividade. (RANGEL, 1907a, grifo nosso).

Analisando as palavras desse diretor escolar, percebemos que a crença na mudança do ensino primário que ocorreria a partir de então estaria sintonizada com o discurso disseminado pelo Brasil de que os grupos escolares “seriam uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira” (SOUZA, 2004, 1998a; b; FARIA FILHO 2000).

Christo (1994) e Yasbeck (2006) entendem que o ensino dos grupos escolares nessa cidade estaria diretamente voltado para o trabalhador, para os operários das fábricas e instruindo a mão-de-obra. Essa compreensão ia ao encontro da opinião deste diretor que supunha a reforma do ensino como uma forma de qualificar os operários das fábricas em Juiz de Fora para realizarem suas atividades de forma inteligente.

Em seu relatório do ano de 1907, o diretor José Rangel informa à Secretaria do Interior como se deu a instalação dos grupos escolares. A 4 de fevereiro o primeiro grupo foi instalado, com 476 alunos, número que se elevou a 501 “por terem sido admitidos à matrícula, em época extra-regulamentar, alunos de outras escolas, suspensas, por falta de matrícula legal.” Já o segundo grupo escolar foi estabelecido em 23 de março, com 396 alunos, elevando-se, por coincidência, a 501 matriculados pela mesma justificativa do primeiro grupo escolar. Discorre o diretor que primeiramente o horário de funcionamento adotado pelo primeiro grupo escolar era o regulamentado pelo governo estadual, sendo das 10 horas da manhã às 2 da tarde e que com a instalação do segundo grupo, o horário foi alterado, passando aquele a funcionar das 7 às 11 horas da manhã e esse das 12 às 16 horas da tarde. O diretor comenta que houve dificuldade para a implantação do horário matinal causando a retirada de algumas crianças e muitas transferências para o grupo que funcionava no período da tarde. Dentre os alunos, a maioria possuía nacionalidade brasileira, existindo um pequeno contingente estrangeiro, formado por italianos e portugueses. (RANGEL, 1907a).

Silva e Yasbeck (2007) ao analisarem o primeiro ano de funcionamento dos grupos escolares juizforanos nos jornais locais “Correio de Minas” e “Correio da Tarde”, verificaram a existência de certas resistências nesse período em relação às condições de funcionamento do horário escolar e à adequação de novos costumes pela população. Como exemplo, elas fazem alusão à carta de um leitor enviada ao jornal Correio de Minas, que indignado critica a mudança de hábitos que ocorreria.

(...) não estou convencido nem da conveniência, nem da utilidade de ficar uma criança sem almoçar, presa na escola, desde as 7 horas da manhã ao meio dia. É possível que, sendo eu um dos inexpertos sobre assumptos de organização escolar, não comprehenda bem o alcance dessa medida altamente pedagógica e pedagogicamente hygienica, e não me conforme, por isso, em condemnar meu filho a levar juntamente com os livros, couve, banana e café em garrafa, para almoçar na escola, não obstante ser essa a nossa principal alimentação, segundo Garret, citado por L.G.. O que me vale, neste particular, é não ser o ensino obrigatório, porque então, como operário que sou, e morando na rua dos Artistas, no Morro da Gratidão, nem menos poderia, por ter de apresentar-me ás 6 horas da manhã ao trabalho, gozar do gratíssimo prazer de acompanhar o pequeno á escola, e ajudar a conducção da matrícula. (...) (SILVA; YASBECK, 2007, p. 7).

Cabe salientar que mesmo com essas resistências, outros projetos para grupos escolares serão discutidos e implantados na cidade, como é o caso do grupo

escolar de Mariano Procópio, em 1909, e do grupo escolar de São Matheus, em 1917.

Sobre o grupo de Mariano Procópio, Milena Candiá e Rosângela Ferreira (2007), destacam o envolvimento de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente da câmara municipal naquele período, nos processos para a instalação desse estabelecimento de ensino. Desde 1908, já havia discussões entre a câmara municipal e a Secretaria do Interior para o estabelecimento de um grupo escolar no distrito de Matias Barbosa e outro em Mariano Procópio que ficava na periferia urbana da cidade<sup>59</sup>. Antônio Carlos havia assegurado ao governo estadual que a municipalidade cederia um edifício para a instalação deste grupo (CANDIÁ; FERREIRA, 2007).

Essas autoras ainda ressaltam que Estevam de Oliveira, inspetor do ensino residente na cidade e dono do jornal Correio de Minas, foi contrário à instalação desse grupo em Mariano Procópio. A argumentação do inspetor era a de que aquela seria uma iniciativa “eleitoreira”, já que estavam próximos às eleições federais, e também que isto causaria um gasto inviável para o estado, uma vez que já existiam nas redondezas a escola das Irmãs de Santa Catarina e uma escola no Morro da Gratidão que eram um “chamativo” para as famílias locais e, que o mais sensato seria criar naquela localidade uma escola singular, por causar menos dispêndio ao estado e tornar-se um local neutro de convivência para alemães católicos e luteranos que lá residiam, por esta escola ser laica.

No entanto, argumentos são levantados para que fosse instalado o grupo escolar de Mariano Procópio. Em abril de 1909, foi concluído o recenseamento escolar nesta localidade que identificou cerca de 400 crianças em idade escolar, número suficiente para que fosse autorizado o estabelecimento desta instituição de ensino. Ainda nesse mesmo mês, o governo do estado responde ao presidente da câmara autorizando a instalação do grupo em prédio cedido pela municipalidade (O PHAROL, 14 abr. 1909).

Assim, em 12 de junho de 1909 é instalado o grupo escolar de Mariano Procópio com a presença do presidente da Câmara Municipal, Antônio Carlos e outros agentes executivos.

---

<sup>59</sup> Nos deteremos somente aos grupos escolares que se localizavam na parte urbana da cidade, compreendendo os dois primeiros grupos escolares, o grupo escolar de Mariano Procópio e o grupo escolar de São Matheus.

Num espaço de 8 anos nenhum outro grupo escolar foi criado na cidade, mesmo com a população crescendo e aumentando a necessidade de mais escolas. Somente em 1917 houve outro projeto para a implantação de um grupo escolar em outra localidade da cidade. Esta localidade era o bairro São Matheus.

Desde fins do ano de 1916, o jornal *O Pharol* trazia em suas páginas a questão da criação de um grupo escolar naquele bairro. Sua requisição era defendida como um grande melhoramento para o bairro e para a cidade que teria um menor número de analfabetos, uma vez que sua população infantil em idade escolar estava por volta de 400 crianças. (O PHAROL, 23 set. 1916).

O processo de instalação desse grupo escolar envolveu disputas como pode ser percebido em carta enviada à Secretaria do Interior pelo inspetor regional do ensino Lindolpho Gomes, que ao ser consultado pela mesma, sobre a possível construção de um edifício para grupos escolares nos bairros de Botanágua e São Matheus na cidade, opinou ser mais conveniente a criação de duas escolas isoladas nestes bairros, mesmo sabendo que esta ação não atenderia aos desejos da população residente naqueles locais. Seu argumento para a instalação das escolas era de que elas atenderiam satisfatoriamente o número de crianças em idade escolar das duas localidades, visto que por conta de uma epidemia de tifo e da crise econômica e financeira que afetou as cidades de uma forma geral, a população daqueles locais diminuiu consideravelmente. (GOMES, 1916). Indo ao encontro dessa opinião encontrava-se a do diretor dos grupos escolares centrais, José Rangel, que em entrevista cedida ao jornal *O Dia* em janeiro de 1917, dizia ser muito mais oneroso ao estado a implantação de grupos escolares do que a de escolas reunidas em um único prédio (O DIA, 19 jan. 1917).

Frente a essas opiniões, encontrava-se o desejo e opinião do professor Pelino Cyrillo de Oliveira e da professora Isabel Bastos, ambos professores dos grupos escolares centrais. Estes, em carta enviada à Secretaria do Interior apelavam para a criação do grupo escolar em São Mateus, argumentando que no bairro Botanágua já havia uma escola noturna, e naquele bairro nada equivalente existia, tendo os alunos que freqüentar os grupos centrais da cidade ou escolas particulares, além de a população já estar acostumada com o ensino efetuado nos grupos escolares. Assim, eles se propunham a colaborar com o estado financeiramente para a instalação de um grupo escolar em São Matheus (OLIVEIRA; BASTOS, 1916).

A criação do grupo escolar de São Matheus foi muito requerida nas páginas do jornal *O Dia*<sup>60</sup>. A favor da instalação do grupo escolar de São Matheus se encontravam várias pessoas ilustres da cidade que foram entrevistadas<sup>61</sup> pelo jornal *O Dia* no ano de 1917. Entre eles estavam os professores Raymundo Tavares, Machado Sobrinho, Oswaldo Velloso, Áurea Bicalho e o presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o Sr. Américo Luz.

Candiá (2007) ressalta a influência política da intercessão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado naquele período, que colaborou para a consolidação do projeto de criação do grupo de São Matheus. Segundo esta autora, outro fato que também pode ter colaborado para tal concretização, seria a presença de Delfim Moreira, seu primo e companheiro político, na presidência do estado de Minas.

Portanto, durante o segundo semestre de 1917 houve o processo de construção daquele grupo escolar, o qual veremos mais adiante e, em 1918, sua instalação tornou-se efetiva. O jornal *O Dia*, no dia 16 de janeiro de 1918, trazia em suas páginas o relato do acontecimento dizendo ter se revestido de “brilhantismo a inauguração desse estabelecimento de ensino, ontem realizada”. A inauguração contou com várias personalidades da cidade e com um discurso do diretor, Pelino Cyrillo de Oliveira.

Como podemos depreender, o espaço educacional juizforano estava nutrido de conflitos políticos quando o assunto eram as novas ações educacionais.

Dessa forma, outra questão importante a ser enfrentada pelos poderes públicos, que colocavam a instrução como o principal meio de civilização, surgiria: a organização de espaços específicos destinados ao ensino, alvo das análises do próximo capítulo.

---

<sup>60</sup> Este diário foi criado em 1917 e era um grande defensor da criação do grupo escolar de São Matheus.

<sup>61</sup> Entrevistas publicadas no jornal O DIA nos dias 08/01/1917, 10/01/1917, 14/01/1917, 17/01/1917, 24/01/1917.

**PARTE II****DISCURSOS EDUCACIONAIS, LINGUAGENS E AÇÕES ARQUITETURAIS  
PARA O ESPAÇO ESCOLAR PÚBLICO MINEIRO**

*É esta instituição que ha de reerguer o nosso ensino primário do estado de miséria a que chegou; é através della que lançaremos os fundamentos do temeroso problema PREDIAL, escólho contra o qual esbarram as vontades mais firmes em assumpto de similhante monta.*

*Estevam de Oliveira, 1902*

Como vimos nos capítulos anteriores, muitas das idéias e imaginários que se projetavam sobre a cidade de Juiz de Fora, assim como muitos de seus símbolos e rituais permitiram que esta cidade fosse compreendida, e se auto-compreendesse, como a *Atenas Mineira*, um lugar rico em cultura. No entanto, chegamos a uma questão relevante: como se dava a arquitetura e espaço para os *grupos escolares* nessa cidade que se destacava nas Minas Gerais?

Instigados por essa questão, investigaremos aqui os discursos referentes às construções escolares veiculados nos órgãos públicos oficiais do Estado, as idéias e motivações para a implantação de uma determinada arquitetura e espaços públicos na *Atenas Mineira*, dialogando com seu entorno e os planos adotados. Investigaremos também as concretizações e as possíveis utilizações desses locais de ensino, explorando as aproximações ou distanciamentos destes com os discursos sobre higiene escolar que eram discutidos no estado de Minas Gerais, compreendendo como esses elementos se relacionavam com a cidade.



## **4 ATENAS MINEIRA: DISCURSOS E INTERLOCUÇÕES COM UMA ARQUITETURA ESCOLAR**

### **4.1 Entre tensões e interlocuções: discursos sobre o espaço escolar mineiro**

#### **4.1.1 A legislação mineira**

A arquitetura e o espaço escolar em Minas Gerais, nos primeiros governos republicanos, não pareciam ser alvo das preocupações dos governantes no final do século XIX quando de forma tímida se fizeram algumas ações. Apenas nas primeiras décadas do século XX é que surgiu uma maior preocupação com os espaços destinados ao ensino público primário.

Durante o governo de Affonso Pena (1892 – 1895), em Minas Gerais, foi encomendada uma reforma para o ensino público primário, considerada por Fonseca (2004), o marco inicial da educação republicana daquele estado. Segundo esse autor, abrangente, detalhista e inovadora para o período, essa reforma tentou organizar as escolas públicas atingindo o ensino primário e o normal em variados aspectos do universo escolar. Nesta reforma algumas diretrizes foram estabelecidas para a construção e aparelhamento de prédios escolares. A previsão era que 30 escolas fossem construídas anualmente entre 1893 e 1896, e que entre 1897 e 1902, esse número aumentasse para 105 escolas por ano. Para isso as construções seguiriam plantas, designação do local, orçamentos e instrução da secretaria das obras públicas do Estado, podendo existir colaboração das municipalidades. Previasse que o governo estadual reservasse em suas finanças, verbas destinadas à construção de escolas. (FONSECA, 2004, p. 26-28). No entanto, apesar dessa tentativa, pouco se realizou.

Conforme Fonseca (2004), no governo do Presidente do Estado Bias Fortes (1895 – 1898), sobre a questão dos prédios escolares pouco se modificou daquilo que foi previsto na reforma Affonso Pena. Além disso, como observado em Gonçalves (2006), poucas foram as construções de prédios para escolas, realizadas para “remediar” a situação, mesmo frente aos pedidos de funcionamento de mais de uma escola em um mesmo prédio. Ainda este autor destaca que os mesmos problemas foram levantados por Bias Fortes, no último ano de mandato, reconhecendo a necessidade de construção de novas casas onde funcionariam escolas de instrução primária conforme modernos preceitos pedagógicos:

Torna-se preciso, para complemento dessas medidas, que doteis o Poder Executivo de recursos para a construção de casas onde funcionem as escolas de instrução primária e para a aquisição do material preciso para melhor difusão do ensino, de acordo com os modernos preceitos pedagógicos.

Em muitas localidades, principalmente nas Cidades, não existem edifícios para as necessidades da instrução e em muitas outras os destinados para esse fim são todos imprestáveis, que tenham em vista a higiene e a pedagogia, quer as comodidades do professor. (BIAS FORTES, 1898, p. 13)

Mesmo com o diagnóstico da situação do ensino primário entendida como precária e do incisivo questionamento da necessidade de melhorias, as medidas propostas para solucionar a situação não foram efetivadas, visto que em 1899, o novo presidente do Estado, Silviano Brandão, dava ênfase em seu conhecimento da situação e que mesmo com esforços para sua melhoria, ela continuava difícil, principalmente no que diz respeito aos locais de funcionamento das escolas, que de uma forma geral, realizavam suas atividades em prédios que não eram próprios, “acanhados e sem as necessárias condições higiênicas”, escolas “desprovidas de mobília e de material escolar convenientes” (BRANDÃO, 1899, p. 18).

Apesar dos questionamentos levantados por este Presidente do Estado, novamente as medidas colocadas em prática neste mandato não privilegiaram a questão da arquitetura e do espaço escolar, visto que, em 1902, o inspetor do ensino Estevam de Oliveira produziu um relatório para o governo de Minas Gerais, abordando os problemas e a situação do ensino, dedicando espaço em seu relatório àquela questão.

Em seu entendimento, Gonçalves (2006) argumenta que o diagnóstico apresentado por Estevam de Oliveira contribuiu para que no governo de Francisco Salles (1902-1906) houvesse a indicação insistente da necessidade de mudanças. Dessa forma, a proposição de reforma de Francisco Salles baseava-se em cinco elementos: a constituição de um professorado preparado, a fiscalização da escola, o fornecimento de prédios que reunissem as necessárias condições higiênicas, o mobiliário escolar conveniente e a obrigatoriedade do ensino. Estes elementos, entendidos por aquele presidente como essenciais para uma boa reforma educacional, podem ter influenciado e desencadeado a reforma João Pinheiro em 1906 (GONÇALVES, 2006).

Em seu relatório apresentado ao Secretário do Interior no ano de 1902, Estevam de Oliveira, baseando-se nos modelos escolares a partir de suas

observações em São Paulo e Rio de Janeiro, vai em consonância ao pensamento *spenceriano* onde a escola deveria atender a tríplex de elementos: a formação do homem, a formação do caráter e a formação da intelectualidade (FONSECA, 2004).

A arquitetura e espaço escolar teriam lugar junto à primeira das teses formuladas por Estevam de Oliveira, a qual tratava da formação do homem, ficando ao lado de outras questões importantes como: a higiene escolar, o desenvolvimento físico da criança e o mobiliário escolar.

Quando esse inspetor de ensino faz referência à situação dos edifícios escolares, ele argumenta que as construções destinadas às escolas mineiras se constituíam como primordiais em toda e qualquer reforma educacional que houvesse. No entanto, apesar do compromisso do governo de Affonso Pena, nada existia naquele contexto orçamentário com a finalidade de construir prédios escolares. Para Estevam de Oliveira, caso o Estado tentasse solucionar de forma generalizada este problema, ele enfrentaria um grande impasse financeiro. (BENCOSTTA; BRAGA, 2007).

Assim, para este inspetor, a responsabilidade de prover os locais para o funcionamento de casas escolares seria do Estado e não dos professores, como rotineiramente acontecia (BENCOSTTA; BRAGA, 2007; GONÇALVES, 2006).

Não devemos continuar a série de erros com a manutenção de muitas escolas singulares em um mesmo núcleo, cumpre deitar-se mão à obra e entrar-se no regime resolutivo dos institutos primários de acumulação, impropriamente denominados Grupos Escolares. É esta instituição que há de reerguer o nosso ensino primário do estado de miséria a que chegou: é através dela que lançaremos os fundamentos do temeroso problema predial, escolho contra o qual esbarram as vontades mais firmes em assunto de semelhante monta. (OLIVEIRA, 1902, p. 28).

Vê-se nas palavras do inspetor um desejo de que ao se adotar a experiência que acontecia no estado de São Paulo, denominada de Grupos Escolares, Minas Gerais conseguiria resolver principalmente o problema relacionado ao espaço e arquitetura escolar, uma vez que a adoção desta tipologia objetivaria a integralidade do ensino, e reduziria a quantidade de escolas inapropriadas ao funcionamento de escolas.

Bencostta e Braga (2007) ainda destacam que Estevam de Oliveira propõe e aconselha algumas normas para a construção de prédios escolares conforme as idéias pedagógicas e higiênicas que se encontravam em voga na época, muitas

delas importadas do modelo europeu, mais especificamente em consonância com o francês. Dentre essas normas foram destacadas as referentes à utilização e conservação do espaço escolar, como as dimensões e a capacidade de alunos nas salas de aula, a localização e tamanho das janelas e portas, o revestimento interno das paredes permitindo luz suave e graduada, prescrições sobre a cubagem, ventilação, iluminação e mobiliário a ser utilizado nas salas pelos alunos e professores. Suas prescrições sempre estavam relacionadas e justificadas a problemas de saúde recorrentes neste período, como a tuberculose e outras doenças das vias aéreas e também problemas e vícios posturais dos alunos. (BENCOSTTA; BRAGA, 2007). Esses autores observaram que Estevam de Oliveira menciona os pensamentos dos higienistas e dos pedagogos que tratavam de questões como a quantidade e qualidade do ar a ser consumido pelos alunos, o ideal posicionamento das janelas nas salas para uma melhor difusão da luz, o número máximo de alunos que cada sala comportava, a cor das paredes, entre outras, baseadas em estudos de Rui Barbosa; Dr. Vieira Melo, da repartição sanitária de São Paulo; nas escolas modelos de Upsal, na Suécia; nas idéias de Trèlat, diretor da escola especial de arquitetura de Paris naquela época, e, principalmente nas idéias do higienista francês A. Riant, demonstrando que suas idéias e desejos encontravam-se baseados e em consonância com o que se propagava em outros estados do país e também em outros países.

A respeito das construções paulistas, a partir das quais Estevam de Oliveira se orientou para elaborar seu relatório, Wolff (1992) pesquisando os primeiros passos da arquitetura escolar pública paulista, identificou que para o ensino básico criaram-se estabelecimentos de ensino inspirados na versão francesa dos *groupes scolaires*, que separavam os alunos de sexos diferentes e também os que se encontravam em diferentes graus de ensino.

Souza (1998b) reitera que a política de construções escolares dos governos republicanos de São Paulo colocou os edifícios à altura da importância que se dava à educação naquele momento. Segundo ela, a monumentalidade das construções dos grupos escolares e escolas normais colaborava para demonstrar o anseio deste Estado em propagar e divulgar suas ações. A arquitetura escolar haveria, pois, de simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como real. (SOUZA, 1998b).

Além disso, as escolas graduadas baseadas nos grupos escolares teriam algumas especificidades aliadas à racionalidade econômica e funcional assim como aos padrões estéticos.

Em realidade, a escola graduada pressupunha não apenas um edifício de grandes dimensões para abrigar várias salas de aula, mas também outros espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas: gabinete para a diretoria, sala para arquivos, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio. (SOUZA, 1998b, p. 127-128).

A monumentalidade dos prédios para grupos escolares em São Paulo pode ser observada na obra *Arquitetura Escolar Paulista (1890 – 1920)* que traz um conjunto de plantas arquitetônicas e elevações de fachadas dos edifícios de variados municípios desse estado. Nesta obra, Maria Elizabeth Corrêa, Mirela Mello e Helia Neves (1991) destacam a imponência das construções destinadas às escolas públicas de São Paulo, onde perceberam haver muitas semelhanças entre as construções para os grupos escolares, nas quais os edifícios apresentam proximidades entre seus projetos, como a simetria das plantas e a rígida separação entre as seções masculinas e femininas, quer fossem nas entradas dos prédios, locais para recreios ou outros lugares. No entanto, uma peculiaridade foi observada por essas autoras: mesmo que os projetos utilizassem as plantas de outros projetos executando uma padronização, existia uma preocupação em variar as fachadas dos edifícios destinando-lhes uma identidade própria. Até o ano de 1902, o estado de São Paulo já contava com cerca de 25 grupos escolares que se destacavam pela sua pujança, a maioria edifícios de dois andares e com grandes dimensões.

Estevam de Oliveira percebeu diferenças na organização da educação no estado do Rio de Janeiro se comparada a de São Paulo. Em seu relatório, ele criticava a organização do ensino nos grupos escolares daquele Estado que repelia a co-educação dos sexos, separado em duas seções, uma masculina e outra feminina, e, a não organização do ensino em anos, mas sim em cadeiras. (OLIVEIRA, 1902, p. 154).

Nesse sentido, decorridos quatro anos da elaboração do relatório de Estevam de Oliveira em 1902, baseando-se nos exemplos de São Paulo e Rio de Janeiro, é que se efetuou uma reforma educacional que colocaria em prática muitas idéias e problemáticas discutidas em governos anteriores.

A reforma do ensino primário e normal em Minas Gerais de 1906 traria sensíveis mudanças na educação mineira. Essa reforma proposta pelo governador João Pinheiro apresentava mudanças ligadas, principalmente, a um maior controle dos professores pelos inspetores escolares; a introdução de disciplinas ligadas à agricultura e a modificações na formação dos professores. No entanto, a maior inovação que se teve, foi na proposição de se construírem espaços próprios para a educação escolar através dos grupos escolares. (FARIA FILHO, 1998).

Percebemos que a preocupação com os espaços e arquitetura escolar continuava a ocupar lugar nas discussões do novo governo, mas de forma destacada. O Secretário do Interior Carvalho Britto em relatório ao Presidente do Estado João Pinheiro, entendia e afirmava que a questão da instalação das escolas em prédios apropriados, de acordo com as necessidades higiênicas e pedagógicas era séria e de importância, não bastando que a escola fosse criada e provida, sendo necessário instalá-la em local apropriado (MINAS GERAIS, 1907, p. 33).

De início, para que houvesse uma maior disseminação de escolas isoladas e grupos escolares, o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas, estabeleceu que fossem preferencialmente atendidas as “localidades que atendessem os intuitos do governo”, oferecendo ao Estado o prédio onde o ensino pudesse ser exercido de modo conveniente e eficaz. (MINAS GERAIS, 1906, p. 7).

Ao que tudo indica, esta situação se deu a partir dos resultados de uma estatística, que chegou a um número de cerca de 800.000 crianças em idade escolar, quantidade bem superior daquelas matriculadas em escolas primárias que chegava a 54.825. Essa grande disparidade pressionou por uma ampliação da rede escolar. Estipulava-se que fosse destinada a este setor uma quantia próxima a 30.000:000\$000 (MINAS GERAIS, 1906), alegando não dispor dessa quantia, o governo passou a contar com a colaboração e ação das municipalidades, quer fosse com a doação de prédios, terrenos ou materiais de construção.

Assim, a necessidade de casas escolares se fazia presente e de grande importância.

[...] é insignificante o número de localidades, cujas escolas funcionam em prédios próprios.

Urge remediar o mal. É necessário que os responsáveis pela direção das localidades se convençam que a doação de casas para a escola é um dever a cumprir.

É na escola que se prepara a futura geração e os responsáveis pela causa pública devem recordar que o prédio escolar que deixarem na sua passagem pelas elevadas posições será eternamente nas localidades entre a geração passada e a geração por vir.

Na América do Norte, ao avistar-se ao longe uma povoação, o prédio que mais se destaca é o da escola. É preciso recuperar o tempo perdido, se promova a construção dos templos em que a geração actual revele o seu altruísmo, preparando a futura geração para a vida numa pátria livre.

[...]

Além da iniciativa particular, já revelada, as municipalidades, como se verá em seguida, têm concorrido com valioso auxílio para a realização dos intuitos da reforma. (MINAS GERAIS, 1907, p. 34-35).

Nesse discurso, o Secretário do Interior investe na idéia da colaboração dos particulares e das municipalidades, com um tom de responsabilidade e dever na disseminação do ensino, além de identificar o prédio escolar como um monumento grandioso lembrado “eternamente nas localidades”, destacando-se na paisagem urbana e se tornando um símbolo das ações de uma geração.

Apesar das dificuldades financeiras argumentadas pelo Estado, a reforma do ensino foi colocada em prática logo após sua promulgação em fins de 1906, e, logo no início de 1907, já funcionava, em algumas cidades, o modelo dos grupos escolares. Devido ao rápido desenrolar dos fatos, é possível que não tenha havido tempo para planejar, projetar e construir os prédios escolares antes do início do primeiro ano de funcionamento dessas instituições. Caberia ao Estado alugar/arrendar ou mesmo receber doações de prédios da municipalidade ou de particulares, como já foi comentado. Com isto, o governo teria de adaptar os novos espaços às funções e necessidades dos grupos escolares, uma vez que aqueles, em sua maioria, não haviam sido construídos para serem prédios escolares. Dessa maneira, o governo estadual contava com as iniciativas dos municípios e de particulares para prover o ensino popular. Exemplo disso pode ser observado em relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado:

#### Edifícios construídos e adaptados

Em regra, os prédios oferecidos ao Estado para a criação dos Grupos Escolares têm sido doados e adaptados a expensas das municipalidades, sendo os planos de adaptação organizados de modo a satisfazer, tanto quanto possível, às regras de higiene e prescrições pedagógicas, tendo sido recusado os que não suportam uma regular adaptação. (MINAS GERAIS, 1907, p. 36).

Mesmo que o governo desse preferência às doações de prédios prontos, ele também promoveu algumas ações para que prédios fossem construídos. Foram

disponibilizados tipos arquitetônicos para que estes fossem empregados e destinados às escolas, os quais eram divididos em grupos escolares, escolas isoladas e escolas rurais.

A Secretaria do Interior tem à sua disposição o engenheiro José Dantas, incumbido especialmente de todo o serviço relativo à construção e adaptação de prédios escolares.

Mandei confeccionar três typos gerais, que devem ser observados na construção de prédios para grupos escolares.

Na confecção desses typos foram estudadas com cuidado as questões de economia de construção, iluminação e ventilação das salas de aula, hygiene e condições pedagógicas dos prédios.

O número regular de alunos para cada sala, devendo atingir a 40, foram calculadas as dimensões dos salões, excedendo a área para cada criança a 1,200 e a cubação de ar ambiente de 5,300.

O primeiro typo compõe-se de quatro salões de aula de 6,00 x 8,80 x 5,00, duas saletas de entrada, uma sala para museu, gabinete para o diretor e professores e um alpendre bem largo.

Esse typo, para um grupo escolar de 200 a 240 meninos, poderá ser construído com a despeza aproximada de 10 a 14 contos, conforme a zona do Estado.

O segundo typo contém seis salões, tendo cada um 6,00 x 8,80 x 5,00, com capacidade para 40 a 50 meninos, saletas de entradas, vasto salão para museu, gabinete para o diretor e professores e alpendre.

Esse typo comporta de 240 a 300 meninos, ficando sua construção em 25 ou 30 contos.

O terceiro typo contém 8 salões, tendo cada um a capacidade de 40 a 50 meninos, salão para museu, gabinetes para director e professores, saletas de entrada e vastos alpendres.

Esse prédio, que comporta de 320 a 400 meninos, poderá ser construído por 40 contos.

Em todos os typos figuram um bom serviço sanitário, jardim no centro do edifício e cobertas para exercícios phisicos e trabalhos manuais.

Para a construção desses prédios devem os terrenos ser escolhidos na parte mais central da localidade, com uma área de 8 a 10 metros quadrados para cada criança e satisfazer ainda as condições de uma declividade regular, facilidade da instalação sanitária e alguma distância de outras construções. (MINAS GERAIS, 1907, p. 35-36).

Nos primeiros projetos-tipos estabelecidos para construção de grupos escolares podemos depreender a existência de uma padronização nos três projetos relativos aos ambientes. Em todos eles existiriam salão para museu, saletas de entrada para os diferentes sexos, gabinetes para diretor e professores, vastos alpendres, além de jardim e cobertas para os “exercícios phisicos e trabalhos manuais”, variando apenas o número de salas em quatro, seis e oito. Também teriam em comum a preocupação com a hygiene presente em elementos como a ventilação e iluminação, além de estarem de acordo com uma pedagogia entendida como moderna. Futuramente outros projetos-tipos para construções de grupos escolares seriam fornecidos pelo governo do Estado.



Para uma boa organização e funcionamento algumas regras eram estabelecidas, como a do Regulamento da Instrução Primária e Normal de 1906, que em seu artigo 48, previa, por exemplo, o veto de que os professores permanecessem residindo nas escolas como frequentemente ocorria. Além disso, o Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas, aprovado pelo decreto 1969 de 1907, trazia em seu primeiro título a questão dos prédios escolares, composta de cinco artigos, seguido de demais aspectos para uma boa organização e funcionamento do universo escolar.

Art.1º - O prédio dos grupos escolares, com as condições higiênicas da construção necessárias a um estabelecimento de ensino, deverá ter:

I. Pelo menos quatro salas de aula, com capacidade cada uma para 50 alunos.

II. Um salão para Museu e uma sala para biblioteca, podendo estes ser instalados em um único compartimento que seja suficientemente espaçoso.

III. Uma saleta de entrada ou espera, para visitas.

IV. Um gabinete para o diretor, onde ficará o relógio da casa, e outro de toilette para os professores.

V. Um porta-chapéus para os alunos de cada sexo, à entrada do edifício, com cabides numerados. A cada entrada haverá um porta guarda-chuvas com as divisões das classes, pela numeração.

VI. Varanda ou pátio coberto, onde os alunos permaneçam nos dias de chuva e nas horas de muito sol, durante o recreio.

VII. Um jardim, principalmente no recreio das meninas.

VIII. Uma latrina para cada turma de alunos, com a mesma numeração da sala a que servir, e uma outra em separado.

IX. Um terreno fechado para *Horta escolar*.

Parágrafo único. Na construção e, adaptação de qualquer prédio escolar serão observados os tipos de plantas aprovados pelo governo.

Art.2º - Haverá separação completa dos pátios de recreio, jardim, porta chapéus e latrinas para cada sexo.

Art.3º - Em cada sala de aula, numerada pela ordem das turmas de alunos além do material de ensino, inclusive o quadro negro que deve ter, pelo menos, quatro metros de comprimento, haverá uma mesa de gaveta com cadeira e estrado para o professor, um armário fechado para objetos escolares, uma talha ou torneira d'água potável, um tímpano de mesa e uma cesta para papéis. Na varanda ou pátio de recreio de cada sexo haverá uma torneira e *lavabo* com toalha, devendo esta ser substituída diariamente.

Art.4º - Todos os aposentos do prédio serão varridos à tarde de cada dia, e lavados aos sábados, com panos umedecidos em água creolinada. Os quadros negros serão também limpos para o serviço de cada dia.

Art.5º - O prédio escolar será pintado exteriormente e os aposentos serão ao menos caiados uma vez por ano. (MINAS GERAIS, 1908, p. 5-6, grifo do autor).

As determinações estabelecidas pelo regimento interno evidenciam a preocupação com a organização e disposição do espaço escolar dos grupos escolares. Junto a elas, e, permeando-as, observamos aspectos ligados à higiene, como a presença de água potável encanada, lavabos, limpeza do edifício e

iniciativas para seu estado de manutenção e conservação. Assim, essas decisões normatizam o espaço, dando-lhe funcionalidade e simbologia. Conforme Bencostta (2001, p. 115) as determinações de um espaço funcional e simbólico, também presentes na legislação paranaense para seus grupos escolares, não eram novidade nas discussões e iniciativas na Europa, principalmente na França da III República, que desde 1868, com as ações de Jules Ferry, não admitiam que as dependências de uma escola não fossem providas de material e mobiliários e um “agenciamento do espaço completamente específico”.

Em 1910 foi impresso pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, os “Typos para construção dos prédios escolares” projetados pelo engenheiro do Estado José Dantas<sup>62</sup> adido à Secretaria do Interior. A idéia era de que os projetos-tipo fossem utilizados nas construções de escolas, com suas características padrões, tanto em suas plantas, quanto nas fachadas dos prédios. Isto estimularia uma homogeneidade dos edifícios a serem construídos na capital ou nas cidades do interior de Minas. Dessa maneira, por se tratarem de prédios que teriam uma boa economia financeira para sua execução, eles poderiam ser implantados de forma generalizada. A padronização através dos projetos-tipo, se empregados nas localidades, facilitariam a distinção da escola no meio urbano em todo o Estado de Minas Gerais.

Conforme as plantas-tipo, os grupos escolares teriam diferentes acomodações, como saletas de entrada, alpendres largos cuja funcionalidade seria para facilitar as entradas independentes nos diversos ambientes; salas de aulas espaçosas, variando em número de 4, 6 ou 8, iluminadas e ventiladas, calculadas para 40 crianças; salão para museu; gabinetes para diretoria e professores; dependências para sanitários e galpões para os exercícios físicos e trabalhos manuais (MINAS GERAIS, 1910, p. 13).

Partindo de um modelo mais simplificado (Figura 12), o “typo n. 2” estabelecia o projeto de um edifício com 4 classes, museu, gabinete e banheiros. A disposição simétrica de suas salas de aula na direita e na esquerda, além do

---

<sup>62</sup> José Dantas nasceu em Grão Mogol- MG em 1874. Fez seus primeiros estudos em São Paulo. Transferindo-se para Ouro Preto, estudou na Escola de Minas, onde se diplomou em engenharia civil e de minas. Como engenheiro do Estado e fundador de empresa de engenharia, foi responsável por importantes trabalhos na Capital Mineira, como Palácio da Justiça (1909-1912), Grupo Barão do Rio Branco (1914), Palacete Dantas (1915) e diversas residências no Bairro dos Funcionários, primeiro núcleo residencial de Belo Horizonte. Atuou também como fundador e professor da Escola de Agronomia e Veterinária. Morreu em 1946 na cidade de Belo Horizonte. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 198?, p. 33).

posicionamento das entradas dos banheiros, faz-nos pensar que o espaço escolar também era alvo dos discursos pedagógicos e higiênicos que se propagavam desde o século XIX, destinando-lhes um espaço específico de circulação dos meninos e meninas através dos alpendres ou varandas que acabavam por separar o convívio deles no interior do prédio. O acesso de quem entrava se dava pelas varandas que permitiam o acesso aos banheiros e salas de aula, sem que houvesse comunicação com a outra ala destinada às crianças de sexo contrário. O posicionamento contíguo das portas e janelas das salas de aula, gabinete e museu, permitiria uma maior difusão da luz e circulação de ar quando abertas. O gasto estipulado para a construção deste prédio seria de 13:904\$840 contos de réis.

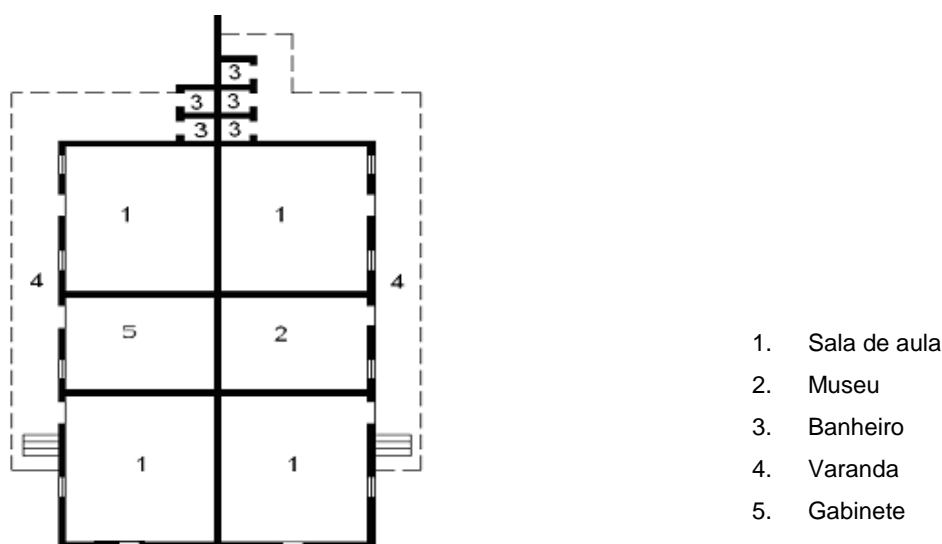


FIGURA 12 – “TYPO n. 2” PARA GRUPO ESCOLAR DE 4 CLASSES.  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 18).

Outro exemplo, agora para seis salas de aula, pode ser observado na Figura 13. Torna-se interessante observar que em sua fachada composta pelas quatro salas, existe simetria na disposição das janelas, ficando localizadas aos pares. Ainda podemos observar que o museu escolar passa a estar localizado em uma porção central e de passagem do edifício, visto que a entrada do prédio é única, obrigando aos alunos passarem por ele principalmente nos momentos de entrada e saída. Outra questão torna-se interessante. A diferença do tamanho das salas. Na planta existem quatro salas maiores e duas um pouco menores. Provavelmente as maiores eram destinadas às primeiras séries, pois nestas normalmente o número de crianças matriculadas era maior que o das séries finais. Nelas também podemos identificar a variação do número de janelas, ora unilateral,

ora bilateral, mas suficientes para iluminar amplamente as salas. A construção deste projeto teria um gasto um pouco maior em relação ao anterior, visto que possui mais e maiores dependências chegando ao valor de 23:540\$000 contos de réis.

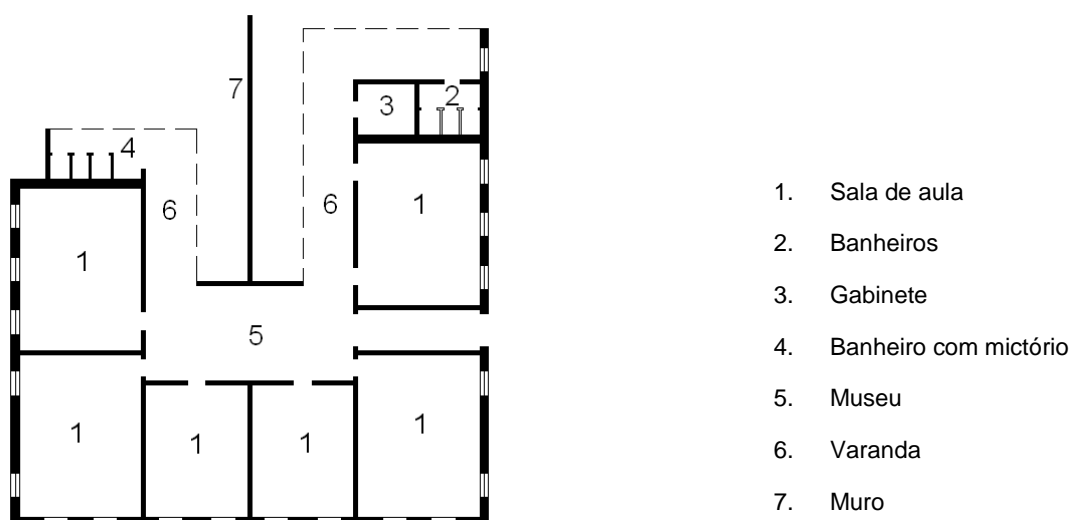


FIGURA 13 – “TYPO n. 4” PARA GRUPO ESCOLAR DE 6 CLASSES.  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 23).

Para os grupos escolares que necessitassem de mais salas foi criado uma planta-tipo (Figura 14) com 8 salas de aula e demais dependências.

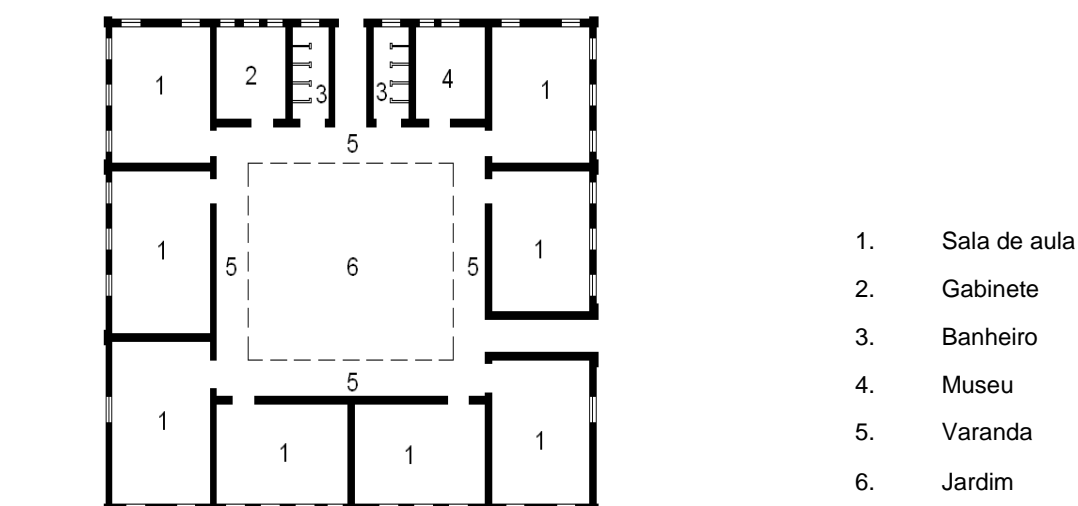


FIGURA 14 – “TYPO n. 8” PARA GRUPO ESCOLAR DE 8 CLASSES.  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 33).

Nesta planta podemos observar duas entradas independentes, contíguas à fachada do edifício. Para entrar no interior do prédio outras duas entradas se fazem presentes, uma na lateral direita e outra nos fundos localizando-se entre os

banheiros. Em sua porção central, verifica-se a presença de um novo elemento, um jardim, provavelmente utilizado no recreio e também nas lições de coisas. Esse está circundado por varandas que dão acesso a ele e também às salas de aula, gabinete, museu e banheiros. Todas as salas de aula possuem uma vasta iluminação além de boa circulação de ar, como a higiene determinava.

Na Figura 15 pode ser observado outro tipo de projeto para 8 classes. Diferente do anterior, este possui formato em U. Este mesmo projeto também foi desenhado para prédios de 6 e 4 classes, os quais variam o posicionamento de algumas dependências.

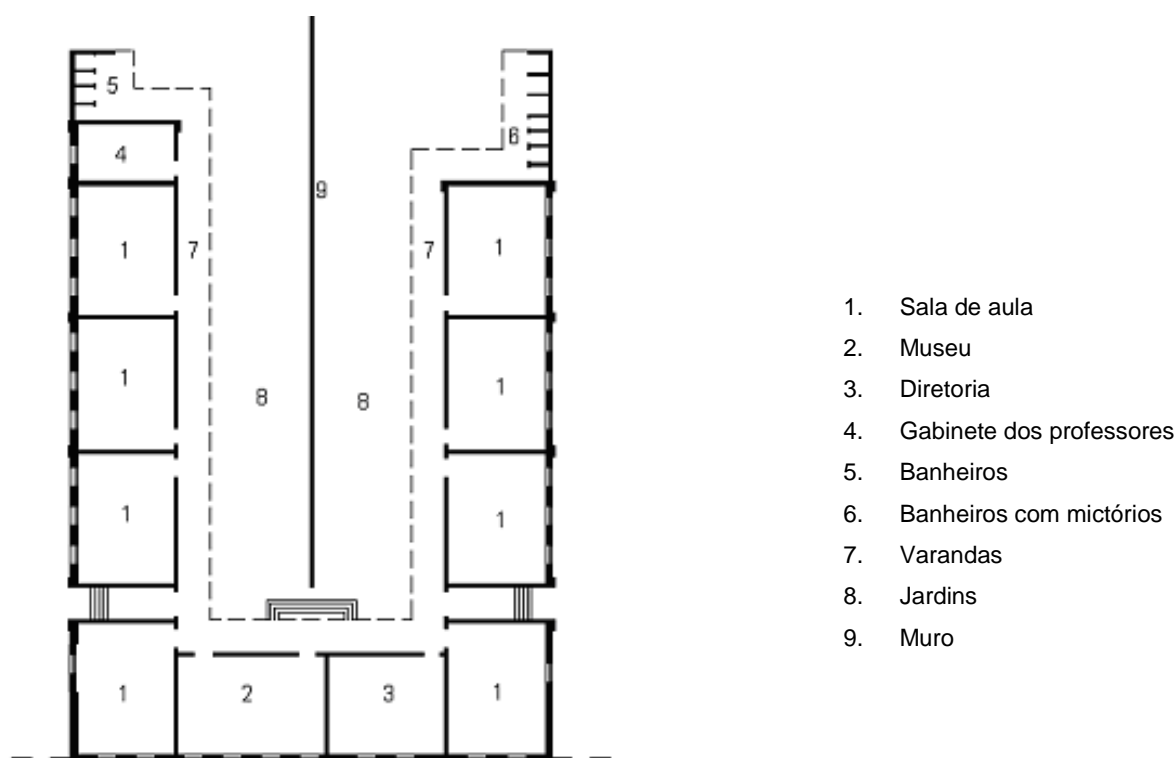


FIGURA 15 – “TYPO n. 7” PARA GRUPO ESCOLAR DE 8 CLASSES.  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 31).

Na figura acima, podemos observar duas entradas para o interior do prédio, uma destinada ao acesso feminino e a outra ao acesso masculino. Outra observação é a de que do lado direito da figura há a existência de banheiros com mictórios, nos levando a crer que possivelmente essa ala do prédio era destinada aos meninos e a ala esquerda para as meninas. Observando o posicionamento da diretoria e do gabinete dos professores percebemos que esse privilegiaria e possibilitaria a ambos

um maior controle do que estava acontecendo no prédio escolar. Dessa maneira os alunos poderiam ser vigiados em qualquer uma das alas do edifício.

As recomendações de José Dantas ainda tratavam das várias etapas de uma obra, desde a escolha do terreno até os acabamentos interiores e exteriores. Daremos destaque a três dessas recomendações: a escolha do terreno em que seria localizado o prédio, as salas de aula e também sua ornamentação.

O terreno para a construção do prédio do grupo escolar deveria ser escolhido na parte mais central da localidade, ser um pouco elevado, seco, afastado dos ruídos das indústrias e dos cheiros incômodos lançados por elas, distantes das aglomerações de pessoas e das grandes circulações de veículos e vias férreas, dos cemitérios, e de outros edifícios. Seria indispensável ao prédio escolar a existência de água potável canalizada e a possibilidade de se fazer o assentamento do esgoto para o serviço sanitário. Ainda, o prédio escolar não deveria ficar exposto a locais que não possuíssem ventilação, e, tão pouco, às fortes correntes dos ventos. Sua fachada deveria ficar direcionada para o nascente, de modo que sua frente não ficasse exposta ao pôr-do-sol. A área de recreio deveria ter certa inclinação, além de ser calculada à razão de 5 m<sup>2</sup> por aluno.

Podemos observar que, no que se refere às recomendações para a localização do edifício escolar, as propostas do engenheiro José Dantas estavam concomitantes às idéias já divulgadas na França desde o Oitocentos com preocupações em torno da higiene e salubridade dos locais em que seriam instaladas as escolas e eram observadas pelo discurso médico-higiênico que influenciaria todo o conjunto da escola, estendendo-se aos arquitetos e engenheiros responsáveis pelos projetos de prédios. (BENCOSTTA; BRAGA, 2007). Dessa maneira, várias recomendações se baseavam na prevenção de doenças, visando à saúde dos alunos.

Desde meados do Oitocentos que no Brasil o discurso médico se orientava e preocupava com a questão da localização dos prédios no meio urbano. As argumentações dos médicos para a instalação de escolas em determinados locais, em sua maioria, eram justificadas por questões geográficas e topográficas, com uma preferência pelo afastamento do centro da cidade e, conseqüentemente, do mundo urbano, que era entendido como pernicioso (GONDRA, 2004b). No entanto, diferente do que se propunha no século XIX, as casas escolares, agora no Novecentos, estariam localizadas em locais centrais da cidade permitindo maior

visibilidade das ações que aconteciam na República, mesmo que elas mantivessem as recomendações de salubridade e higiene discutidas ainda no século XIX. Essa nova situação ajudaria para que houvesse maiores relações entre a escola e o mundo urbano.

Já as salas escolares, conforme o projeto de Dantas (MINAS GERAIS, 1910), seriam todas com assoalho de tábuas e com teto forrado, de modo a deixar um espaço para a renovação do ar. Abaixo do assoalho seria conveniente depositar uma camada espessa de areia seca ou de carvão, provavelmente para manter o solo menos úmido. A disposição das janelas nas salas seria unilateral, havendo no lado oposto a estas, caixilhos envidraçados, provavelmente basculantes, girantes em torno de seu eixo vertical. Estes colaborariam na circulação do ar e no combate às doenças e micróbios. Mas, ao observarmos as Figuras 13, 14 e 15, identificamos que nesses projetos são sugeridas janelas bilaterais, diferente do que é exposto nas recomendações escritas.

Foram projetados prédios de um e de dois pavimentos sendo que parece existir a predominância da escolha dos projetos térreos por estes serem mais econômicos que os outros em sua construção.

Nas figuras 16, 17, 18 e 19, podemos observar algumas fachadas de prédios projetados por José Dantas, específicas para abrigar grupos escolares.

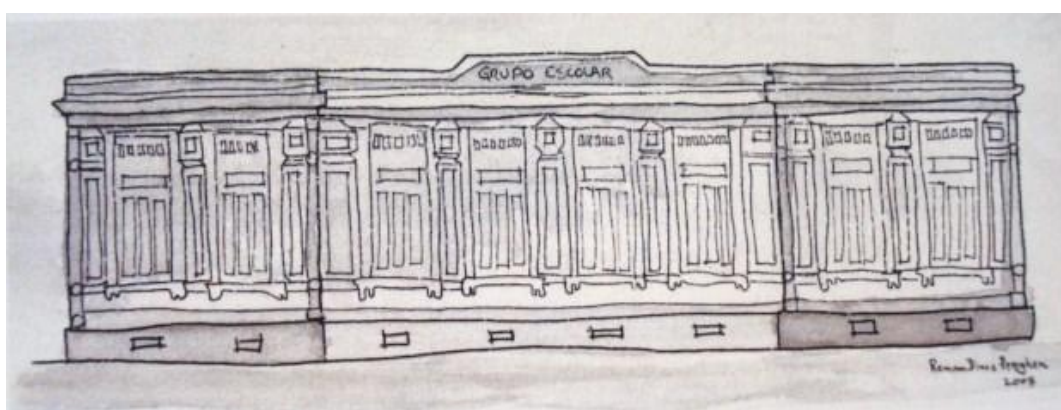


FIGURA 16 – PROJETO DE GRUPO ESCOLAR. Fachada Principal  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 19)

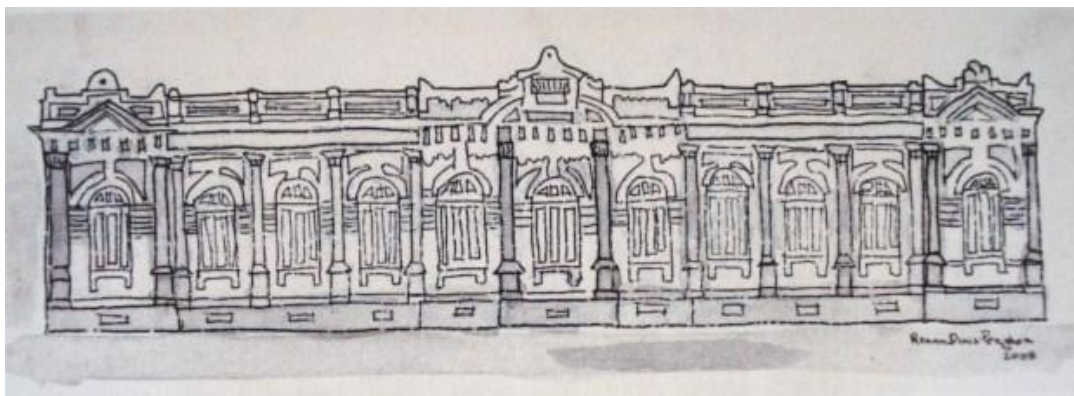


FIGURA 17 – GRUPO ESCOLAR  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 34)

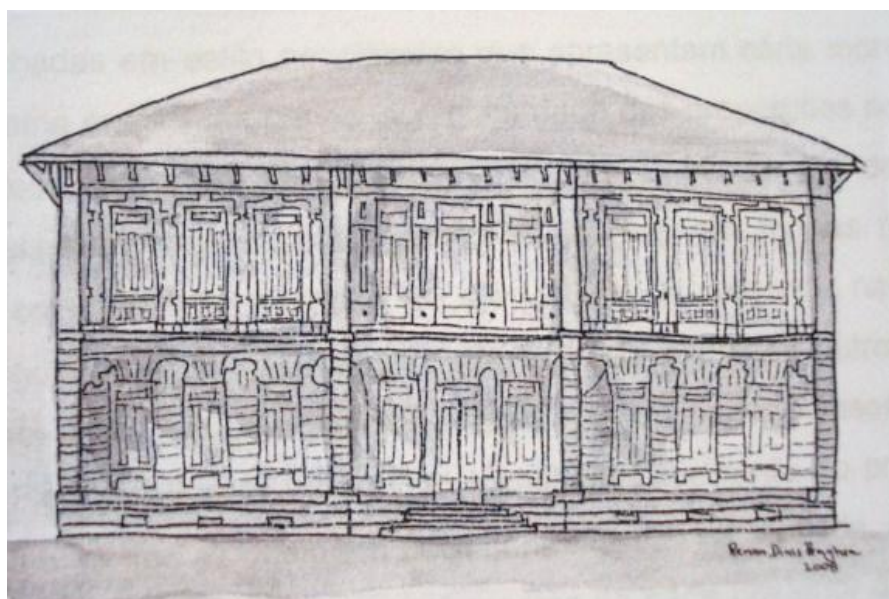


FIGURA 18 – GRUPO ESCOLAR – Fachada principal.  
FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 29)



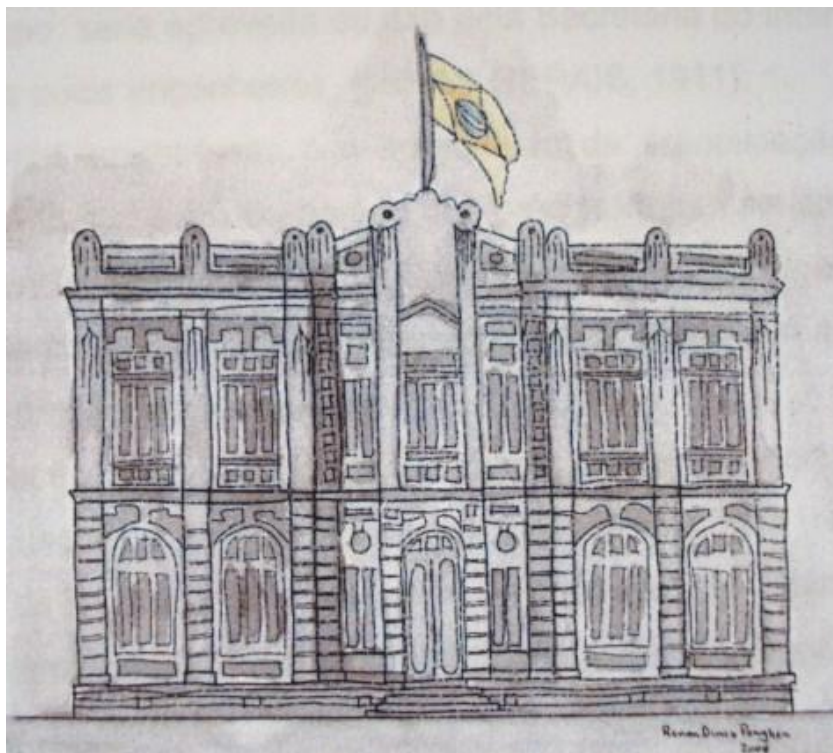


FIGURA 19 – GRUPO ESCOLAR – Fachada principal.  
 FONTE: MINAS GERAIS (1910, p. 26)

As fachadas em estilo neoclássico que apresentam certa monumentalidade e também simetria entre suas partes, a regularidade das proporções nos projetos de dois pavimentos, com uma simplicidade elegante e suave grandeza, além da presença de elementos geométricos como as janelas em formas retangulares e arredondadas em suas extremidades (KOCH, 2001). A presença na Figura 17 de tímpanos triangulares e de colunas em sua fachada expressa outra característica acentuada deste estilo e a grandiosidade das janelas e portas. Observamos que as entradas das Figuras 16 e 17 não estão localizadas na frente do prédio, diferente das Figuras 18 e 19 que as possuem bem centralizadas na fachada. Provavelmente as entradas dessas seriam laterais ou até mesmo na parte posterior do prédio. Outro detalhe dos projetos de fachada é a presença em todos eles de porões para a ventilação do piso e terreno tornando-os mais higiênicos.

Nos anos seguintes, observamos que a legislação parecia mais detalhista e com pequenas modificações relativas aos prédios escolares.

Em 1911, no governo de Júlio Bueno Brandão, é interessante notar que a preocupação com a localização do edifício longe de centros de movimentação e barulho permanecia, preferindo-se que eles fossem construídos fora do alinhamento de ruas e praças, isolados de qualquer outro edifício. A escolha do terreno, no qual

seria instalado o grupo, seria aprovada ou não pela Secretaria do Interior, bem como as plantas propostas pelos engenheiros. (MINAS GERAIS, 1911).

Outra questão interessante é o surgimento de preocupação com o solo, achando-se necessário a criação de porões nos prédios. Estes seriam convenientes para uma melhor ventilação do solo, tornando-o arejado. Caso o terreno fosse muito úmido, ele deveria também ser impermeabilizado. Essas ações iam ao encontro das providências contra as doenças e miasmas.

A preocupação com as condições pedagógicas e higiênicas era uma constante nas legislações relativas aos prédios escolares. Em sua maioria, os artigos lembravam os quesitos referentes à luminosidade, ventilação, distância de centros urbanos, tamanho dos espaços destinados aos variados lugares, entre outros.

No entanto, mudanças consideráveis aconteceram na legislação de 1927, no governo de Antônio Carlos Andrada, tendo como seu Secretário do Interior Francisco Campos. O Regulamento do Ensino Primário aprovado naquele ano só entraria em vigor no ano seguinte, em 1928. Nele, uma primeira modificação por nós observada estava em questão, a de como a criança deveria sentir-se no espaço escolar. Esta preocupação nunca teria tido lugar nos artigos e decretos dos regulamentos da instrução anteriores a este. A preocupação com o espaço escolar representado por seu prédio nos anos anteriores tinha muito mais um caráter funcional, não se preocupando com o bem-estar das pessoas que se relacionavam com ele e nele. Dessa forma, a legislação aprovada em 1927 dizia que

Art. 140. Na construção e mobiliário dos prédios escolares, bem como na escolha do local e dos materiais, convém não perder de vista que a criança deve sentir-se feliz na escola e que o meio é um agente de educação de importância relevante. (MINAS GERAIS, 1927).

Observa-se, portanto, que o bem-estar das crianças seria um resultado direto do meio em que elas estavam, sendo de importância em sua educação. Princípio próximo a este já era existente no verbete *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*, de Félix Narjoux, em 1887. Nele, segundo Bencostta e Braga (2007), havia a discussão e recomendações de que não se deveria, por economia ou outro motivo, dar ao prédio escolar uma aparência severa, mas ao contrário, deveria-se deixá-lo agradável e alegre para que os alunos o amassem, mesmo que se usassem pequenos toques de suntuosidade na construção.

Outro tipo de inovação aconteceria na legislação de 1927 na organização do espaço interno do prédio. Em sua distribuição, além das salas de aula, e das destinadas ao museu e biblioteca, os edifícios escolares possuiriam sala de espera, salas para o setor administrativo, vestiário, *toilet* e a novidade de se ter espaços específicos para consultório médico e dispensário odontológico. No entanto, isso não quer dizer que anterior a este período não houvessem esses espaços e suas práticas no prédio escolar. A legislação vem normatizar uma situação que na prática já poderia acontecer nos prédios escolares.

Segundo o Regulamento de 1927 caberia a estes profissionais da saúde, velar pela saúde dos alunos das escolas públicas e verificar se os estabelecimentos de ensino satisfaziam às condições de higiene, do ponto de vista da localização, construção, ventilação, iluminação, serviços sanitários, abastecimento de água, e, se o mobiliário e material escolar eram adequados ao seu fim, sendo que os diretores e professores do estabelecimento primário seriam auxiliares do serviço da inspeção médica e dentária escolar.

Dentre as atribuições do médico escolar, uma nos chama atenção. Ele deveria “inspecionar o edifício escolar, registrando as observações que fazer do ponto de vista higiênico e transmitindo à Inspetoria as informações que julgar úteis ou convenientes” (MINAS GERAIS, 1927, art. 127). Depreendemos assim, que o médico escolar, pela normativa, parecia ser o profissional escolar mais apto a avaliar as condições sanitárias e higiênicas do espaço escolar.

Vê-se que a preocupação com a higiene do prédio escolar era uma constante. Boa parte dos artigos formadores deste Regulamento na parte “Do aparelhamento escolar”, em seu trecho referente aos prédios escolares, dizem respeito às regras de higiene deste. Estas vão desde a escolha do terreno, pisos e assoalhos recomendados, cor das paredes, tipo de iluminação nas salas, localização e quantidade de janelas, utilização de água potável, pátios cobertos por saibro ou cimento, entre outros. (MINAS GERAIS, 1927).

#### 4.1.2 Discussões veiculadas na imprensa

Concomitante à legislação e suas ações, o governo do Estado veiculava através de um periódico oficial, a *Revista do Ensino*, as questões referentes à

situação educacional, incluindo os prédios escolares. Esta revista foi criada em 1892 a partir da Lei nº 41 de 3 de agosto que previa modificações no ensino normal, com a finalidade de formar os professores e ser um instrumento jurídico-administrativo de informação e defesa. Sua vida nesse período foi curta, a qual, conforme Maurilane Biccas (2001), teria sido representada através de apenas três números publicados saindo de circulação logo em seguida.

Em meados da década de 1920 a revista é reorganizada a partir da reforma do ensino de 1924, no governo de Fernando Mello Vianna. Como era previsto no Regulamento do Ensino Primário de agosto de 1924, a revista ficaria sob a responsabilidade da Diretoria da Instrução que publicaria mensalmente, a *Revista do Ensino*, “destinada a orientar, estimular e informar os funcionários do ensino e os particulares interessados” (MINAS GERAIS, 1924, art. 479).

Esse impresso pedagógico tornou-se um dos importantes meios de transmissão das idéias oficiais na consolidação do campo escolar em Minas Gerais, assim como, na formação dos professores, possuindo em sua estrutura editorial uma seção “doutrinária” destinada a orientar os professores públicos, informando-os da evolução do ensino primário em vários aspectos, além de matérias de interesse didático. Uma segunda característica de sua política editorial seria a veiculação de notícias gerais locais, nacionais e estrangeiras e dados estatísticos relativos à instrução e atos oficiais que pudessem ser de interesse dos funcionários do ensino.

Segundo Biccas (2001), seu caráter periódico, com intervalos regulares em sua confecção e edição, contribuía para uma maior e intensa circulação entre os leitores do que os impressos produzidos em menor escala, como por exemplo, os livros.

O conteúdo da revista era formado por artigos referentes às cadeiras do programa de ensino primário, leis, decretos, dados estatísticos sobre o ensino em Minas, expansão do ensino, além de textos estrangeiros traduzidos que fossem interessantes à formação dos professores (VAGO, 2006). De acordo com Biccas (2001), soma-se a essas características outro fator, o de serem publicados textos de qualidade e diversificados, teóricos e também práticos – demonstrando exemplos de como “colocar em ação” a teoria – e com linguagem de fácil entendimento, tornando-se atraente para o leitor e facilitando seu acesso.

Em seu primeiro ano de circulação, a revista, trazia dois artigos referentes aos prédios escolares<sup>63</sup>.

O primeiro deles intitulado *Edifícios Escolares*, escrito por Oswaldo Velloso<sup>64</sup>, criticava a política que colocava o “belo” prédio escolar como central para a expansão do ensino. Compreendendo esta situação como um empecilho à educação e à difusão oficial do ensino primário, e, contrapondo-se às iniciativas do governo, Velloso entendia que o “prédio escolar clássico” era um dos obstáculos materiais exigidos para as aulas custeadas pelo governo (VELLOSO, 1925, p. 10-11).

Opondo-se às idéias do colaborador da revista, para o governo, seria indispensável que houvesse um prédio destinado ao funcionamento escolar, podendo ser edificado pelo Estado, pelas municipalidades ou por particulares. (MINAS GERAIS, 1924, Art. 188, p. 266).

Contudo, Oswaldo Velloso acreditava que mesmo as construções escolares que atendiam aos requisitos higiênicos de iluminação e arejamento, após algumas horas, com várias crianças reunidas no mesmo local, o ar contido nesse lugar denunciaria a insalubridade da “corrupção do ar”, fato este que contaria com o testemunho do professor cotidianamente. Por isso, sua defesa era de espaços abertos para o funcionamento de aulas, quer fosse em pavilhões de madeira ou de lona, em áreas arborizadas distantes dos centros urbanos, “acariciadas pela brisa que destroem os miasmas e os micróbios, ao passo que nutrem o homem, e banhadas pelas ondas de luz que estimulam maravilhosamente a vida”. (VELLOSO, 1925, p. 11).

Podemos depreender que para Oswaldo Velloso, o prédio escolar poderia tornar-se um colaborador na propagação de doenças, visto que agrupavam uma grande quantidade de crianças ao mesmo tempo, proporcionando um debate sobre as condições higiênicas e sanitárias dos prédios. No entanto, outra questão também era levantada por ele, a de que os gastos com prédios escolares para a difusão do ensino poderia tornar-se uma condição onerosa e preocupante para a disseminação do ensino primário.

---

<sup>63</sup> Pesquisamos os exemplares da revista disponíveis no Arquivo Público Mineiro, e, dentre eles, apenas no exemplar do ano de 1925 localizamos artigos referentes diretamente à questão dos prédios escolares.

<sup>64</sup> Não foram encontradas informações sobre este colaborador da revista, no entanto, acreditamos que ele possuísse vinculação com alguma instituição de ensino.

Desde o século XIX os engenheiros e arquitetos pareciam compartilhar das ansiedades que os discursos médicos e o pensamento pedagógico moderno dividiam sobre a preocupação com a higiene e condições sanitárias das/nas escolas (BENCOSTTA; BRAGA, 2007).

Nessa batalha contra as mazelas da saúde, também os cuidados com a iluminação não passariam despercebidos. Os cuidados com a iluminação já existiam desde o Oitocentos nas escolas da França, que recomendava a instalação de janelas adequadas ao tamanho da sala que a iluminaria unilateralmente e de preferência pelo lado esquerdo. Devido à escassez da iluminação artificial, a principal maneira de iluminação do prédio escolar continuou sendo a luz natural, havendo a necessidade de um estudo detalhado para uma melhor distribuição uniforme e constante sobre todas as mesas, evitando-se posturas físicas prejudiciais. (BENCOSTTA; BRAGA, 2007).

Esta mesma questão foi privilegiada no relatório produzido por Estevam de Oliveira, em 1902, baseando-se principalmente em estudos realizados na Europa e tratando-os como os que melhor satisfariam as necessidades na escola mineira. Dentro da discussão levantada por Estevam, várias são as opiniões que estabeleciam interlocução entre elas, justificando o posicionamento das janelas nas salas para uma melhor iluminação sem causar danos às vistas e postura dos alunos.

Anos se passaram, e, em 1925, o mesmo diálogo e recomendações eram trazidas na *Revista do Ensino* de Minas Gerais. Em artigo intitulado *Pelas Escolas – A myopia escolar e a iluminação das aulas*, eram discutidas as razões para o aparecimento da miopia nos alunos e dentre elas, o posicionamento errôneo das janelas gerando iluminação prejudicial seria uma das causas. Além do posicionamento das janelas, para se ter uma boa iluminação diurna, fazia-se necessário que o edifício escolar não ficasse à sombra de outra construção juntamente com a colocação de janelas amplas nas paredes, que permitissem a entrada de luz. Estas razões também eram baseadas em estudos e pesquisas realizadas na Europa. Junto à questão da iluminação lateral, agora, também se teria preocupação com a iluminação artificial, uma vez que neste período já havia a energia elétrica. Tanto esta como aquela compartilhavam da mesma idéia de que a melhor posição a ser difundida seria a partir da lateral esquerda. No entanto, em alguns lugares da Europa estava sendo empregada a iluminação indireta ou luz difusa, que se basearia na instalação dos focos luminosos voltados para o teto

branco que refletiria e difundiria a luz para toda a sala. Qualquer que fosse o foco luminoso, este deveria ser suficiente para iluminar o lugar sem agredir a visão dos alunos e professores, evitando-se assim a miopia. Segundo o autor do artigo, a iluminação correta associada a outros fatores, entendidos como higiênicos, como a prática do desporto, a ginástica ao ar livre e os frequentes exames de vista foram as iniciativas tomadas para a diminuição da miopia na cidade de *Lund* na Suécia e este era um bom modelo a ser seguido e adotado nas escolas primárias (PELAS ESCOLAS, 1925, p. 148-151).

As páginas da revista iriam privilegiar mais uma vez a questão da arquitetura e espaço escolar, agora, no Primeiro Congresso de Instrução Primária, realizado em 1927, na cidade de Belo Horizonte. Essa mesma discussão foi publicada nas páginas do jornal Minas Gerais, que também era – e continua sendo – órgão oficial do Estado produzido pela Imprensa Oficial.

O Primeiro Congresso da Instrução Primária em Minas Gerais debateu questões de educação e ensino em busca de soluções para os problemas educacionais. O governo mineiro tinha o intuito de ouvir a voz da experiência, através dos docentes, acreditando que somente eles, que possuíam a prática diária do magistério, é que poderiam conhecer o que seria necessário corrigir ou modificar para uma organização mais proveitosa do ensino público. (JORNAL MINAS GERAIS, 9 maio 1927).

Acreditamos que este congresso foi o precursor de significativas mudanças que ocorreriam com a introdução da reforma do Secretário do Interior, Francisco Campos, aprovada no segundo semestre daquele ano.

O congresso foi dividido em comissões que organizariam teses a serem debatidas pelos participantes, em que ficaria a cargo de um relator elaborar um relatório-resposta sobre o tema debatido. Dentre as temáticas das teses estariam: organização geral do ensino, questões de pedagogia, instituições auxiliares da escola, aparelhamento escolar, desenho e trabalhos manuais, educação moral e cívica, canto, inspeção técnica, programas e horários, higiene e educação “*physica*”, exames e “*tests*” e, por fim, escolas infantis.

No congresso, a questão do espaço escolar foi tratada dentro da temática “Questões de Pedagogia”, que propôs duas teses relativas àquela. A primeira delas referia-se ao número máximo e mínimo de classes para cada grupo escolar. Para redigir as conclusões foram designados relatores, e neste caso, o relator designado

foi Donato Eugenio da Silva. Sua conclusão foi que os grupos escolares deveriam ter no mínimo 4 classes, e, no máximo 10. Mas, um substitutivo apresentado pelo Dr. Arthur Furtado neste debate é aprovado, estabelecendo que o número de classes máximo não seria fixado e, que seriam instaladas neles, quantas classes fossem necessárias e comportasse o edifício. Dessa forma, uma conclusão com número exato de classes para cada grupo escolar não foi estabelecido. (QUESTÕES DE PEDAGOGIA, 1927, p. 482).

A outra tese apresentada foi sobre o número máximo de alunos em cada classe. Esta tese teve maior repercussão, uma vez que, após ser discutida pela comissão responsável foi levada ao público geral para ser debatida. Sua relatora, a professora Isabel Bastos, emitiu relatório no qual chegou a conclusão que o trabalho concomitante de duas professoras na mesma sala era bastante anti-pedagógico, por isso o trabalho da professora exigia sala distinta. Além disso, a lei deveria fixar um limite máximo para cada matrícula ou inscrição escolar em 45 para os dois primeiros anos do curso primário e de 35 para o 3º e 4º anos. “Nenhum disparate maior, em matéria de organização escolar, do que a acumulação excessiva de crianças, em um grupo ou escola, e entregues a um só indivíduo, diretor, ou professor”. (JORNAL MINAS GERAIS, 14 maio 1927).

No dia 15 de maio de 1927, entretanto, é publicado no jornal *Minas Gerais* um substitutivo assinado por Firmino Costa que em seguida é aprovado. Este complementar e modificaria alguns itens do relatório produzido por Isabel Bastos. No substitutivo aprovado ficou estabelecido que o número máximo de alunos para a matrícula em cada classe seria de 30 em escolas ambulantes; escolas rurais e noturnas, 35; distritais 40; e, 45 nas escolas urbanas. O mínimo de alunos frequentes deveria ser de 15, 20, 25 e 30 respectivamente. Assim, os grupos escolares deveriam ser equiparados às classes urbanas. (JORNAL MINAS GERAIS, 15 maio 1927).

Dessa maneira, de forma indireta a arquitetura e espaço escolar foram tratados no Primeiro Congresso de Instrução Primária, imbricados aos questionamentos relativos à organização dos espaços escolares. Essa relação direta entre o número de alunos e quantidade de espaço necessário, ou do espaço disponível e a quantidade de alunos que se alocaria nele, foi entendida como uma questão que poderia ser prejudicial à qualidade do ensino. Com a população escolar crescendo constantemente, deveriam ser estabelecidos números máximos e



mínimos de crianças a frequentarem as salas de aula, para que a qualidade do ensino não fosse prejudicada, e, mesmo pelas questões higiênicas que circundavam o âmbito escolar. Outra forma de prejuízo ao ensino que foi identificada era a divisão do mesmo espaço da sala de aula por diferentes professoras e séries, fato que acontecia com frequência.

Esses e outros motivos já haviam sido levados à aprovação em 1924, no regulamento do ensino, do desdobramento e tresdobramento do horário escolar para o atendimento do grande contingente que procurava os grupos escolares e também como solução para a falta de espaço. Esta solução também permaneceu presente no regulamento de 1927.

Diante de todos esses discursos normativos, analisaremos como se estabeleceu uma arquitetura e espaço escolar para os grupos escolares na *Atenas Mineira*.

## 4.2 Grupos escolares na *Atenas Mineira*: entre o prescrito e o realizado

### 4.2.1 *Um olhar para o entorno: localização dos espaços escolares*

A localização das escolas era um ícone de importância tanto para atender ao público a que se destinava, havendo também ligação direta a outras questões, como por exemplo, a simbologia da escola em determinado lugar do espaço urbano.

Para Antonio Viñao a problemática da localização das escolas surge da confluência de acontecimentos como a necessidade de que ela se localizasse em edifício próprio e construído para este fim, e, do crescimento das cidades e as tentativas de regulá-lo mediante o planejamento urbanístico. (VIÑAO, 2001, p. 81).

No caso espanhol, é em 1905, com a publicação da *Instrucción técnico-higiênica relativa a la construcción de escuelas*, que a questão da localização receberá maior centralidade nas discussões daquele país. Em sua maioria, alguns autores espanhóis consideravam que os critérios básicos que condicionavam a escolha da localização do edifício escolar ideal seriam os de ordem higiênica e moral. Somente em algumas ocasiões, anos mais tarde, é que outros critérios fariam parte da avaliação de um lugar que teria a finalidade educativa, como o deslocamento dos alunos, a própria tarefa educativa e as dimensões do estabelecimento. Somente no século XX, para o caso espanhol, a localização dos

edifícios escolares seria consequência tanto da introdução da escola seriada, quanto da política de construções escolares. (VINÃO, 2001).

Já no Brasil, Souza (1998b) ao investigar a implantação da escola primária graduada em São Paulo, em fins do século XIX e início do XX, observou em sua pesquisa, que naquele estado, nas cidades do interior, o grupo escolar localizava-se geralmente no núcleo do centro urbano, ocupando lugar de destaque no espaço citadino, estando ao lado de outras instituições públicas, como a igreja, a coletoria, os correios, a Câmara Municipal, denotando certo grau de importância àquele estabelecimento. Para a autora, “o ir e vir da escola correspondia a uma apropriação do espaço urbano, um itinerário de reconhecimento da cidade por meninos e meninas, a coabitação das ruas, praças e calçadas por diferentes grupos sociais”. Apenas na cidade de São Paulo é que se configuraria o “grupo-bairro”, acompanhando o processo de diferenciação da cidade e do desenvolvimento urbano. No interior do Estado essa prática demorou algum tempo para acontecer, sendo que a escola do bairro continuou a ser a escola isolada. (SOUZA, 1998b, p. 126-127).

Em Curitiba, Marcus Bencostta (2001), observou que o caso da capital paranaense deu-se de forma diferenciada e incoerente com o que era propagandeado pelo governo. Em 1903, foi construído o edifício onde funcionaria o primeiro grupo escolar do Paraná, as críticas sobre sua localização deram-se por ter sido edificado distante, na época, do perímetro do centro histórico e comercial de Curitiba. Este autor ressalta o discurso das autoridades de ensino de que o local seria inapropriado, observando-se o contexto urbano da época. O prédio escolar estava localizado em uma área cujas qualidades para agregar uma escola com arquitetura monumental não eram as mais apropriadas.

A legislação mineira do ensino, no período por nós pesquisado, ia ao encontro do que acontecia em São Paulo. Em Minas Gerais, também foi determinado que se escolhesse um lugar bem localizado para a instalação dos grupos escolares, preferindo-se as áreas mais centrais da cidade de forma que ficassem distantes de locais considerados como perniciosos.

Para o caso de Belo Horizonte, Faria Filho (2000) destaca que os grupos escolares da periferia da capital, lugar dos “casebres e pardieiros”, ao serem organizados pareciam não ter contato com as grandes preocupações das autoridades republicanas em dotá-los de boas condições para funcionarem.

Em Juiz de Fora, inicialmente, quando da instalação de seu primeiro prédio para grupos escolares, em 1907, este ia ao encontro do que estabelecia a legislação do ensino na época. Ele ficava afixado em prédio na área central próximo à Matriz e às repartições administrativas da cidade como pode ser observado na Figura 2.

Em seus primeiros anos de funcionamento, este primeiro grupo escolar passou a atender crianças de vários lugares da cidade e também de escolas que não tiveram matrículas suficientes para o seu funcionamento. Ao reunir crianças de vários lugares da cidade, o grupo escolar permitia o convívio e a descoberta do espaço urbano, que se caracterizaria diferentemente do espaço longínquo das periferias que eram mais próximas do mundo rural. Era esse espaço central da cidade, que possuía várias instituições além de ser o maior centro comercializante da cidade.

Para Fernández Alba (apud ESCOLANO, 2001, p. 29), “a relação da criança com o espaço urbano não é um episódio isolado, mas um corolário que se acrescenta ao modo de construir as cidades em nossas sociedades”.

Para o caso espanhol, o autor de projetos arquitetônicos escolares, Enrique M. Repullés, em 1878, escreveu uma obra que defendia como as escolas deviam se instalar no centro das populações, ainda que isoladas das vias públicas e num lugar adequadamente arejado, agradável e com boa comunicação com todos os lugares de onde viessem os alunos. Assim, a escola projetaria seu exemplo e teria influência sobre a cidade. (ESCOLANO, 2001).

Para Ana Paula Pupo Correia (2004), no alvorecer do séc. XX, durante a ordenação urbana que se ocupou de planejamentos da rede viária e com os transportes, surgiu a preocupação em se organizar os quarteirões e promover as melhorias das condições de habitação. Junto a isto, outro aspecto do planejamento urbano, entendido como racional, foi o da remodelação da divisão dos serviços públicos, entre os quais estava a construção das instituições escolares.

Dessa forma, em um primeiro momento, a maior preocupação era de se ter as escolas localizadas na parte central da cidade, porém com o constante crescimento urbano e demográfico, as cidades passaram a ter maiores preocupações com a organização do espaço urbano havendo a necessidade de distribuir as escolas em vários pontos da cidade para melhor atender a população, sendo estendidas aos bairros, distritos e periferias.

Aldo Rossi (2001) sustenta que os bairros não são subordinados uns aos outros, mas são partes relativamente autônomas; suas relações não são explicáveis como uma simples função de dependência, mas devem ser referidas a toda a estrutura urbana. O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem.

É importante esclarecer que mesmo que os bairros ou partes da cidade possuíssem certa autonomia referente ao comércio, economia, entre outros, existe uma comunicação muito forte da cidade com as periferias. Como bem nos lembra Williams (1989), mesmo que existissem peculiaridades entre o campo e a cidade, estes possuíam grandes aproximações e relações, principalmente no que diz respeito a *gentry* inglesa que vivia no campo, mas frequentava a cidade para realizar os negócios, estabelecendo uma rede de relações entre eles. Vê-se que há um imbricamento entre eles, mais que uma separação.

Aproximando-nos às idéias de Rossi (2001) e relacionando a organização urbana de Juiz de Fora no início do século XX, pudemos identificar que as três localidades privilegiadas com a fixação de grupos escolares – o centro, o bairro Mariano Procópio e o bairro São Mateus – possuíam peculiaridades e algumas relações, principalmente no que diz respeito à certa dependência relacionada às escolas, até o momento que são criados grupos escolares nos bairros, e, também, relativa à economia e comércio do centro da cidade.

O prédio localizado no centro da cidade ficava na Rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco, em frente à Igreja Matriz e entre belos casarões que abrigava este logradouro. O centro da cidade poderia ser entendido como o lugar onde tudo acontecia. Local das confeitarias, dos passeios nas ruas, da chegada do trem de ferro na estação central, dos hotéis luxuosos, da passagem dos bondes, das repartições municipais, enfim, local da maior concentração de pessoas. O fato de uma escola pensada pela República ser instalada nesse local, colaboraria para uma maior visibilidade das iniciativas do governo, já que o centro englobaria um bom fluxo de pessoas que poderiam assistir as feitura do governo mineiro.

Localizados no centro da cidade ou bairro, na capital ou no interior, os grupos escolares reafirmavam sua identidade pelo contraste com as casas populares, os casebres, os cortiços, as lojas, as fábricas, as estrebarias, as oficinas, o comércio e as indústrias. Ao passar por eles, as pessoas sabiam

a que se destinavam. Revelam percepções múltiplas de conteúdo subjetivo e significações simbólicas. (SOUZA, 1998b, p. 133).

Anos mais tarde, as periferias de Juiz de Fora também teriam os seus grupos escolares. Os escolhidos na trama urbana foram os bairros Mariano Procópio, em 1909, e São Mateus, em 1917, cada qual com um prédio escolar.

Já a instalação do grupo escolar no bairro Mariano Procópio foi motivo de desentendimentos desde o início, como observado no capítulo anterior.

Este bairro de características mais populares tinha como uma de suas principais características ser populoso. Era marcado pela presença de fábricas e industriais (O PHAROL, 29 abr 1908) e foi descrito pelo poeta Austen Amaro em 1926 da seguinte maneira:

Longe, Mariano Procópio das paralelas!  
 Reticenciando em dormentes!  
 E o Parque do Museu  
 tropicalíssimo!  
 enorme no ar morno!  
 O Parque do Museu tropicalíssimo  
 com ilhas inteiras de jabuticabeiras!  
 com águas paradas!  
 Pardas águas paradas  
 impressionadas  
 de bastos bambus!  
 com aléias longas de palmeiras altas!  
 e coqueiros sem fim nas alamedas!  
 Parque do Museu  
 tropicalíssimo!  
 com árvores cabeladas de parasitas!  
 e vistas bonitas! E palmas altas espalmando!

O bairro proletário  
 de casarões quadrados!  
 de telhados quadriculados  
 fuliginando fios fofos de fumaça!

(AMARO, 1926, p. 55-56)

Além de dar destaque à característica de bairro dos operários, o poeta, destaca a localização do bairro como longínqua e a organização do bairro em ruas paralelas com suas casas em formas quadradas. Ainda evidencia a presença na década de 1920 do Parque do Museu Mariano Procópio que havia sido criado há pouco tempo, um local de lazer para os habitantes do bairro e da cidade.

Assim, a requisição do grupo escolar em Mariano Procópio se justificava por possuir número de crianças, segundo senso escolar realizado, suficiente para a

instalação de um grupo, por sua população ser formada em sua maioria por colonos pobres, e, também, por ele se situar longe do prédio que abrigava grupos escolares no centro da cidade. (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 jan 1909).

Vejamos o que um morador do bairro Mariano Procópio dizia sobre seus filhos terem de ir estudar no centro da cidade quando da tramitação da criação do grupo escolar para aquele bairro:

É tão importante o plano que, tendo em vista o descaso em que se tem achado Mariano, chego a duvidar da sua realização. Parece péssimo de minha parte, mas é a realidade, creiam. Quem, como eu, tiver filhos ou irmãos nos grupos xiphopagos da Rua Direita, é que poderá avaliar o que vai de sacrifícios para as pobres crianças, na sua maioria pobres, irem a pé duas vezes por dia às aulas! É uma necessidade inadiável a fundação de um grupo em Mariano. Há crianças no bairro em número mais que suficiente e prédios não faltam para o funcionamento das aulas. (O PHAROL, 29 mar. 1908).

Enfim, em 1909 é cedido pela municipalidade, no governo de Antônio Carlos Andrada, um prédio localizado na Rua Bernardo Mascarenhas onde funcionava antigamente o conselho distrital. (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 jun 1909).

De fato, ao observarmos a Figura 2, verificamos que a localização do prédio cedido para grupo escolar, fixado neste bairro, encontrava-se distante do prédio escolar na área central da cidade, que chegava a uma distância de aproximadamente 5 quilômetros daquele. Sua localização beneficiou os moradores do bairro e sua redondeza.

O terceiro prédio para grupos escolares foi erguido no bairro São Matheus. Se observarmos a Figura 1, podemos perceber que este bairro localizava-se em região oposta à do bairro Mariano Procópio, ficando no outro extremo da parte urbana da cidade.

O bairro de São Matheus dispunha de uma população infantil no ano de 1916 de cerca de 400 crianças e não havia nenhuma escola que atendesse a esse número nas proximidades (O PHAROL, 23 set 1916). A maioria das crianças se deslocava até os grupos do centro da cidade para estudar.

Em contraste com a paisagem urbana do bairro Mariano Procópio, o bairro de São Matheus tinha características mais comerciais e bucólicas, também visto como um bairro “próspero” (O DIA, 22 abr 1917).

A Rua São Mateus, onde funcionou o prédio escolar, passou por várias transformações ao logo dos anos, e naquela época era uma importante via pública

entrecortada por várias outras, com um número significativo de “elegantes” edifícios, o que a fazia ser compreendida como uma das melhores áreas para passeio e moradia. Além disso, um leitor do jornal *O Dia*, o Sr. Nilo Reis, chamava atenção que aquele pitoresco bairro, “possui uma sociedade seleta, onde, parece, reina completa harmonia, que muitas vezes não se encontra no cosmopolitismo das ruas centrais.” (O DIA, 03 jan 1918).

Mas mesmo sendo belo e pitoresco, o bairro enfrentava dificuldades, como por exemplo, a narrada pelo jornal *O Dia* em 16 de janeiro de 1918, quando foi publicada a reclamação de que nessa mesma rua do grupo escolar, um de seus trechos estava intransitável devido à presença de um lamaçal, sendo difícil para as pessoas descerem do bonde em meio à lama. Pedia-se que providências fossem tomadas pela municipalidade a respeito da situação.

Em 1926, Austen Amaro ao lançar seu olhar para o bairro, assim o enxergou:

O longe São Mateus quase bucólico!  
Com carros de bois descendo a encosta,  
anacronicamente!

Na paz das montanhas pasmando,  
Passem bois pacientes!  
E os bois que descem da montanha  
Vêm molhados de sereno!  
(AMARO, 1926, p. 66)

Anacronicamente ao movimento do centro da cidade e das fábricas com seu constante soltar de fumaça, o bairro parecia ser uma área tranqüila da cidade, mantendo algumas características rurais como o movimento dos carros de boi que se misturava ao movimento dos bondes que alimentavam este lado da cidade. Assim, uma relação entre elementos do mundo urbano e do mundo do campo era ali estabelecida.

#### 4.2.2 Prédios dos grupos escolares na *Atenas Mineira*

##### 4.2.2.1 *Palacete Santa Mafalda: do mito à educação*

O período de 1907 a 1927 caracteriza um momento que pode ser entendido como a primeira fase de implantação da escola primária pública na cidade de Juiz de

Fora. Recordemos que ao assumir a presidência do estado de Minas Gerais, em fins da década de 1920, Antônio Carlos Andrada privilegiaria a cidade com novas construções monumentais para os grupos escolares de São Mateus e Mariano Procópio, aumentaria o número de salas do prédio localizado na área central e criaria novos grupos escolares e escolas, além de fixar uma Escola Normal Modelo<sup>65</sup>, todas iniciativas que trariam significativas mudanças na organização do ensino nesta localidade.

Mas voltemos ao período em que tudo se iniciou.

O primeiro prédio em que foram instalados os dois primeiros grupos escolares havia sido construído em meados do século XIX. Conta-se que seu proprietário, o barão de Santa Mafalda construiu este solar utilizando uma considerável fortuna para orná-lo e mobiliá-lo, visto que seu propósito era de oferecê-lo a D. Pedro II para sua residência de verão. Segundo Rangel (s/d) o Imperador recusou este regalo, mandando dizer ao doador que destinasse o imóvel a uma escola pública para as crianças pobres. Decepcionado com a rejeição do monarca, o barão mandou fechar os portões, portas e janelas do edifício conservando tudo que havia dentro, ficando apenas um zelador responsável a cuidar do prédio. Quando o proprietário do prédio faleceu, em testamento, doou o prédio à Santa Casa de Misericórdia que anos depois entrou em negociação com o Estado para arrendar o edifício e funcionar a Escola Normal da cidade (RANGEL, s/d, p. 62-63). Em 1907, entretanto, é destinado ao funcionamento de grupos escolares sendo desativada a Escola Normal que ali funcionava.

Segundo dados da Superintendência Regional de Ensino, a área deste terreno quando foi transferido da Santa Casa de Misericórdia para o Estado em 1913, perfazia cerca de 2.000 m<sup>2</sup>. Um terreno com um bom tamanho na área central da cidade. (MINAS GERAIS, 2001).

Seu primeiro diretor, o Sr. José Rangel, logo que assumiu a administração desse grupo escolar, enviou ofício ao Secretário do Interior com o objetivo de informar-lhe o que havia passado das ocorrências relativas à sua instalação, em fevereiro de 1907. Nesta correspondência, o diretor expôs que apesar do prédio ser bastante vasto, ele não dispunha de todos os requisitos pedagógicos e mediante a uma autorização que ele havia recebido da Secretaria do Estado, logo tratou de

---

<sup>65</sup> Sobre essa nova fase da Escola Normal Modelo ver o trabalho desenvolvido por Delaine Gomes de Oliveira, Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928-1968).



adaptá-lo para sua nova função, estar apto para as finalidades da escola primária pública. Todavia, não foi possível adaptar todo o prédio de forma apropriada devido a interferências da Santa Casa de Misericórdia, que era a proprietária do imóvel, visto que esta preocupava-se com o comprometimento da estrutura e segurança do prédio, caso alguma parede fosse demolida. Esta instalação era considerada uma das melhores, mesmo que não tivesse sido construída para o “mister” que se tinha em vista. (RANGEL, 1907b).

Ainda para seu funcionamento foram adquiridos na Casa Montreuil, um grande empório de objetos diversificados, materiais escolares e domésticos, livros e artigos de papelaria. Já a Construtora Luiz Perry era a responsável por realizar a caiação, limpeza de algumas salas e dependências, fornecimento de armários, quadros negros, separação e preparo dos pátios, entre outros. Esta casa comercial também foi a responsável por fornecer materiais de construção, além de fazer o transporte de alguns materiais de mobília. (CASA MONTREUIL, 1907; LUIZ PERRY, 1907).

Para que o grupo pudesse funcionar foi necessário que as escolas das professoras Maria da Silva Tavares, Sylvia Coutinho e Maria Goulart, que passaram a ser professoras do grupo, juntamente às das professoras Augusta Guimarães e Maria Kneip, disponibilizassem as carteiras de suas escolas que não tiveram matrícula suficiente para funcionar, para que então fossem organizadas as salas de aula do novo grupo escolar, pois a antiga Escola Normal não dispunha de quantidade suficiente para os alunos matriculados. Ainda sobre esta questão, a municipalidade se responsabilizou em fornecer mais 50 carteiras escolares para o grupo escolar. (RANGEL, 1907b).

Este prédio escolar abrigou por pouco tempo um único grupo escolar, visto que com a grande procura, já no mês de março, foi necessária a instalação de outro no mesmo prédio, mas em horário diferente do primeiro. Surgia assim, o segundo grupo escolar da cidade e o desdobramento do horário escolar.

Em relatório no ano de 1907, o diretor relatou à Secretaria do Interior que os grupos escolares da cidade funcionavam com oito classes cada um, em um dos melhores prédios da cidade, o qual, depois de algumas adaptações, passou a dispor de todos os requisitos pedagógicos e higiênicos desejáveis. Somente sua biblioteca e museu escolar ainda eram incipientes e aos poucos eram constituídos, mediante donativos. (RANGEL, 1907a).

Na Figura 20, podemos observar como o prédio para os primeiros grupos escolares de Juiz de Fora possuía monumentalidade e ia ao encontro do discurso do governo.



FIGURA 20- FACHADA DOS GRUPOS ESCOLARES CENTRAIS DE JUIZ DE FORA<sup>66</sup>  
 FONTE: NEPHArqE (2008a)

Como pode ser examinado nesta representação da fachada, este prédio foi construído bem rente à rua estabelecendo constante comunicação com ela. No entanto, aqui há uma divisão do espaço interior e do exterior. Sua fachada e seus portões, que o delimitam, tornam-se instigadores quanto ao que acontecia por detrás da bela fachada. Esta seria uma causadora de curiosidades aos transeuntes que circulavam pela área central da cidade, que podiam apreciar sua forma monumental apesar de não ter sido construído para o funcionamento de escolas, senão de uma residência, e imaginar como funcionava um grupo escolar.

Philippe Boudon (2003), no que tange ao espaço arquitetural, esclarece não poder existir interior sem exterior, e se a arquitetura é interior, necessariamente ela não pode existir enquanto arquitetura sem um exterior.

Além de uma entrada central a existência de dois portões imponentes nas laterais nos faz acreditar que através deles é que havia maior fluxo de escolares, sendo a porta central utilizada somente pelos professores, diretor, inspetores e outros adultos.

Sua fachada é marcada pelo constante movimento e simetrias de suas janelas em arco pleno na porção superior com balcões de gradil ornados, e, arco abatido no

<sup>66</sup> Esta figura foi produzida a partir de uma fotografia da fachada do prédio escolar disponível no APM

pavimento térreo que lhe dão graciosidade e beleza. Também há a presença de pilastras com nervuras no pavimento superior, as quais no pavimento inferior são lisas. Identificamos que a porção mais elevada do prédio é a que apresenta maior número de ornamentos, imitando balaústres e com um frontão todo rebuscado. Através da fotografia a seguir pode-se ter noção de sua dimensão e suntuosidade espacial no espaço urbano.



FIGURA 21 – PRÉDIO ESCOLAR, 1907 – Fachada dos grupos escolares centrais de Juiz de Fora.  
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

Pode-se perceber pela releitura das plantas baixas originais que este edifício construído em forma de L tinha um bom aproveitamento de luz por todos os lados. Interessante notar que não só as janelas das salas de aula como também as de outros espaços ficam em comunicação com a rua ou com as casas vizinhas. Anos mais tarde quando foi aberta a Rua Braz Bernardino, a porção do terreno referente ao portão e pórticos direito deste prédio foram desapropriados pela municipalidade para que esse logradouro pudesse existir. A partir daí, o prédio estaria em constante comunicação com a rua e seus movimentos.

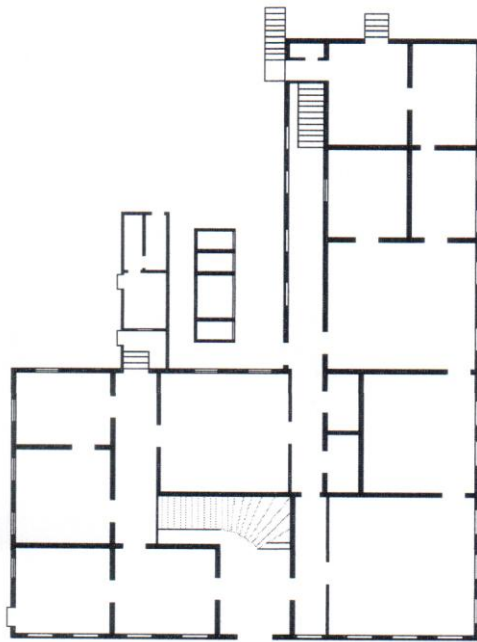


FIGURA 22- PLANTA DO PAVIMENTO  
TÉRREO (1906)  
FONTE: OLIVEIRA (1906)

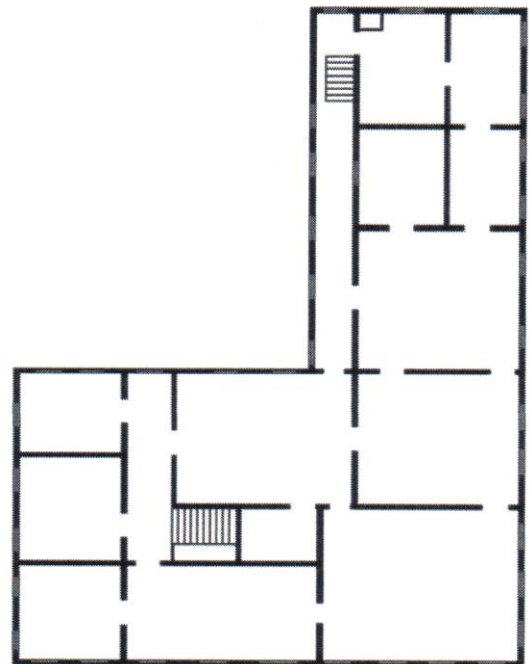


FIGURA 23 – PLANTA DO PAVIMENTO  
SUPERIOR (1906)  
FONTE: OLIVEIRA (1906)

Em 1906, antes da instalação do grupo escolar, o inspetor Estevam de Oliveira inspecionou o prédio em que ainda funcionava a escola normal da cidade. Ele identificou que alguns cômodos na porção térrea esquerda do prédio eram usados pelo diretor José Rangel e seus familiares como moradia. O porteiro e sua esposa também estavam alojados no prédio, só que do lado direito e ao fundo (OLIVEIRA, 1906).

Acreditamos que mesmo com a ocupação do prédio pelo grupo escolar, inicialmente o diretor e o porteiro não se retiraram do edifício, uma vez que as salas desocupadas do primeiro e segundo andares seriam suficientes para funcionarem as oito classes em cada turno escolar.

No ano de 1910, ao relatar as atividades anuais dos grupos escolares à Secretaria do Interior, seu diretor não deixou de salientar que foram necessárias algumas reformas de ampliação nas cobertas dos pátios de recreação para melhor abrigar os alunos. Também o museu escolar encontrava-se organizado e havia recebido uma coleção “Emile Deyrolly” de história natural que ao lado do pequeno gabinete de física existente e de uma pequena coleção de minerais, estavam sendo suficientes para se ensinar os rudimentos das Ciências Físicas Naturais. (RANGEL, 1911).

Somente em 1913 o Estado adquiriu este prédio da Santa Casa de Misericórdia passando a ser propriedade do governo, pois até então ele era alugado. Apesar de ser considerado excelente, alguns reparos foram necessários. A maior necessidade, segundo o diretor escolar, era a de se construir uma varanda no pavimento superior que teria a finalidade de abrigar as aulas de canto, deixando livre um vasto salão que era utilizado. (RANGEL, 1913).

Praticamente em todos os relatórios anuais fazia-se menção ao espaço escolar, ora precisando de melhorias, ora apresentando novos espaços. Em 1914 não foi diferente. Apesar de o diretor alertar para o fato do telhado precisar de consertos urgentes e que sanitários foram instalados fora do corpo do prédio, uma novidade aparecia nos grupos escolares centrais, a instalação de um gabinete dentário nas suas dependências por iniciativa do cirurgião-dentista Albino Esteves, tomando como compromisso de instalá-lo o Dr. Francisco Valadares. Este gabinete prestaria assistência dentária gratuita aos alunos dos grupos. Para a instalação deste benefício foram cedidas duas salas, uma do lado da outra, com a mobília adequada e, no ano de 1915, passou a funcionar regularmente. (RANGEL, 1914). A Câmara Municipal nos anos de 1920 e 1921 subvencionaria essa assistência instalada junto aos grupos escolares com a quantia anual de 100\$000 contos de réis desde que fossem provados que funcionavam com regularidade. (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1921; 1922a).

É válido lembrar que somente em meados da década de 1920 a assistência médico-dentária passa a ser obrigatória nas escolas, com a presença constante de dois sujeitos “escolares”, o médico e o dentista. Ainda naquele ano de 1914, passou a funcionar anexa ao primeiro grupo escolar, agora chamado de “Grupo Escolar José Rangel”, uma escola noturna<sup>67</sup>, que seria o rudimento do grupo escolar noturno “Estevam de Oliveira” criado em 1926.

Na figura abaixo publicada em 1920, podemos perceber a simplicidade do gabinete dentário.

---

<sup>67</sup> Sobre maiores informações a respeito da escola noturna e grupo escolar noturno Estevam de Oliveira, ver a dissertação de mestrado de Maria Aparecida Figueiredo Cohn, *Do apito das fábricas ao toque dos sinos no grupo escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)*.



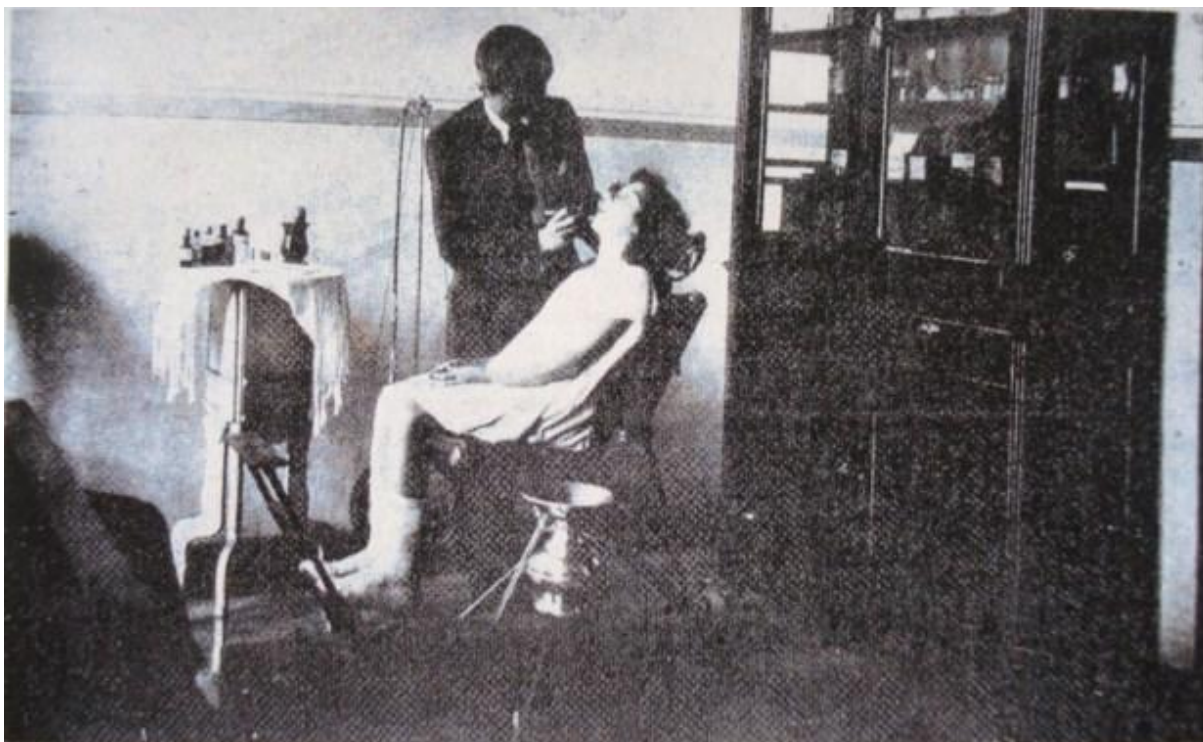


FIGURA 24 – ASSISTÊNCIA DENTÁRIA DOS GRUPOS “JOSÉ RANGEL” E “DELFIN MOREIRA” DE JUIZ DE FORA. Foto publicada em 1920.  
FONTE: VIDA ESCOLAR (1920, p. 37)

Podemos observar que dentro do armário parece haver alguns vidros, provavelmente materiais utilizados no ofício do dentista, além da cadeira e outros objetos odontológicos sem maiores luxuosidades. Possivelmente este era um espaço de alívio dos problemas de saúde dos alunos ou de desconforto, mas que também cativava curiosidades e imaginações nas crianças e adolescentes que por ali passavam.

Outro espaço que passou a fazer parte do cotidiano do prédio escolar foi o pavilhão destinado à realização das aulas de ginástica e apresentações diversas.

Na Figura 25 podemos ver como foi disputada a solenidade festiva realizada no pavilhão.



FIGURA 25 – ASPECTO DO PAVILHÃO “SANDOVAL AZEVEDO”. Festa de 14 de julho, organizada pela senhorinha Maria da Glória Carvalho, professora de “gymnástica” do Grupo Escolar “Delfim Moreira”, de Juiz de Fora.  
 FONTE: REVISTA DO ENSINO (1926).

Na imagem podemos verificar a simplicidade do pavilhão, mas com uma funcionalidade evidente frente ao seu amplo tamanho, abrigar os alunos em dias de chuva antes de entrarem para as salas de aula, bem como ser destinado às aulas de ginástica e solenidades festivas. Ainda no ano de 1926, outras atividades realizadas no pavilhão foram divulgadas na *Revista do Ensino*, como as danças do “Bailado arco-íris e Gioconda”, e, “Dança das Horas”. (REVISTA DO ENSINO, 1926).

Além de verificarmos as relações entre o espaço escolar e as crianças, também observamos um movimento de relação das crianças com o espaço urbano que acabava por se tornar educativo. Também foi por nós identificado um movimento inverso, da utilização do espaço escolar pela sociedade.

Na maioria das solenidades de instalação do ano letivo, após os discursos das figuras ilustres e entoação de cantos, os alunos eram convocados a desfilarem pelas ruas da cidade, uma iniciativa patriótica e também propagandista do governo republicano. Com esse mesmo objetivo, os alunos do grupo que formavam o batalhão escolar, uniformizados e armados realizavam evoluções militares na rua, o que despertou “o mais vivo entusiasmo em toda a população da cidade” (RANGEL, 1917).





FIGURA 26 – BATALHÃO DOS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA, 1917  
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Na figura acima, os alunos estão em formação na frente da estação Central da “Praça João Penido”, com seu comandante à frente. Este era um local de grande movimento, de chegada e saída de pessoas da cidade nos trens de ferro, excelente para demonstrar as atividades que se realizavam no grupo escolar. A rua se tornava cenário para as iniciativas escolares do batalhão militar.

Outra atividade escolar foi observada no espaço urbano. Refere-se às excursões escolares aos diferentes locais da cidade com finalidade educativa.

(...) duas turmas de alumnos acompanhadas do director e dos professores Pelino de Oliveira, Saint-Clair Machado, d. Constança Lopes e Gastão de Carvalho, receberam hontem lições práticas de história natural e accidentes geográficos, no parque Coronel Halfeld; a utilidade desses exercícios é evidente, não sendo essas as primeiras excursões que realizam. (CORREIO DA TARDE, 25 out 1907).

Ir ao encontro do espaço urbano também se tornava uma tarefa de reconhecimento desse espaço e de aprendizagem do método intuitivo em várias disciplinas. Assim, não podemos negar que o espaço urbano acaba por tornar-se um espaço que também educa.

Outro tipo de utilização do espaço escolar pôde ser identificado quando pesquisamos os jornais da cidade. A relação dos membros da sociedade que não faziam parte da comunidade escolar e o espaço escolar. Com permissão da

diretoria, o salão do grupo chegou a ser usado em um baile de despedida do Sr. presidente da câmara Duarte de Abreu, em 1907, e, também para as reuniões da Academia Mineira de Letras, assim como da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, estabelecendo relações entre a sociedade e a escola, mesmo que fossem apenas com uma pequena parcela daquela.

#### 4.2.2.2 *Prédio escolar do longínquo Mariano Procópio*

Em princípio, pensava-se em utilizar para o grupo escolar de Mariano Procópio os prédios da ex- Escola Agrícola ou do ex- Colégio Andrés que para A. B. Fraga, o idealizador do projeto de fundação dos grupos, eram prédios favoráveis a este fim e que ficavam bem localizados no bairro (O PHAROL, 29 mar 1908). Boatos, entretanto, eram divulgados nas páginas do *O Pharol* no dia 05 de maio de 1908, dizendo que o Secretário do Interior Carvalho Britto, após receber uma representação de moradores do bairro em favor da instalação do grupo, somente aprovaria a fundação de uma escola se de fato fosse oferecido um prédio escolar para seu funcionamento.

No ano seguinte, houve a efetivação do projeto de instalação do grupo escolar de Mariano Procópio, ficando situado em prédio cedido pelo município na Rua Bernardo Mascarenhas neste bairro (Figura 2).

Esse novo estabelecimento foi considerado como “mais um importante serviço que sua exc.<sup>68</sup> presta à cidade e notável melhoramento para aquele bairro”. O prédio que foi cedido para o funcionamento do grupo era o mesmo edifício do antigo conselho distrital. Ele achava-se “dividido em quatro amplas salas e excelente mobiliário escolar”. Era sua diretora a senhorinha Francisca Lopes, e as professoras, Sra. D. Maria Rita Burnier Pessoa de Mello, e senhorinhas Carolina Kascher e Maria da Glória Neiva. (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 jun 1909).

Sua fachada rente à rua nos apresenta um prédio simples, sem grandes enfeites e luxos.

---

<sup>68</sup> Refere-se ao presidente da Câmara Municipal o Sr. Antônio Carlos Andrada



FIGURA 27 – FACHADA DO GRUPO ESCOLAR DE MARIANO PROCÓPIO<sup>69</sup>  
 FONTE: NEPHArqE (2008b)

Este grupo escolar posteriormente foi nomeado como “Grupo Escolar Antônio Carlos” em homenagem ao ex- Presidente da Câmara Municipal. Como podemos observar, neste caso, um prédio bem mais simples foi disponibilizado para um grupo escolar. Suas janelas amplas permitiam a boa entrada de ar e iluminação nas salas, tanto com as janelas abertas quanto com elas fechadas, uma vez que foi utilizado o vidro. Outro detalhe da fachada é a presença de aberturas para os porões que facilitavam as adaptações ao terreno com seus desníveis topográficos, arejando o prédio e protegendo seu piso e assoalho.

Destacamos a presença horizontal de cornijas em sua fachada cuja funcionalidade seria proteger o edifício das águas da chuva. Sua decoração é simples, estabelecida pelo conjunto de ornatos na parte mais superior do edifício.

A presença da inscrição “Grupo Escolar” permitia aos transeuntes distinguir bem este prédio, apesar de não estar localizado em meio a outros edifícios públicos, mas sim de prédios residenciais. “O nome GRUPO ESCOLAR, estampado na parte central dos edifícios, confirma a identificação da instituição. A denominação atribuída ao patrono revela um tributo à memória de importantes autoridades políticas” (SOUZA, 1998b, p. 134).

<sup>69</sup> Esta figura foi baseada na fotografia impressa na revista Vida Escolar (1917)

Neste caso, o político que recebeu a homenagem, tornando-se patrono do grupo, foi Antônio Carlos Andrada que muito contribuiu para a sua implantação no bairro Mariano Procópio.

Outra característica interessante desse prédio pode ser observada na figura a seguir. O mastro para bandeira nacional, bem centralizado na fachada do prédio, indica o compartilhamento do sentimento patriótico que a república propagandeava.



FIGURA 28 – GRUPO ESCOLAR DE MARIANO PROCÓPIO  
FONTE: VIDA ESCOLAR (1917, p. 35)

Suas entradas principais se faziam pelos portões existentes nas laterais. Um local de encontros, de separação do cotidiano da casa e da rua. Um espaço intersticial mais coletivo, extensão do espaço escolar não normatizado (SOUZA, 1998b).

Mas este grupo escolar seria alvo de muitos problemas futuramente.

Em visita de inspeção ao grupo escolar, logo após sua inauguração, o inspetor de ensino Bento Ernesto Júnior enviava notícias de suas impressões à Secretaria do Interior. Indicando que o grupo funcionava com regularidade e disciplina, nele não estavam ainda sendo realizadas as evoluções militares, muito provavelmente por falta de lugar apropriado. Também o canto “à mingua de local para este fim”, era realizado nas próprias salas de aula, tornando-se um inconveniente. Diante disso, o próprio inspetor propunha à Secretaria a construção

de um alpendre específico para esta finalidade, executando o programa de forma apropriada e atingindo o “fim higiênico que o programa colima”. (ERNESTO JÚNIOR, 1909).

Quatro anos após sua instalação, em 1913, o inspetor regional de ensino Raymundo Tavares, enviava notícias das escolas que havia visitado na primeira quinzena de fevereiro. O grupo de Mariano Procópio encontrava-se em meio a essas escolas.

O olhar do inspetor verificava uma situação “de quase desespero” neste grupo que funcionava provisoriamente em um prédio, enquanto seu prédio próprio era reconstruído. Segundo ele, eram muitos os inconvenientes do edifício provisório que funcionava o grupo escolar. “Ali não há salas, mas quartos pequenos e abafadíssimos, sem iluminação conveniente, há insuficiência de sanitários”. Também narrava que a diretora se via obrigada a gastar uma grande quantia à sua custa com creolina para a limpeza e higiene das salas e banheiros. Não havia pátios adequados para os recreios, sendo forçados os meninos a permanecer nas próprias “saletas” de aula e num corredor onde sempre havia um “cheiro forte e nauseabundo, insuportável”. Havia meninos sentados até na cozinha do prédio! Seu pátio, destinado ao recreio, era úmido por natureza e necessitava receber aterramento com areia grossa para melhor prestar a seu fim. A transferência provisória do grupo escolar para este prédio causava um verdadeiro transtorno para a vida escolar, e a sua situação estava mais próxima a um verdadeiro edifício em ruínas que a uma escola descente. Havia, portanto, necessidade urgente de se terminar as obras de reforma pelas quais o prédio próprio passava. (TAVARES, 1913a).

Em relatório na segunda quinzena daquele mês, o mesmo inspetor enviava novas notícias referentes à situação do grupo escolar de Mariano Procópio. O inspetor corroborava mais uma vez que o prédio provisório não possuía as mínimas condições necessárias para funcionar as atividades escolares. A situação era de salas “apertadíssimas e alunos apinhados”, junto com os esforços das professoras, “sacrifício mesmo” para cumprir seu dever de professora. Em virtude da péssima qualidade e higiene do local, o inspetor aconselhava a diretora do estabelecimento a diminuição ou limitação do tempo letivo como prevenção a prejuízos na saúde dos alunos, situação que já começava a ser observada por ele. Para felicidade e tranquilidade de todos, o inspetor informava que as reformas do prédio próprio

pareciam estar próximas do fim. O empreiteiro da obra prometera que até o final do mês entregaria o prédio pronto. (TAVARES, 1913b).

Este melhoramento pôde ser observado pelo inspetor Antônio Raymundo da Paixão, substituto de Raymundo Tavares que havia saído de licença, em maio daquele ano. Esse ficou impressionado com a organização e higiene das latrinas, bem como com o asseio interno e externo do prédio escolar. Mas uma questão lhe incomodara, a disposição das salas de aula e as demais condições pedagógicas. Apesar desse incômodo o inspetor fazia elogios quanto à ordem, asseio e disciplina que as professoras zelavam para a melhor educação das crianças. Ainda este mesmo inspetor notou que neste grupo funcionavam quatro classes de aulas, uma classe referente a cada ano escolar. Elas eram turmas mistas, compondo-se de meninos e meninas na mesma sala. (PAIXÃO, 1913).

No entanto, é de se notar que não somente o prédio provisório onde funcionou o grupo escolar, mas também seu prédio próprio era palco para problemas. Este no final do ano de 1915, período das chuvas na cidade, era alvo de sérios problemas como relatou a diretora Francisca Lopes à Secretaria do Interior em relatório anual.

Prédio – Está em péssimas condições. Reconstruído e aumentado há pouco mais de dois anos, parece incrível que já esteja reclamando novas obras. Devido ao grande número de goteiras, as paredes estão muito estragadas, tendo muitas delas os tijolos descobertos, o mobiliário, pelo mesmo motivo tem sofrido muito. As manilhas não dão escoamento às águas pluviais, o que determinava a entrada de enxurradas no prédio, enxurradas que sobem à altura de um palmo mais ou menos. O pátio é alagadiço, necessitando, portanto, algumas carroças de terra. Enfim, é indispensável que durante o período das férias haja uma reforma no edifício, sem o que penso ser impossível o funcionamento das aulas no ano vindouro. (LOPES, 1915).

Conforme o relato da diretora o prédio encontrava-se em estado calamitoso. Os problemas de manutenção do prédio escolar pareciam um desafio a ser enfrentado pela comunidade escolar de Mariano Procópio. Problemas que com certeza prejudicavam o andamento das aulas e o aprendizado dos alunos, pois tornavam o ambiente insalubre e inseguro para as atividades escolares, correndo sérios riscos.

O cuidado com a salubridade e higiene do edifício parecia ter relação com obras realizadas pela própria Câmara Municipal. Segundo o inspetor de ensino Lindolpho Gomes, o serviço de sarjetas e bueiros para escoamento das águas



pluviais do prédio do grupo “Antônio Carlos”, havia sido realizado pela Câmara Municipal de forma imperfeita causando inundações no prédio e pátios de recreio da escola, favorecendo as eclosões de epidemias como a de febres tíficas “reinantes” na cidade (GOMES, 1915).

O prédio escolar transformava-se em um agente propício para a transmissão de doenças devido ao acúmulo de crianças no mesmo espaço, e, por isso, atitudes deveriam ser tomadas.

Exemplo disso ocorreu no ano de 1918 com a presença da *influenza espanhola* nos vários bairros da cidade, tornando-se motivo de preocupação das autoridades de ensino. Achando por bem das escolas, o inspetor regional Lindolpho Gomes aconselhou aos diretores dos grupos escolares que privassem da frequência das aulas e do prédio os alunos que tivessem em suas casas pessoas doentes (GOMES, 1918). Uma medida que preveniria a disseminação da doença na escola.

Apesar da autorização da Câmara Municipal no ano de 1918 de doação de imóveis em que funcionavam escolas primárias estaduais ao Estado, desde que continuassem a manter as escolas e conservar os prédios (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1919), em 1921, o prédio do grupo escolar “Antônio Carlos” ainda não havia sido doado pela municipalidade. O coletor estadual do município já estava autorizado a receber o imóvel, mas devido à imposição de condições não estabelecidas na procuração pela municipalidade e a sua recusa em pagar as despesas relativas à doação, tornaram-se um empecilho para a solução da situação. (MINAS GERAIS, 1921).

A saga sobre as condições do prédio de Mariano Procópio não paravam por aí. Nos anos seguintes, muitas foram as reclamações da diretora, ora por conta da falta de limpeza dos pátios que já se arrastava por cinco anos, ora por conta do estado lastimável de sua fachada, que por ser a rua sem calçamento, no período de chuvas espalhava lama na frente do edifício, sujando-a inteira. Os problemas com o pátio sempre alagado no período das chuvas, as ameaças de desabamento do prédio, todas essas situações que ocorriam ao longo dos anos de 1918, 1919 e 1920.

Em solução a alguns dos problemas, o inspetor técnico e engenheiro Clorindo Burnier, em 1920, orçou e enviou à Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado, a listagem das obras de consertos no prédio, que haviam sido apresentadas no projeto do engenheiro Antônio da Costa Pinto Júnior. O valor do orçamento

chegava a 3.412\$800 (três contos, quatrocentos e doze mil, oitocentos réis). De forma que o novo projeto da planta para o grupo ficaria da seguinte maneira:

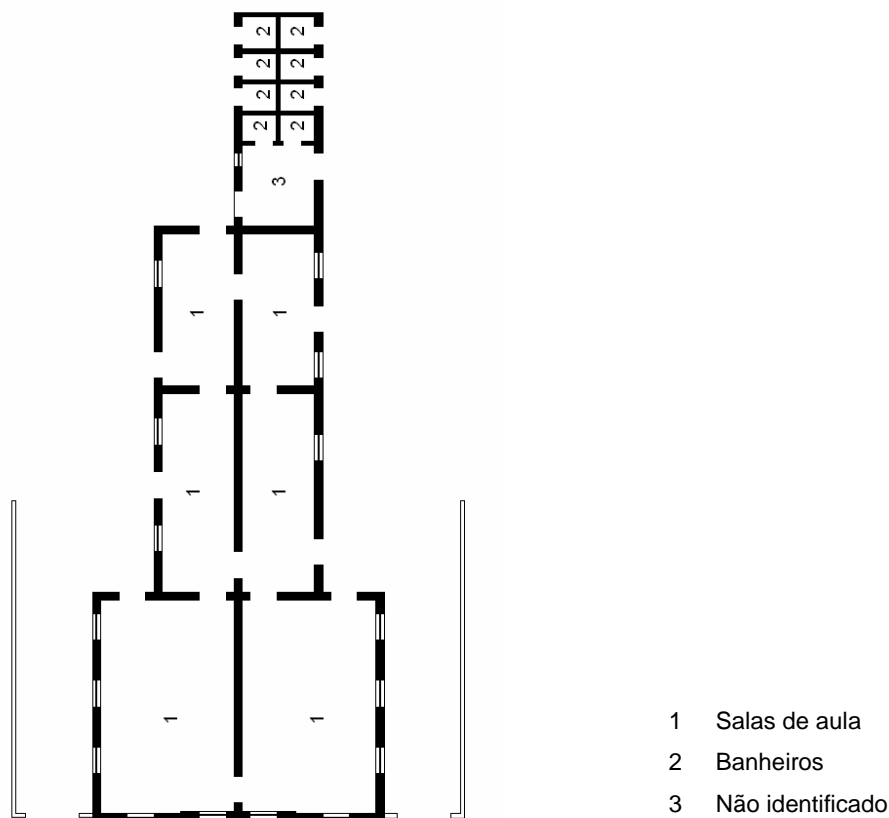


FIGURA 29 – GRUPO ESCOLAR “DR. ANTONIO CARLOS” EM JUIZ DE FORA – Planta baixa em 1920  
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Podemos observar que na planta baixa para o grupo encontra-se um total de sete salas, sendo que seis delas provavelmente eram salas de aula e a última próxima aos banheiros não foi possível fazer sua identificação, além de oito banheiros.

Percebemos que esta planta é bem mais simples e com menor quantidade de ambientes diferentes se comparada com os demais grupos, sendo formado por praticamente salas de aula e banheiros. Não havia o mínimo conforto para os alunos. Esta situação se reverteria anos mais tarde, com o projeto de um novo prédio para o grupo escolar como veremos mais a frente.



#### 4.2.2.3 *Prédio escolar de São Matheus*

O prédio para o grupo escolar de São Matheus foi o único naquele tempo construído para a instalação de um grupo escolar na cidade<sup>70</sup> que após um longo processo sobre sua possível construção, teve finalmente, em 1917, o início das obras.

Sua requisição foi feita em meados de 1916 pelos moradores do bairro, por não existir ali escolas públicas estaduais ou municipais. As crianças que queriam estudar tinham que se deslocar até o centro da cidade. (O PHAROL, 20 jul 1916).

Como pode ser observado na Figura 2, o edifício escolar construído na localidade tinha uma distância significativa das escolas primárias centrais.

Em um abaixo-assinado encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal, a população de São Matheus pedia que se tomassem providências quanto à falta de escolas na localidade:

Existem na cidade, três grupos escolares, os quais, entretanto, não satisfazem às necessidades da perfeita difusão do ensino primário colocados como se acham dois deles no centro, ao passo que o nosso bairro, por exemplo, não possui se quer escolas isoladas, quando é avultadíssima a sua população escolar, podendo manter em grau de prosperidade o grupo a ser criado. (O PHAROL, 21 jul 1916).

A argumentação da população se baseava no esquecimento que aquele bairro passava, pois os bairros de Botanágua (atual Poço Rico), Tapera (atual Santa Terezinha) e Mariano Procópio já dispunham de estabelecimentos de ensino. As pressões para a construção do prédio escolar estavam cada vez mais presentes, quase diariamente, nas páginas do jornal O Dia do ano de 1917.

A proposta existente para a construção do novo prédio escolar era utilizar a verba resultante da venda de um imóvel estadual que cobriria as despesas do empreendimento, não ocasionando outros custos e despesas para o Estado. A quantia relativa a esta negociação e destinada à construção do prédio escolar seria de 15 contos de réis.

Mas para que a construção se tornasse efetiva ela dependeria da vontade política dos administradores estaduais e municipais.

---

<sup>70</sup> Ao tratar da cidade, nos referimos à parte urbana da cidade propriamente dita, excluindo os distritos e arrabaldes que pudessem passar por processo de emancipação mais tarde, como foi o caso, por exemplo, de Mathias Barbosa que também possuiu um grupo escolar.

Em fevereiro de 1917, segundo o jornal o Dia, já existia ordem de pagamento na coletoria local para o Sr. Josué Leite Ribeiro pelo terreno situado na Rua São Matheus, onde seria construído o edifício escolar, havendo somente a necessidade de conferência da metragem do terreno para saber se esta seria suficiente para a efetuação da obra. (O DIA, 25 fev 1917).

Finalmente é aprovada a construção do prédio escolar no ano de 1917 com a contribuição da influência de Antônio Carlos Andrada e outros políticos da cidade. O terreno situado na Rua São Matheus, tinha 18x40 metros, totalizando 720 metros quadrados, suficientes para abrigar um pequeno grupo escolar. As expectativas da população eram de que o prédio escolar ficasse pronto em agosto daquele ano.

Apesar da concorrência com a construtora também juizforana Pantaleoni Arcuri, Henrique Surerus e Irmão é que é contratada para executar as obras de construção do novo prédio escolar.

Como verificado pelos correspondentes do jornal, o edifício seria espaçoso, bem ventilado e iluminado, e, embora de construção modesta, muito embelezaria a Rua São Matheus. (O DIA, 23 maio 1917).

Inicialmente o Estado avaliava a possibilidade de privilegiar o bairro São Matheus e também o Botanágua com dois grupos escolares de 4 classes. No entanto, o engenheiro do Estado Clorindo Burnier opinou, conforme pedido do governo estadual, que seria mais conveniente a construção de duas escolas isoladas, pois seus custos seriam menores. Concomitante a esta opinião, foi enviado para a Secretaria do Interior um orçamento da construtora juizforana Henrique Surerus & Irmão, discriminando que poderiam ser construídos dois prédios ficando cada um no valor de 8.500\$000 totalizando 17.000\$000 contos de réis.

Durante nossa pesquisa encontramos uma planta baixa (Figura 30) em meio aos documentos e cartas referentes aos trâmites da Secretaria do Interior, ilustrando os dois prédios de escolas que poderiam ser construídos mediante este orçamento. A planta baixa composta por dois salões grandes, duas saletas médias e dois pequenos cômodos, possivelmente eram destinados a duas salas de aula, gabinetes para professores e diretor e latrinas respectivamente.

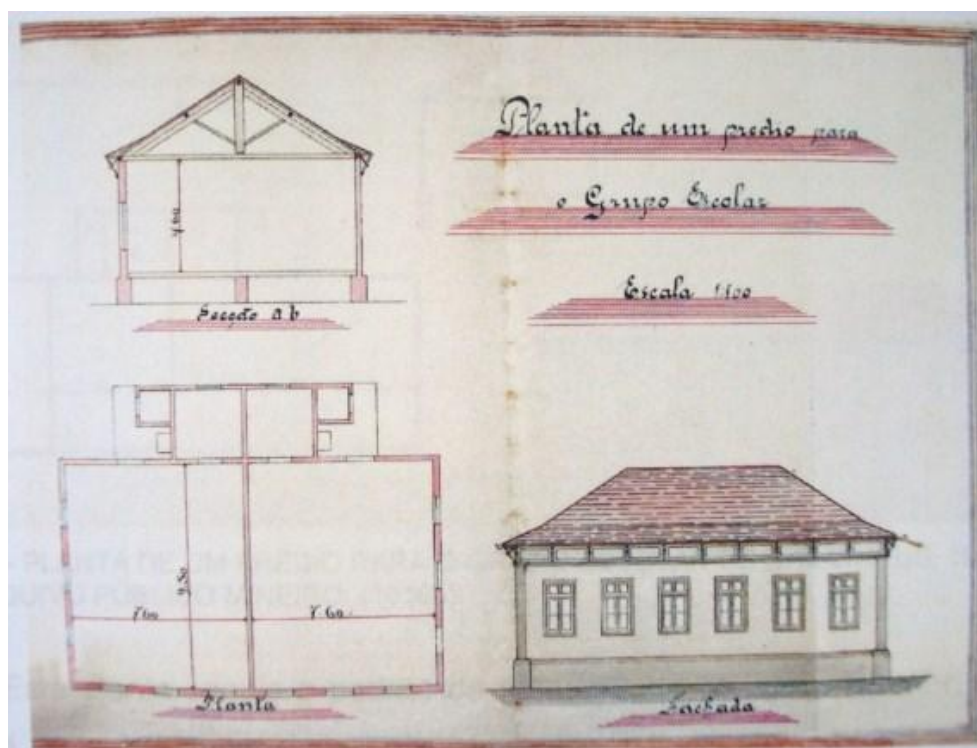


FIGURA 30 – PLANTA PARA UM GRUPO ESCOLAR, 1916.  
 FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (1916a)

Ainda outro projeto foi proposto pela construtora Henrique Surerus & Irmão, se prontificando a construir um único prédio para o grupo escolar em São Matheus. O curto orçamento disponível ditava as características possíveis do prédio. Ele seria “simples, bem entendido, nem ha necessidade mesmo de ser luxuoso”. Para isso seriam gastos cerca de 11:000\$000 contos de réis. As negociações para a compra do terreno giravam em torno de 2:400\$000 contos de réis se feito negócio com os herdeiros do sr. coronel Pacheco ou 3:000\$000 contos de réis solicitados pelo coronel Josué Leite Ribeiro. Promessas de ajuda com materiais partiam dos senhores Mario Pacheco e major Solano Braga de 100 carros de pedras e 10.000 tijolos, o que diminuiria a importância gasta pelo Estado na construção. (O DIA, 20 jan 1917).

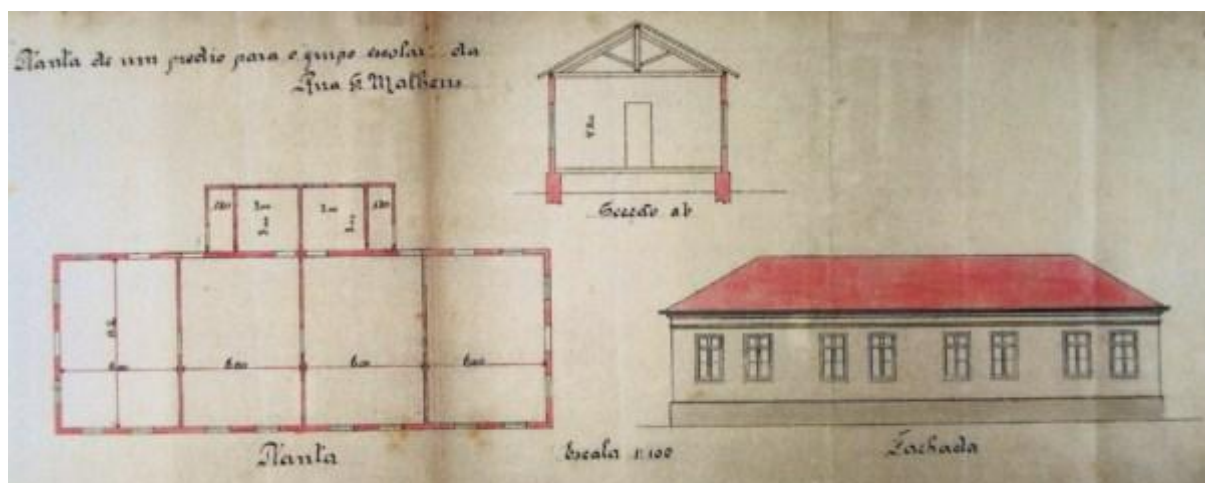


FIGURA 31 – PLANTA DE UM PRÉDIO PARA O GRUPO ESCOLAR DE S. MATHEUS, 1916.  
 FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. (1916b).

Esta planta seguia o padrão da apresentada na figura anterior, senão pela diferença de existir mais duas salas de aula. Esta planta também era o que se aproximava da descrição feita no jornal *O Dia* em 30 de junho de 1918.

As obras de construção do edifício escolar foram iniciadas em 19 de maio de 1917 pelos Srs. Henrique Surerus & Irmão, que fizeram a entrega do prédio ao Sr. Dr. José Procópio Teixeira, presidente da Câmara Municipal, em 26 de setembro desse mesmo ano.

O edifício é de construção sólida posto que modesta e custou ao governo do Estado a importância de 11:000\$000, tendo sido despendidos mais 3:000\$000 com a compra do respectivo terreno e 2:486\$290 com a construção de muros divisórios, perfazendo tudo a quantia de 16:486\$290.

Tem duas salas pequenas, de 3mx3m, e quatro grandes, de 6mx8m, designadas estas últimas respectivamente pelos nomes de dr. José Procópio Teixeira, Barão de Cataguases, dr. Américo Lopes e Solano Braga, sendo ajardinadas as arenas laterais do edifício escolar que dispõe também de mictório e quatro privadas. (O DIA, 30 jun 1918).

Conforme as informações do jornal, as quatro salas foram designadas com nomes de políticos que ajudaram no processo de autorização e construção do prédio escolar.

No entanto, uma questão intrigante foi por nós percebida. Apesar de no jornal existir a informação da existência de quatro salas e também da existência do projeto apresentado na Figura 31, ao observarmos a imagem da fachada do prédio na Figura 32 e 33, publicado no mesmo dia no *O Dia* e da releitura por nós produzida respectivamente, fica claro que aquele projeto não foi empregado.



FIGURA 32 – INSTRUÇÃO GRUPO ESCOLAR DE S. MATHEUS –  
FONTE: O DIA (30 jun 1918)

Como pode ser percebido, a fachada do grupo escolar não corresponde à apresentada na Figura 31. As proporções dessa fachada evidenciam que não seria possível dispor as quatro salas em forma retangular como foram dispostas naquela figura. Apesar de o jornal apresentar a descrição de quatro salas, para este caso concomitante à fachada, entendemos que seria possível a existência de duas ou no máximo três salas que ficariam proporcionais à fachada apresentada nas Figuras 32 e 33.



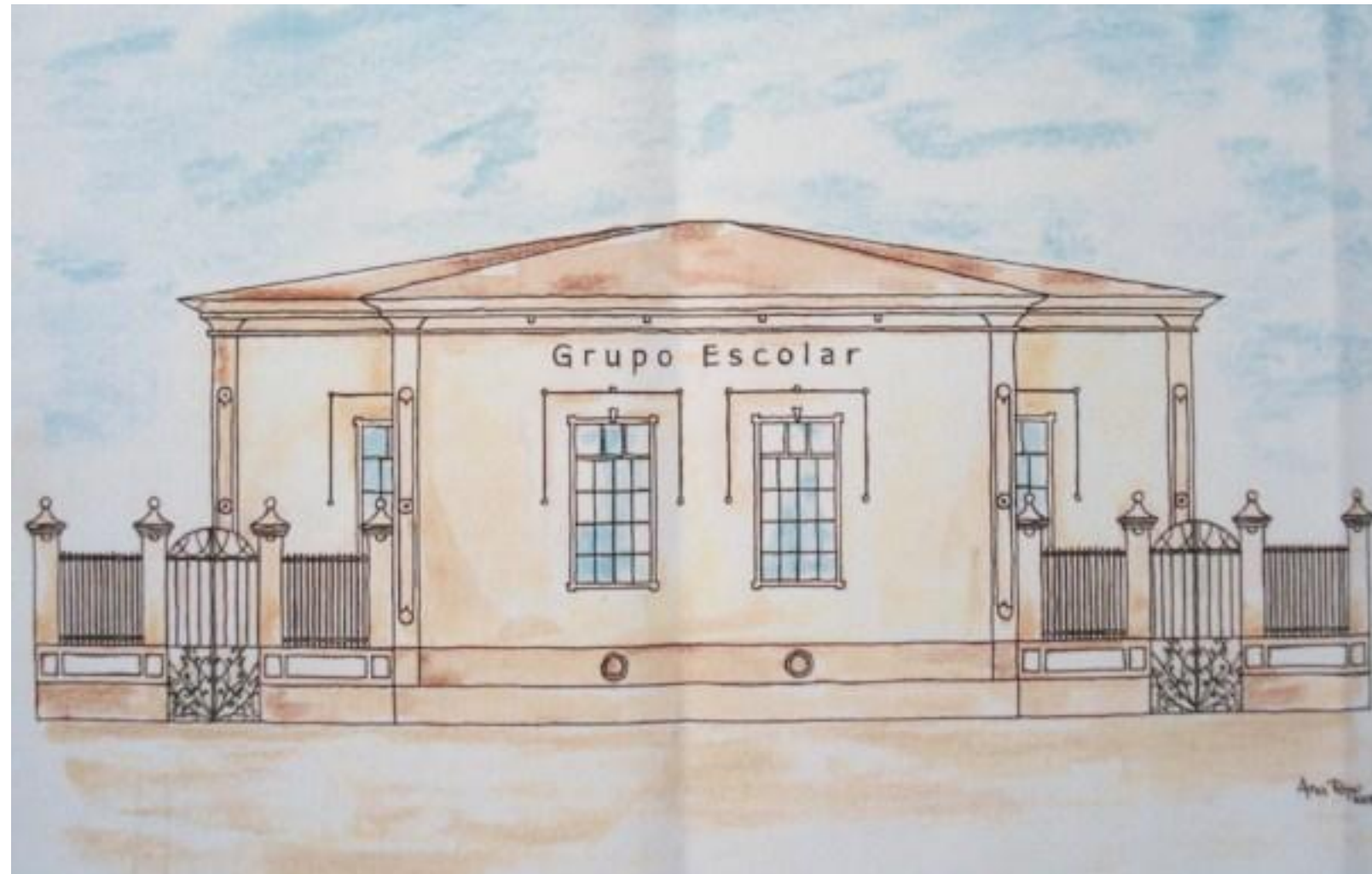


FIGURA 33 – FACHADA DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS EM 1918<sup>71</sup>  
 FONTE: NEPHArqE (2008c)

Portanto, fica um hiato sobre essa questão, nos permitindo acreditar que esta escola poderia ter as quatro classes só se estivesse disposta em outro formato, como em um quadrado (□) por exemplo, se fixando duas salas na parte anterior e duas na posterior, ao invés do formato retangular identificado na Figura 31. Ou ainda, que o número de salas seria menor, em número de duas (Figura 34) ou três, ficando em harmonia com a fachada do prédio apresentada nas Figuras 32 e 33.

No entanto, como podemos observar na figura acima, sua fachada ia de encontro ao que foi descrito pelo jornal *O Dia*. Apesar de ser um prédio simples, ele demonstrava ser gracioso, com harmonia entre suas janelas e apresentando poucos ornamentos. Destaca-se a presença de porões para os cuidados de higiene e ventilação do assoalho, além de um avanço do telhado e presença de calhas como forma de proteção das águas da chuva. As janelas grandes permitiam a entrada de luz e de ar nas salas.

<sup>71</sup> Esta figura foi baseada na imagem publicada no jornal diário *O Dia* de 30 de junho de 1918.

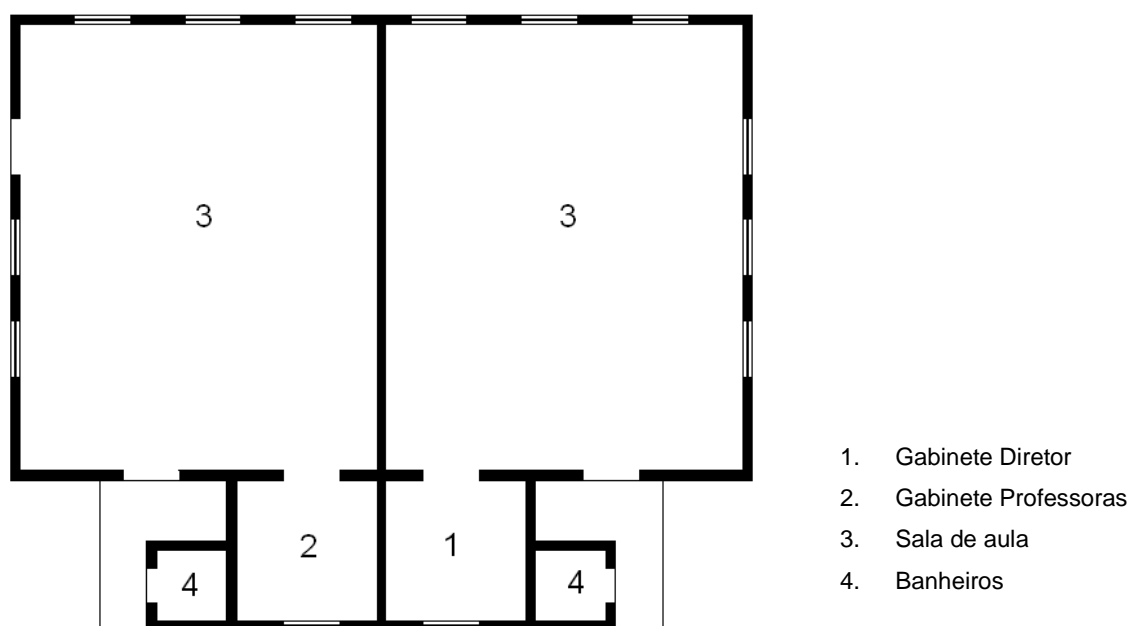


FIGURA 34 – PLANTA COM DUAS SALAS DE AULA  
FONTE: NEPHArqE (2008d)

Conforme podemos observar, este prédio construído pelo governo não foi adaptado como os outros dois casos, este não atendeu as recomendações das plantas-tipo produzidas em 1910 pelo engenheiro estadual José Dantas. O grupo escolar de São Matheus deixava muito a desejar quando comparado aos demais projetos produzidos pelo governo. Junto a isso, a simplificação de espaços nesse grupo, composto de salas de aulas, gabinetes para professores e banheiros, era uma situação diferente da encontrada nos projetos, que previam museu, biblioteca e até laboratórios como é o caso dos grupos centrais da cidade que apresentavam laboratório de ciências naturais.

Apesar de ser um grupo escolar, este se aproximava mais a uma escola isolada. Fica a dúvida se a instalação dessa escola teria sido realizada dessa forma somente pela questão financeira, ou, se por não ser um estabelecimento que ficaria à vista de toda a população, que passava em sua maior parte na porção central da cidade, ele não teria uma importância equivalente ao prédio dos grupos escolares do centro.

Logo após o início das aulas no ano de 1918, o diretor escolar já fazia novos pedidos de construção de alguns espaços que haviam sido esquecidos no projeto inicial. Pedia à Secretaria do Interior que autorizasse um serviço de escoamento das águas das chuvas e a construção de cobertas nos pátios, novos mictórios, a

construção de duas varandas que seriam utilizadas nas aulas de canto, e a construção de mais duas salas. Estes pedidos para serem autorizados dependiam de orçamento disponível e de outros fatores como o aumento do número de alunos frequentes nas aulas. (OLIVEIRA, 1918).

O governo do Estado não previu que futuramente ampliações ou até mesmo novas construções teriam que ser feitas, visto que o aumento da população geraria um aumento proporcional de alunos aptos a ingressar no universo estudantil.

Dez anos depois, em 1927, no governo de Antônio Carlos, é que novos prédios serão construídos para o grupo de Mariano Procópio e de São Matheus, com a ampliação desse mesmo benefício para o antigo bairro Botanagua, agora Poço Rico, além da criação de outras escolas que não eram denominados grupos escolares.

A cidade passaria por uma ampliação de vários serviços e um movimento de obras se iniciaria na cidade a partir de então. Com a supervisão do engenheiro do estado e diretor da Viação e Obras Públicas estaduais, o Sr. Lourenço Baeta Neves, seriam empreendidos na cidade um cais no rio Paraibuna, penitenciária, edifício para as repartições policiais, edifício para Escola Normal Modelo e Escola de Agricultura, além de restauração da estrada de rodagem União e Indústria. (DIÁRIO MERCANTIL, 14 jan 1927).

Os grupos escolares centrais também passariam por obras. O seu conjunto predial ganharia mais quatro salas de aula. No entanto, a mudança mais significativa seria em relação aos dois grupos que ficavam nas periferias da cidade, circundando a área central.

Os novos edifícios estariam conforme os melhores conselhos dos modernos especialistas, tanto no que tange ao ensino quanto à higiene assegurada pelas regras da engenharia sanitária. As edificações seriam simples, mas com linhas elegantes e singelas. Os edifícios foram projetados para grupos de dez classes, número bem maior que o anterior. Seriam compostos pelas seguintes dependências: saguão de entrada ou vestíbulo, portaria, sala de espera, secretaria, gabinetes e dependências necessárias para diretora, professoras, médico e assistência dentária; instituição do copo de leite; assistência geral; dez salas de aula iluminadas e bem arejadas; sala de trabalhos manuais, museu escolar, biblioteca, almoxarifado e 24 gabinetes sanitários. Pátios, galpões de ginástica, alpendres e terraços de recreio e



de descanso. Três salas contíguas de paredes moveáveis poderiam dar um vasto salão quando necessário. (DIÁRIO MERCANTIL, 21 jul 1927).

Os prédios teriam cerca de 1.500m<sup>2</sup> de área útil coberta sendo orçado em trezentos e cinquenta contos, quantia esta bem superior às anteriores. No entanto previa-se que apesar de monumentais, os grupos adotassem a simplicidade, expressamente recomendada por Antônio Carlos, “próximos ao espírito de modéstia e simplicidade da família mineira”. Nos dois projetos prevaleciam em seu ambiente externo, tijolos descobertos, caracterizando as típicas casas do bairro de Mariano Procópio onde viviam muitos imigrantes. (DIÁRIO MERCANTIL, 21 jul 1927).

Pelos projetos apresentados dos espaços escolares dos novos grupos podemos identificar que mudanças significativas aconteceriam se comparadas às efetuadas nos anos de 1909 e 1917. Uma nova arquitetura escolar passaria a atender às populações daqueles locais.

Para o caso específico de Juiz de Fora, os novos projetos no governo de Antônio Carlos expressavam uma ruptura com os antigos projetos adaptados ou construídos, solucionando o problema espacial e arquitetônico para uma população escolar maior, mesmo que fosse em caráter temporário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa tentamos compreender a implantação de uma arquitetura escolar na cidade de Juiz de Fora. Procuramos identificar a relação existente entre as mudanças de uma cidade em busca da modernidade e a inserção de estabelecimentos de ensino público primários no início do século XX, como uma linguagem arquitetural que estava atrelada às características do urbano.

Para isto, procuramos retratar como os símbolos presentes na cidade colaboram para a constituição de sua imagem, mesmo que eles se espelhassem em outro lugar. Em nosso caso, procuramos evidenciar como a Juiz de Fora de outrora se “espelhava” nos acontecimentos e exemplos do Rio de Janeiro, parecendo que esta realidade era muito mais próxima a ela do que às demais cidades mineiras, mesmo a Belo Horizonte, que também se modernizava no início do século XX.

Por sua riqueza cultural - teatro, música, cinema, presença de associações, entre outros - ela foi denominada como *Atenas Mineira*. No entanto, foi possível identificar que este era um cognome que tentava ser inculcado na sociedade juizforana por meio das idéias de seus cronistas. Percebemos que ser *Atenas Mineira* possuía um significado maior. A Atenas clássica da Grécia pode ser entendida como um lugar do mais moderno naquele período, rompendo com o remoto a ela. Nesse sentido, ser *Atenas Mineira* ia ao encontro desta idéia. Romper com as antigas características e tornar-se moderna e urbana. Os investimentos de vários tipos na cidade a tornaram promissora, mas conservaram certa tradição.

As contradições da modernidade também estiveram presentes em Juiz de Fora. Além das benfeitorias, os problemas que a modernidade carrega consigo eram presentes na paisagem da cidade. As doenças, os problemas sociais e paisagísticos, eram alguns deles e que pareciam estar vinculados ao processo de seu desenvolvimento. Ser uma bela cidade parecia mais ser um mito ou uma utopia.

Dentre os investimentos que fizeram a cidade ser pensada desse modo estava a questão educacional, bem desenvolvida, com inúmeros estabelecimentos de ensino, o que a tornava uma referência para a região.

Concomitante a isto se encontrava o processo de instalação da nova escola primária pública que a República queria, representada pelos grupos escolares. Nas escolas brasileiras do início do século XX foi necessário desenvolver projetos para uma melhor organização do ensino. Com isso se pensou em novos espaços para

seu funcionamento, mesmo que se distanciassem dos discursos dos governos, mas que seria um lugar próprio à instrução, diferente do quadro anterior a este período, em que funcionavam nas próprias casas dos professores, ou em salões alugados nas igrejas, nos prédios administrativos e tantos outros lugares impróprios ao ensino.

Ao investigarmos a linguagem arquitetônica que foi implantada na cidade nos vinte anos iniciais do Novecentos, percebemos que apesar dela possuir representatividade devido ao seu adiantamento e desenvolvimento no cenário mineiro, não houve o emprego seguro de uma gramática arquitetural escolar -, idealizada nos discursos e nos projetos-tipos elaborados pelo governo, para a propalada representação de escola pública primária republicana e mineira, assim como nos discursos e idéias de cidade moderna que tentavam ser inculcados em sua população.

Em princípio foi empregada em Juiz de Fora a iniciativa de doação e adaptação dos prédios que originalmente não haviam sido projetados para escolas, onde funcionariam os grupos escolares. Somente no final de 1917 é que um prédio projetado para ser grupo escolar é construído, e não mais adaptado como os anteriores.

Tanto a política de doação de prédios quanto o edifício construído, nos faz entender que estas ações não foram pensadas a longo prazo, nem levaram em conta a possibilidade de aumento da população concomitante à necessidade de estudar. Futuramente esta população reclamaria pela ampliação da oferta do ensino, e aliada a esses fatores, estaria um planejamento racionalizado do espaço escolar de forma a acomodar a população escolar sem gerar maiores custos financeiros no futuro.

As características dos três prédios analisados nesta dissertação para funcionarem como grupos escolares nos permitem concluir que apesar de não possuir a mesma suntuosidade, como em alguns casos dos grupos escolares paulistas, mineiros e paranaenses, a monumentalidade, enquanto um espaço de memória tornou os seus edifícios símbolos da ação governamental, se destacando entre os demais prédios nos sítios que se localizavam. Também se tornaram propagandistas do governo mineiro e das ações políticas deste, como exemplo disso, os dois casos em que a influência do político Antônio Carlos Andrada nos trâmites de instalação dos grupos escolares na cidade.

Para o caso dos projetos-tipo disponibilizados pelo governo de Minas Gerais, houve uma padronização que deveria ser seguida como exemplo, caso fossem construídos. Neles as características de uma arquitetura neoclássica nas fachadas e finalidades dos espaços internos reproduzem a percepção da escola primária que o governo mineiro desejava.

Nos três casos não foi possível perceber que houve uma padronização nas plantas baixas dos prédios como queria o governo, muito devido à diversidade de imóveis utilizados para funcionarem como escolas. Com o passar dos anos acreditamos que a maioria dos espaços se tornou insuficiente para atividades no cotidiano escolar, e a incorporação de novos ambientes como auditórios, laboratórios, entre outros, bem como para abrigar toda a população estudantil dos bairros que nasciam e cresciam, se deu paulatinamente.

A situação calamitosa do prédio de Mariano Procópio, por vários anos, pareceu ser uma realidade bem diferente da enfrentada pelas demais construções escolares. Esse edifício poderia ser definido como um lugar sem condições higiênicas ou sanitárias para funcionamento de um grupo escolar, aproximando-se mais a um casebre. Sua população escolar provavelmente foi muito prejudicada até a mudança para o outro prédio, construído apenas no final da década de 1920. Esta realidade se confrontava com os discursos e idéias que propagavam a instituição de escolas em locais salubres como forma de organizar melhor o ensino, além de ser uma preocupação para a saúde daqueles que os frequentavam.

De qualquer maneira, a criação de edifícios a serem ocupados por escolas foi uma preocupação do estado na "próspera" cidade de Juiz de Fora, mesmo que poupados de suntuosidade. O reclame e o desejo da população por novas escolas acabaram por impulsionar a instalação de grupos escolares em Juiz de Fora sendo recebidos como grandes benefícios. Junto a isso se mostrou clara a influência política para a efetuação dessas ações. Dessa forma, compartilha-se aqui da idéia de Bencostta (2007) que a linguagem da arquitetura escolar adquire significados e significações ao longo de sua existência histórica e que o discurso sobre o espaço escolar é semantizado por múltiplos usos que dele se faz, seja pelas autoridades públicas de ensino, pelos mantenedores das instituições privadas, assim como pela população escolar.

Apesar dos discursos de modernização para a escola pública com a implantação dos grupos escolares, muitas dificuldades foram enfrentadas por estas

instituições na cidade de Juiz de Fora durante o período estudado, e por nós entendido como a primeira de consolidação desse modelo, modificado apenas com a implantação das escolas projetadas no governo de Antônio Carlos Andrada, no final da década de 1920, sugerindo uma segunda fase, a de expansão do ensino na cidade e de uma arquitetura mais monumental quando comparada à que foi efetivada nos primeiros anos do século XX.

## FONTES

### Divisão de Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resolução nº 660. In: **Resoluções: Ano 1912**. Juiz de Fora: Typografia Gogliano, 1913.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 706. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anos de 1915 e 1916**. Juiz de Fora: Typografia Noronha, 1917a.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 710. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anos de 1915 e 1916**. Juiz de Fora: Typografia Noronha, 1917b.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 776. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anno de 1918**. Juiz de Fora: Estabelecimento gráfico da Casa Dias Cardoso & C., 1919.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 844. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anno de 1920**. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1921.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 862. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anno de 1921**. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1922a.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 869. In: **Resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora: Anno de 1921**. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1922b.

ESTEVES, A.; LAGE, O. V.B. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1915.

JORNAL – ***Diário Mercantil (1927)***

**Diário Mercantil**, 14 jan 1927

**Diário Mercantil**, 21 jan 1927

**Diário Mercantil**, 21 jul 1927

### Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora

ALMANACH DE JUIZ DE FORA PARA 1914. Juiz de Fora: Crédito Mútuo Nacional, 1914.

ALMANACH DE JUIZ DE FORA PARA 1917. Juiz de Fora: Typographia Gutemberg – J. Ribeiros & Comp., 1917

ALMANACH DE JUIZ DE FORA PARA 1922. Juiz de Fora: [s/e], 1922.

MENEZES, E. **Cidade Salubre**: código sanitário fundamentado e justificado feito para a cidade e município de Juiz de Fóra. Juiz de Fora: Typographia Brazil, 1911. Almanack de Juiz de Fora (1912, 1914, 1916, 1917 e 1922).

**Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Setor de Memória – Secretaria de Cultura de Juiz de Fora**

**JORNAL – *O Pharol* (1907-1916)**

O Pharol, 13 dez 1906  
O Pharol, 18 dez 1906  
O Pharol, 07 jun 1907  
O Pharol, 17 out 1907  
O Pharol, 16 nov 1907  
O Pharol, 08 jan 1908  
O Pharol, 29 mar 1908  
O Pharol, 29 abr 1908  
O Pharol, 05 maio 1908  
O Pharol, 11 ago 1908  
O Pharol, 11 set 1908  
O Pharol, 14 abr 1909  
O Pharol, 14 maio 1909  
O Pharol, 26 dez 1909  
O Pharol, 13 maio 1910  
O Pharol, 18 fev 1911  
O Pharol, 12 mar 1911  
O Pharol, 22 fev 1912  
O Pharol, 11 jul 1912  
O Pharol, 10 mar 1913  
O Pharol, 06 abr 1913  
O Pharol, 10 abr 1913  
O Pharol, 11 set 1913  
O Pharol, 20 jul 1916  
O Pharol, 21 jul 1916  
O Pharol, 23 set 1916

**JORNAL – *O Dia* (1917-1926)**

O Dia, 08 jan 1917  
O Dia, 10 jan 1917

O Dia, 14 jan 1917  
O Dia, 17 jan 1917  
O Dia, 19 jan 1917  
O Dia, 20 jan 1917  
O Dia, 24 jan 1917  
O Dia, 25 fev 1917  
O Dia, 22 abr 1917  
O Dia, 23 maio 1917  
O Dia, 03 jan 1918  
O Dia, 16 jan 1918  
O Dia, 30 jun 1918  
O Dia, 16 jan 1920  
O Dia, 20 jul 1920  
O Dia, 22 maio 1921  
O Dia, 11 jun 1921  
O Dia, 17 jun 1921  
O Dia, 13 set 1921  
O Dia, 18 out 1921  
O Dia, 06 dez 1921  
O Dia, 23 mar 1924  
O Dia, 07 fev 1925  
O Dia, 22 jan 1926

**JORNAL – Jornal Minas Gerais**

Jornal Minas Gerais, 9 maio 1927  
Jornal Minas Gerais, 14 maio 1927  
Jornal Minas Gerais, 15 maio 1927

**JORNAL – Jornal do Comércio**

Jornal do Comércio, 19 jan 1909  
Jornal do Comércio, 13 jun 1909

**JORNAL – Correio da Tarde**

Correio da Tarde, 25 out 1907

RANGEL, J. **Como o tempo passa...** Rio de Janeiro: A Encardenadora, s/d.

**Secretaria Estadual de Educação – Superintendência Administrativa – Diretoria de Patrimônio Juiz de Fora**

MINAS GERAIS. **Registro de Imóveis Cartório Toscano.** Pasta dos Grupos Escolares Centrais Juiz de Fora. 2001.



## Arquivo Público Mineiro

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Figura 21- Fotografia de Prédio Escolar, 1907.

\_\_\_\_\_. Figura 30 – Planta para um grupo escolar, 1916a.

\_\_\_\_\_. Figura 31 – Planta de um prédio para grupo escolar da Rua de S. Matheus, 1916b.

\_\_\_\_\_. Figura 26 – Batalhão dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, 1917.

\_\_\_\_\_. Figura 29 – Grupo Escolar “Dr. Antônio Carlos” em Juiz de Fora, 1920.

**BIAS FORTES, C. J. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Crispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua segunda sessão ordinária da segunda legislatura.** Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1898. Disponível em: <<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2407/000013.html>> Acesso em 30 de nov. 2008.

**BRANDÃO, F. S. de A. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da terceira legislatura.** Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1899. Disponível em: <<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2408/000018.html>> Acesso em 30 de nov. 2008.

**CASA MONTREUIL. Notas de compra de materiais.** 26 de janeiro de 1907.

**ERNESTO JÚNIOR, B. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais pelo Inspetor Técnico da 5ª Circunscrição Literária.** 22 de outubro de 1909.

**GOMES, L. Inspetoria escolar municipal de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1915.

\_\_\_\_\_. **Inspetoria Regional do Ensino.** Juiz de Fora, 20 de novembro de 1916. 4f.

\_\_\_\_\_. **Relatório de inspetoria escolar municipal de Juiz de Fora,** Juiz de Fora, 17 de outubro de 1918.

LOPES, F. **Relatório do movimento escolar do grupo de Mariano Procópio redigido pela diretora Francisca Lopes, durante o ano letivo de 1915.** Juiz de Fora, 7 de dezembro de 1915.

LUIZ PERRY. **Notas de compra de materiais e serviços.** 16 de fevereiro de 1907.

MINAS GERAIS. **Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Secretaria do Interior apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, Secretário do Estado dos Negócios do Interior.** Belo Horizonte, 01 de junho de 1907.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado de Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.

\_\_\_\_\_. **Typos para construção dos prédios escolares.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910.

\_\_\_\_\_. **Regulamento geral da instrução.** Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

\_\_\_\_\_. **Correspondência enviada ao Secretário do Interior.** Belo Horizonte, 07 de junho de 1921.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do ensino primário.** Coleções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1924.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do ensino primário.** Coleções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.

OLIVEIRA, E. **Reforma de ensino público primário e normal em Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902.

\_\_\_\_\_. **Relatório enviado à Secretaria do Interior.** Juiz de Fora, 15 de setembro de 1906.

OLIVEIRA, P. C. de. **Requisição de obras pelo diretor do grupo escolar São Matheus, Pelino Cyrilo de Oliveira enviada à Secretaria do Interior.** Juiz de Fora, 20 de março de 1918.

OLIVEIRA, P. C. de; BASTOS, I. **Carta de Pelino Cyrillo de Oliveira e Isabel Bastos enviada ao Exm. Sr. Américo Ferreira Lopes, Secretário do Interior.** Belo Horizonte, 13 out 1916. 3f.

PAIXÃO, A. R. da. **Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo inspetor regional Antônio Raymundo da Paixão, em comissão na 16<sup>a</sup> Circunscrição Literária.** Juiz de Fora, 17 de maio de 1913.

PELAS ESCOLAS: a miopia escolar e a iluminação das aulas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, n. 1, mar.-out. 1925, p. 148-151.

QUESTÕES DE PEDAGOGIA. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, n. 22, ago.-set. 1927, p. 482-483.

RANGEL, J. **Relatório enviado à Secretaria do Interior em 1907.** Juiz de Fora, dezembro de 1907a.

\_\_\_\_\_. **Relatório da diretoria do 1<sup>o</sup> grupo escolar de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, em 05 de fevereiro de 1907b.

\_\_\_\_\_. **Relatório relativo ao ano de 1910 da Diretoria dos Grupos Escolares de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 25 de janeiro de 1911.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Secretário do Interior pelo diretor dos Grupos Escolares de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 08 de dezembro de 1913.

\_\_\_\_\_. **Relatório grupos escolares de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 10 de dezembro de 1914.

\_\_\_\_\_. **Relatório da diretoria dos grupos escolares de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 14 de dezembro de 1917.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Palacete Dantas** – *Solar Narbona*. Belo Horizonte: IEPHA, 198?.

TAVARES, R. **Relatório enviado à Secretaria do Interior**. Juiz de Fora, 17 de fevereiro de 1913a.

\_\_\_\_\_. **Relatório enviado à Secretaria do Interior**. Juiz de Fora, 06 de março de 1913b.

VELLOSO, Oswaldo. Edifícios Escolares. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, n. 1, mar.-out. 1925, p.10-11.

VIDA ESCOLAR. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

\_\_\_\_\_. **Estatística da Instrução em Minas no ano de 1917**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

\_\_\_\_\_. **Assistência dentária dos grupos “José Rangel” e “Delfim Moreira” de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1920.

\_\_\_\_\_. **Estatística da Instrução em Minas no ano de 1920**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921.

\_\_\_\_\_. **Estatística da Instrução em Minas no ano de 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

### **Arquivo Particular**

AMARO, A. **Juiz de Fóra poema lyrico**. Belo Horizonte: Typographia Guimarães, 1926. (fac-símile, 2004).

NAVA, P. **Baú de Ossos**: memórias. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

\_\_\_\_\_. **Balão Cativo**: memórias 2. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

TRIBUNA DE MINAS. **Rua Halfeld**: Suplemento comemorativo do 148º aniversário de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1998.

\_\_\_\_\_. **Juiz de Fora em dois tempos**. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, s/d.

### **Arquivos do NEPHArqE**

NEPHArqE. Figura 20. Fachada dos grupos escolares centrais de Juiz de Fora. 2008a.

\_\_\_\_\_. Figura 27 – Fachada do grupo escolar de Mariano Procópio, 2008b.

\_\_\_\_\_. Figura 33 – Fachada do grupo escolar de São Matheus em 1918, 2008c.

\_\_\_\_\_. Figura 34 – Planta com duas salas de aula, 2008d.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia e bibliografia de Artur Azevedo**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em 12 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Biografia de Rui Barbosa**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=146>> Acesso em 28 dez 2008.

\_\_\_\_\_. **Biografia de Sílvio Romero**. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=154&sid=196>> Acesso 28 dez 2008.

AMARAL, A. F. **Juiz de Fora: ontem e hoje**. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2006.

ARNOULD, J. **Nouveaux Éléments D'Hygiene**. Librairie J. B. Bailliére e Fils, 1902.

BAZCKO, B. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**, Anthropos, vol. 5, 1986.

BECQUEREL. A. **Traité élémentaire d'hygiène privée et publique**. Paris: Labé, 1851.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, 2001.

\_\_\_\_\_. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: \_\_\_\_\_. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Desafios da arquitetura escolar: construção de uma temática em história da educação. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BENCOSTTA, M. L. A.; BRAGA, M. F. História e Arquitetura escolar: um estudo comparado dos regimentos para construção de prédios escolares na França e no Brasil (1880-1910). In: VIII CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA

EDUCACIÓN LETINOAMERICANA, 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: SAHE, 2007. 1 CD-ROM.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico o auge do capitalismo**: obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, v.III, 1989.

\_\_\_\_\_. **Rua de mão única**: obras escolhidas II. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, v. II, 1995.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICCAS, M. de S. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo escolar em Minas Gerais**: o caso da Revista do Ensino (1925-1940). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAVENTURA, E. **O Espírito Granberyense e a escola do futuro**. In: VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL – PROCESSO CIVILIZADOR, 2003. Disponível em: <<http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxO%20Esp%C3%ADrito%20Granberyense%20e%20a%20escola%20do%20futuro.pdf>> Acesso 07 nov. 2008

BOUDON, P. **Sur l'espace architectural**. Essai d'épistémologie de l'architecture. Marseille. Editions Parenthèses, 2003.

BRESCIANI, M. S. Imagens de São Paulo: Estética e cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Encontros com a História**. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: EduFsCar; Brasília: Inep, 2002.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, C. de. **São Paulo pela lente da higiene**: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos: RiMa, 2002.

CAMPOS, C. M. **Os rumos da cidade**. Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CANDIÁ, M. A. A. **O Artífice do Consenso**: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930). 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2007.

CANDIÁ, M. A. A.; FERREIRA, R. V. J. O processo de criação do grupo Mariano Procópio na imprensa de Juiz de Fora: projetos em Disputa (1908-1910). In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF/FACED, 2007.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHÂTELET, A.M. Ensaio de Historiografia I: a arquitetura das escolas no século XX, **História da Educação**, ASPHE, Pelotas, n. 20, p. 7-38, set. 2006.

CHRISTO, M. C. V. **Europa dos pobres**: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COHN, M. A. F. **Do apito das fábricas ao toque dos sinos no grupo escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

COLÉGIO SANTA CATARINA. **Histórico**. Disponível em:  
<[www.homecard.com.br/sites/csc/](http://www.homecard.com.br/sites/csc/)> Acesso em 8 nov. 2008.

CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G. de; NEVES, H. M. V. **Arquitetura escolar paulista**: 1890-1920. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

CORREIA, A. P. P. **História e arquitetura escolar**: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953). 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.



D'ARDENNE. **Les microbes**. Paris: Libraire Baillères Paris, 1882.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA, E. **Dicionário Escolar Latino-Português**. 3 ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

FARIA FILHO, L. M. de. O espaço escolar como objeto histórico da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan/jun 1998.

\_\_\_\_\_. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo:UFP, 2000.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio-ago 2000.

FERREIRA, A. L. de O. D. Ser Stela: um estudo sobre o papel da mulher e da educação feminina na Juiz de Fora do início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, n. 18, set/dez 2008, p.137-171.

FONSECA, C. L. **Arquitetura das escolas públicas nas reformas educacionais mineiras (1892-1930)**. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GERODETTI, J. E; CORNEJO, C. **Lembranças do Brasil**: capitais brasileiras nos postais e álbuns de lembrança. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

GIEDION, S. **Espaço, tempo e arquitetura**: o desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GONDRA, J. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 121-161, jul/dez 2004a.

\_\_\_\_\_. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004b.

GONÇALVES, I. A. **Cultura Escolar** : práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GUIMARÃES, J. C. (Org.). **Austen Amaro, Juiz de Fóra poema lyrico**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

HALBWACHS, M. A memória coletiva e o espaço. In: \_\_\_\_\_. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E. O sentido do passado. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOCH, W. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dicionário histórico – fotográfico brasileiro**: fotógrafos e ofícios da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KUHLMANN JÚNIOR., M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LE GOFF, J. Documento/monumento. **Enciclopédia Einaudi**, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. **Fotografia e cidade**: da razão urbana à lógica de consumo, álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas-SP, Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENDES, M. **Poemas (1925-1929) e Bumba- meu-poeta (1930-1931)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

\_\_\_\_\_. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MIRANDA, S. R. **Cidade capital e poder** : políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- UFF, Niterói, 1990.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1955.

NARJOUX, F. **Les Écoles Publiques**. Construction et installation en Suisse. Paris : Vve. A. Morel et C<sup>ie</sup>., Libraires-éditeurs, 1879.

OLIVEIRA, A. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Imprensa da UFJF, 1981.

\_\_\_\_\_. Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, v. 5, p. 93-103, dez. 1969.

OLIVEIRA, D. G. de. **Memórias e Representações acerca da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (1928-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. 2 ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OS PRIMEIROS RAIDS AÉREOS. Disponível em:  
<<http://www.naval.com.br/ANB/ANB-historico/ANB-histo5-raids.htm>> . Acesso em  
16 de out. 2008.

PALMBERG, A. **Traité de l'hygiène publique d'après ses applications dans différents pays d'Europe (France, Angleterre, Belgique, Allemagne, Autriche, Suède et Finlande)**. Paris: O. Doin, 1891.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora Marca D'Água, 1996.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, n.53, p.11-23, jan-jun, 2007.

PICCHIO, L. S. Introdução. In: MENDES, M. **Poemas e Bumba-meu-poeta**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

PIRES, J. L. de O. O Colégio Americano Granbery e o americanismo na construção do ensino superior de Juiz de Fora (1890-1930). In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF/FACED, 2007.

PIRES, J. L. de O; RIBEIRO, M. das G. M; CHAVES, C. M. das G. O Instituto Metodista Granbery: a construção de um projeto pedagógico (1889-1930). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 5765 - 5772.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICCI, C. T. **Construir o passado e projetar o futuro**: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro (Rio de Janeiro 1903-1922). (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. Rio de Janeiro, setembro de 2004.

ROCHARD, J. **Encyclopédie d'Hygiène et de médecine publique**. 7 ed. Paris: s/e, 1865.

ROSA, N. Três apitos. Intérprete: \_\_\_\_\_. In: **Feitiço da Vila**. Local: BMG Internacional, 1996. 1 CD, digital, estéreo.

ROSSI, A. **Arquitetura da cidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALGUEIRO, H. A. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: \_\_\_\_\_.(org). **Cidades capitais do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTIAGO, S. B. A presença de Minas nos destinos da pátria. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. v. 7, p. 53-80, dez. 1973.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, M. N. K. da; YAZBECK, D. C. de M. Imprensa e educação: concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos grupos escolares de Juiz de Fora, através das páginas dos jornais locais. In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF/FACED, 2007.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. e ALMEIDA, J. S. (orgs.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998b.

\_\_\_\_\_. Lições da escola primária. In: \_\_\_\_\_ et all. (orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. História da Cultura Material: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.; MEURER, S. dos S. Tensões entre o prescrito e o realizado na escolarização paranaense na década inicial do século XX: experiências de professores primários a partir da análise dos relatórios da instrução pública. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 69-88.

VAGO, T. M. Educação Física na Revista do Ensino (1925- 1935): organizar o ensino, formar o professorado. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 11, p. 101-134, jan/jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnástica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VARGAS, R. C. **Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora**: escolarização e educação física (1989-1911). 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

VEIGA, C. G. **Cidadania e educação na trama da cidade**: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M.A. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-40.

VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar da escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Templos de la patria, templos del saber. Los espacios de la escuela y la arquitectura escolar. In: ESCOLANO, A. (org.). **História Ilustrada de la escuela en Españã**: Dos siglos de perspectiva histórica. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, pp. 47-71.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFF, S. F. S. **Espaço e educação**: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

YASBECK, D. C. de M. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1917). Campinas: Mercado de Letras, 2006.